



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vanessa Mendonça Leite

**Os Refugiados do Pós-Segunda Guerra na Imprensa Carioca: uma análise
fotográfica sobre os olhares de *A Noite Ilustrada* e de *Revista da Semana***

São Gonçalo

2021

Vanessa Mendonça Leite

**Os Refugiados do Pós-Segunda Guerra na Imprensa Carioca: uma análise fotográfica
sobre os olhares de *A Noite Ilustrada* e de *Revista da Semana***

Dissertação apresentada, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2021

Vanessa Mendonça Leite

**Os Refugiados do Pós-Segunda Guerra na Imprensa Carioca: uma análise fotográfica
sobre os olhares de *A Noite Ilustrada* e de *Revista da Semana***

Dissertação apresentada, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Thaís Continentino Blank

Fundação Getúlio Vargas

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

À meus país e irmão, meu lar e abrigo; à Alice e Luiza (*in memoriam*), as mulheres da minha vida; à meu Castelo Forte.

AGRADECIMENTOS

O mestrado certamente foi uma jornada exaustiva, mas felizmente pude encontrar descanso e incentivo pelo caminho. Por isso, minha gratidão a Deus por me conceder a graça de chegar ao final dessa trajetória, certa de que fiz o melhor que pude. Confio que o Senhor continuará a me conduzir em direção a sua boa e perfeita vontade.

Dedico essa realização aos meus pais, meus pilares de sustentação. Obrigado por deixarem de sonhar seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus. Obrigado por sonharem junto comigo. Obrigado por tamanho amor, sacrificial, cuidado, doação e apoio que me permitiu chegar até aqui. Eu os amo de todo o coração!

Agradeço a banca por todas as sugestões que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da dissertação. Obrigado a Prof.^a Dra. Ana Maria Mauad, pela generosidade com que aceitou o convite para integrar o corpo avaliativo deste trabalho e por suas valiosas indicações, foi um grande aprendizado para mim; e a Prof.^a Dra. Thaís Blank, pelas aulas maravilhosas ministradas no curso de Cultura Visual, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), que tive o prazer de participar e que me abriu um novo e fundamental horizonte de pesquisa. Obrigado pelo exemplo que vocês representam.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Luís Reznik, meu orientador, pela paciência infinita que teve comigo e pelo olhar atencioso para com esta produção. Obrigado por tantas vezes acreditar mais em mim que eu mesma e por todas as oportunidades que me concedeu.

Obrigado a todos os amigos e colegas que me acompanharam de perto nessa maratona e auxiliaram diretamente para que eu pudesse cruzar a linha de chegada. Meu agradecimento, em especial, a Victor, meu irmão, por toda parceria e por ter aceitado de bom grado ser meu revisor gramatical; ao Kleber, muito obrigado por compartilhar comigo leituras e boas conversas que foram imprescindíveis para a concretização dessa dissertação; ao Alex agradeço por todo carinho e pelas palavras de encorajamento que ajudaram a seguir em frente e ao Raphael, obrigado por tantas vezes ter sido meu confidente e pela leveza da sua companhia.

Agradeço, ainda, a toda equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF), por me acolherem desde a primeira hora e por todo aprendizado que me proporcionou alcançar essa etapa da minha vida profissional.

Por fim, deixo registrado meu muito obrigado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo investimento nessa pesquisa.

RESUMO

LEITE, Vanessa Mendonça. *Os Refugiados do Pós-Segunda Guerra na Imprensa Carioca: uma análise fotográfica sobre os olhares de A Noite Ilustrada e de Revista da Semana*. 2021. 123f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2021.

A proposta desta dissertação reside em compreender, através do exame da fonte fotográfica, como as revistas *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana* retratavam em suas páginas os refugiados do pós-Segunda Guerra Mundial chegados ao país através de acordos firmados com agências internacionais e acolhidos na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A guerra resultou em profundas mudanças no cenário geopolítico internacional e a nova configuração das fronteiras territoriais afetou milhões de pessoas, cujas nacionalidades precisaram ser alteradas, produzindo um grande número de apátridas. O “milhão restante” designa uma parcela significativa de refugiados e deslocados que optaram pela não repatriação, na maioria dos casos por motivos políticos e pela falta de vínculo com os novos territórios que se estruturavam. Uma das respostas a essa problemática se deu pelo deslocamento para as Américas e o Brasil desempenhou um significativo papel na recepção de uma expressiva parcela desse contingente, a partir de 1947. Foi uma das últimas levas de imigrantes introduzidas no país através da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, que fundada em 1883, pelo Estado Imperial, constituía-se como importante dispositivo da política imigratória brasileira, sendo um dos principais locais de recepção de imigrantes do continente americano. Caracterizada como a protagonista das análises empregadas, o estudo da imagem fotográfica e suas contribuições a ciência histórica podem ser encaradas como uma resposta aos desafios e demandas da modernidade, compreendida como um contexto específico em que os modos de interação e sociabilidade são conduzidos no sentido visual e em sua produção, circulação e consumo. Partindo da perspectiva de que toda representação é dotada de historicidade e reflete em si as convenções culturais e sociais de seu tempo, trilhar-se-á nesse trabalho, como caminho metodológico e de leitura da fonte, o procedimento semiótico aliado as reflexões e contribuições dos estudos de Cultura Visual. A partir desses ferramentais e de criteriosa análise dos artefatos fotográficos é possível captar em quais termos se elaborava a construção da visibilidade pública e midiática dos refugiados.

Palavras-chave: Imigração. Refugiados. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Revista Ilustrada. Fotojornalismo. Fotografia.

ABSTRACT

LEITE, Vanessa Mendonça. *Post-World War II Refugees in the Carioca Press: a photographic analysis of the views of A Noite Ilustrada and Revista da Semana*. 2021. 123f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2021.

The purpose of this dissertation lies in understanding, by examining the photographic source, how the magazines *A Noite Ilustrada* and *Revista da Semana* portrayed in their pages post-World War II refugees who arrived in the country through agreements signed with international agencies and hosted in the Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. The war resulted in profound changes in the international geopolitical scenario and the new configuration of territorial borders affected millions of people, whose nationalities needed to be changed, producing a large number of stateless persons. The “last million” designates a significant portion of refugees and displaced persons who chose not to repatriate, in most cases for political reasons and for lack of connection with the new territories that were being structured. One of the answers to this problem was the displacement to the Americas and Brazil played a significant role in receiving a significant portion of this contingent, as of 1947. It was one of the last waves of immigrants introduced into the country through the Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, which was founded in 1883 by the Imperial State, constituted as an important device of the Brazilian immigration policy, being one of the main places for receiving immigrants from the American continent. Characterized as the protagonist of the analyzes used, the study of photographic image and its contributions to historical science can be seen as a response to the challenges and demands of modernity, understood as a specific context in which the modes of interaction and sociability are conducted in the visual sense. and in its production, circulation and consumption. Starting from the perspective that every representation is endowed with historicity and reflects in itself the cultural and social conventions of its time, this work will be followed, as a methodological path and for reading the source, the semiotic procedure combined with the reflections and contributions of the visual culture studies. From these tools and the careful analysis of photographic artifacts, it is possible to capture in what terms the construction of public and media visibility of refugees was elaborated.

Keywords: Immigration. Refugees. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Illustrated Magazine. Photojournalism. Photography.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Os novos habitantes no refeitório da hospedaria	73
Fotografia 02 – Crianças reunidas em grupo no jardim da hospedaria	76
Fotografia 03 – Imigrantes armênios	77
Fotografia 04 – Um passeio pela Ala Norte	78
Fotografia 05 – Equipe de Arthur Ramos em realização de exames antropométricos	80
Fotografia 06 – José Leal em conversa com imigrantes	83
Fotografia 07 – Pais e filhos	86
Fotografia 08 – Imigrante em exame médico	89
Fotografia 09 – Um mosaico de nacionalidades	89
Fotografia 10 – Uma menina e sua boneca	91
Fotografia 11 – Mãe e filho sob a bandeira do Brasil	94
Fotografia 12 – Mãe e filha	96
Fotografia 13 – Imigrante em leitura	98
Fotografia 14 – Pequeno(a) refugiado(a)	98
Fotografia 15 – Imigrante lavando o cabelo	98
Fotografia 16 – Casal em performance musical	98
Fotografia 17 – Grupo em leitura	100
Fotografia 18 – Família de estonianos	100
Fotografia 19 – No alojamento da hospedaria	100
Fotografia 20 – Crianças no gramado da Ilha das Flores	102
Fotografia 21 – Imigrante letão em entrevista a Ney Machado	102
Fotografia 22 – Crianças brincando na hospedaria	103
Fotografia 23 – Movimentação pelos corredores da hospedaria	103
Fotografia 24 – O imigrante Andrei Perwijn ao lado de frei Hilário	105
Fotografia 25 – Prédio da administração visto da Baía de Guanabara	106
Fotografia 26 – Casal em observação ao mapa econômico do Brasil	108
Fotografia 27 – Família de imigrantes no jardim da hospedaria	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
CIC	Concelho de Imigração e Colonização
CIR	Comitê Intergovernamental para Refugiados
CIME	Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CPOIR	Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados
DNI	Departamento Nacional de Imigração
DPs	<i>Displaced Persons</i>
EUA	Estados Unidos da América
OIR	Organização Internacional para Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
RIC	Revista de Imigração e Colonização
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	A Nova História Cultural e o conceito de representação em Stuart Hall	14
	A Cultura Visual e a análise fotográfica	18
1	O LEGADO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A CRISE HUMANITÁRIA	24
1.1	A problemática dos deslocamentos populacionais ao término da Segunda Guerra Mundial	24
1.2	A política imigratória brasileira no imediato pós-guerra e o recebimento dos refugiados	33
1.3	A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: o primeiro contato com o Brasil	46
2	“O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA COM SEU DEVER”: O GRUPO INAUGURAL DE REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA PELAS LENTES DE <i>A NOITE ILUSTRADA</i> E <i>REVISTA DA SEMANA</i>	54
2.1	O fenômeno das revistas ilustradas: um breve panorama	55
2.2	Os “deslocados de guerra” nas páginas de <i>A Noite Ilustrada</i>	68
2.3	<i>A Revista da Semana</i> noticia: “Braços para o Brasil”	92
2.4	Um balanço geral	110
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

Esta produção tem como proposta a análise das fotografias inseridas em *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana* a respeito dos refugiados que eram destinados a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A intenção é, através do exame da fonte, compreender como eram representados esses imigrantes, que construção da visibilidade pública e midiática desses sujeitos era veiculada e os discursos presentes nessas fotografias. Para tanto, se fará necessário levar em consideração a informação noticiada, de forma a entender a maneira pela qual a imagem fotográfica se associa a ela.

O tema da imigração sempre esteve presente nas pautas internacionais e mais recentemente o Brasil tem experimentado um retorno dessa temática nas políticas internas. Desde 2011, o país recebe milhares de requerimentos de refúgio e os venezuelanos lideram em disparada o quadro das nacionalidades com maior número de refugiados reconhecidos, seguidos dos sírios e congolezes. A situação no país vizinho é tão complexa que, de acordo com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), o total de venezuelanos que deixaram seu território de origem ultrapassou a marca de 4 milhões, em 2019, e figuram como os maiores grupos populacionais deslocados de sua terra natal.¹ Também em 2019, o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) contabilizou a maior quantidade de solicitações de refúgio registrada em toda a série histórica iniciada em 2011, foram cerca de 80 mil pedidos. Segundo dados da agência, considerando o refúgio e outros casos de amparo legal assegurado pelo Estado brasileiro, a soma de imigrantes que ingressaram e se mantêm no país, de 2010 a 2019, já soma pouco mais de 1 milhão de pessoas, em sua maioria venezuelanos e haitianos.² Essas movimentações em massa tem sido encarada internacionalmente em termos de crise migratória e suscita discussões acerca dos impactos que a diáspora tem causado nos países de acolhida e possíveis soluções que podem ser tomadas, de modo a resguardar os direitos dos refugiados. Inclusive, a problemática da recepção e seus desdobramentos é um aspecto que atravessa toda a história da imigração. Como não poderia deixar de ser, o assunto é

¹ UNHCR/ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. *Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM*. Brasil: UNHCR/ACNUR, 07/06/2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>>. Acesso em: 06/10/2021.

² RODRIGUES, Alex. *Pedidos de refúgio e reconhecimentos aumentaram em 2019*. Brasília: Agência Brasil, 17/12/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/pedidos-de-refugio-e-reconhecimentos-aumentaram-em-2019>>. Acesso em: 06/10/2021.

recorrentemente abordado pelos mais diversos noticiários do país, se fazendo presente na arena pública.

Guardadas as devidas proporções e diferenças históricas em relação ao atual debate migratório no Brasil, o intuito dessa pesquisa está em produzir uma reflexão acerca do papel e os efeitos da imprensa na concepção e interpretação do outro. Num país ainda caracterizado como de imigração, que abriga pessoas de várias partes do mundo, torna-se crucial o questionamento sobre a construção da representação do estrangeiro na sociedade brasileira, de forma a compreender que “o imigrante” não compõe um grupo homogêneo, mas como as diferenças incidem na reprodução de sua imagem.

Datada da década de 1830, a criação da fotografia resultou da conjunção entre experiências químico-físicas e a engenhosidade técnica, reconhecendo nas figuras de Joseph Nicéphore Niépce e Louis Jacques Mandé Daguerre os principais responsáveis por seu invento e aprimoramento. As dificuldades encontradas por ambos os artífices em patentear a conquista, oportunizou a intervenção do Estado francês no processo, que, após indenizá-los, pôs a invenção em domínio público. Em virtude disso, “(...) foram criadas as condições para um desenvolvimento contínuo e acelerado (...)”³ da experiência fotográfica.

O advento da técnica fotográfica permitiu a captação e a fixação da imagem na chapa metálica da câmara obscura, em que esse mecanismo inaugural tem na daguerreotipia⁴ seu principal exemplar. As primeiras décadas que se seguiram ao surgimento da fotografia foram marcadas pela difusão do registro tipificado como retrato, cujas limitações do engenhoso dispositivo exigia do operador e de seu cliente paciência diante da longa exposição, essencial para sensibilização das chapas de luz. “O próprio procedimento técnico levava o modelo a viver não ao sabor do instante, mas dentro dele; durante a longa duração da pose, eles por assim dizer cresciam dentro da imagem (...)”.⁵ Numa mescla de magia e técnica, o resultado impresso na lâmina metálica causava espanto e fascínio em seus observadores.

(...) as pessoas não ousavam a princípio olhar por muito tempo as primeiras imagens por ele produzidas. A nitidez dessas fisionomias assustava, e tinha-se a impressão de que os pequenos rostos humanos que apareciam na imagem eram capazes de ver-nos, tão surpreendente era para todos a nitidez insólita dos primeiros daguerreótipos.⁶

³ BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91.

⁴ O Daguerreótipo, criado em 1839, a partir do processo conhecido como heliografia, permitia gravar em superfície metálica uma única imagem, sem o uso de negativo e, portanto, sem possibilidade de cópia. Sua fragilidade recomendava cuidados e cautelosa conservação.

⁵ *Ibid.*, p. 96.

⁶ Karl Dauthendey. Apud: BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 95.

Em paralelo a ascensão da reprodução fotográfica, também despontava em poder econômico e cultural a burguesia, ávida consumidora da nova tecnologia. Esse período trazia em seu bojo inovações como o sistema mecânico, que viabilizava o aperfeiçoamento dos instrumentos óticos e a elaboração dos negativos, episódios que desencadearam uma massificação do ato fotográfico, intensificado pela multiplicação de grandes ateliês e pela circulação das *cartes de visite*⁷. A ênfase incidia sobre a comercialização, que permitia maior lucratividade, fomentada pelo barateamento e maior mobilidade dos equipamentos, bem como o surgimento dos instantâneos. Ademais, a crescente tendência de produção de retratos se dedicava, principalmente, em conectar a imagem do burguês à prosperidade, a partir da simulação de hábitos aristocráticos, e essa instrumentalização do artifício fotográfico acende um lembrete da necessidade de pensar a fotografia em suas muitas camadas, sua função social e as políticas do olhar, que direcionam e conformam a visão.

Não há dúvidas que o mundo contemporâneo está submerso em imagens das mais variadas origens e espécies. A adição da câmera fotográfica a dispositivos móveis tornou-a mais acessível e democrática, provocando uma acumulação e consumo incansável desse artefato. E, por mais que o convívio e a interação com as imagens tenha se naturalizado, a capacitação para a educação visual ainda se mantém deficitária, sobretudo no Brasil. Raphael Samuel dizia que o ensino de sua época, fosse escolar ou universitário, prezava pelo treinamento e interpretação de textos e, esquecendo-se das imagens, contribuía para a formação de analfabetos visuais.⁸

(...) a expressão “educação visual” advém do reconhecimento histórico do uso das imagens como forma de educação escolar e não-escolar, que não significa apenas uma educação do olhar – ou seja, uma forma de ensinar a ver e interpretar imagens. Mais do que isso, a educação visual significa intervir na mediação simbólica que os homens fazem para reconhecer e entender o mundo, (...) tanto do ponto de vista do estudo dos significados simbólicos quanto da compreensão destes significados como carregados de intencionalidade pedagógica.

Considerando que “a fotografia é o resultado da decisão do fotógrafo de que vale a pena registrar que um evento ou um objeto específicos foram vistos”⁹, então o emprego da educação

⁷ Ou cartões de visita, consistiam em uma fotografia com cerca de 9,5cm x 6cm, disposta em um cartão rígido de 10cm x 6,5cm. Sua copiosa reprodução realizava-se sob a técnica da impressão em albumina e operava a partir das trocas sociais, que legava status ao fotografado. O surto das *cartes de visite* da segunda metade do século XIX, desaguou no modismo dos álbuns de fotografia. Para mais informações: WANDERLEY, Andreia. *Cartões de visita – cartes de visite*. Rio de Janeiro: Brasiliense Fotográfica, 05/01/2016. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=cartoes-de-visita>>. Acesso em: 09/05/2020.

⁸ SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory: Past and Present in Contemporary Culture*. London: Verso, 1996. Apud: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 19.

⁹ BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 38.

visual compreende, entre outras ações, advertir sobre o grau de manipulação da captura, pelo olhar de quem opera a câmera, e o agenciamento da imagem. Além, é claro, de conduzir para o aprendizado e interpretação da linguagem não verbal e seus modos de comunicação. Portanto, mesmo que não seja seu princípio último, a produção deste estudo também flerta em cooperar com a promoção desse conhecimento.

Cabe pontuar que a escolha pelos repositórios *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana* deve-se, principalmente, ao volumoso conjunto de qualificadas fotografias e notícias dedicadas a acolhida dos refugiados e deslocados populacionais da Segunda Guerra Mundial na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Há que levar em conta também, a importância dessas mídias impressas, suas escolhas editoriais, sua influência e consolidação na imprensa carioca do período. Ambos os repositórios se caracterizavam como pertencentes ao gênero das revistas de variedades, cujas publicações eram marcadas pela “(...) apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para imagens e conteúdo diversificado (...)”.¹⁰ Tania Regina de Luca salienta que classificar-se como revista de variedades cumpria uma função estratégica, pois oferecia a possibilidade de abranger uma gama variada de situações, o que permitia alcançar o máximo possível de público leitor.¹¹ Por conseguinte, importa compreender a maneira pela qual a representação dos refugiados é exposta nas páginas de ambas as revistas, a partir da apreensão dos sentidos e significados que permeiam seus discursos visuais, sem prescindir, contudo, da reflexão acerca da relação entre os construtores da informação e o público-leitor alvo, desconsiderando qualquer sentido de mera passividade destes últimos.

Para compreender como os refugiados do pós-guerra se inseriam no contexto internacional e nacional, o primeiro capítulo se dedicará em estabelecer um estudo conciso dessa conjuntura, bem como conceber o modo pelo qual foram realizados os acordos de cooperação entre o Brasil e as agências internacionais, num esforço de solucionar a problemática dos deslocados populacionais gerados pela Segunda Guerra Mundial, além de expor sob quais termos se estruturava a política imigratória no Brasil, de forma a avaliar as continuidades e rupturas que ocorreram no processo de recepção dos refugiados. Neste capítulo se desenhará, ainda, um breve quadro histórico sobre a constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, para onde primeiro se destinavam os refugiados e deslocados chegados no país.

¹⁰ Luca, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 121.

¹¹ *Ibid.*

No segundo capítulo serão empregadas análises, mais detidas e acuradas, do principal objeto desta pesquisa: a fotografia. Além de apresentar o exame das séries fotográficas selecionadas em articulação à metodologia adotada, esta seção se dedicará também em explorar um breve panorama do surgimento e popularização das revistas ilustradas, bem como a trajetória e o histórico dos semanários em questão. Haja vista o volumoso número de fotografias propagadas nas páginas de ambas as revistas, no período que abarca a vinda dos refugiados até o encerramento de suas atividades jornalísticas, será traçado como direção a seleção de matérias equivalentes abordadas pelos impressos sobre o episódio de recepção da primeira leva de deslocados e refugiados chegados ao Brasil, o que permitirá acessar e contrapor as narrativas publicadas.

A Nova História Cultural e o conceito de representação em Stuart Hall

Na década de 1960, na esteira dos movimentos sociais que eclodiram durante o período, a História – mais uma vez – passou por um processo de renovação historiográfica, que diversificou e ampliou o potencial do que poderia se considerar como fonte e objeto passível de investigação pelo historiador. A Nova História (*Nouvelle Histoire*) contestava os modelos estruturais dominantes à época, trazendo à baila uma “História vista de baixo”. Nas palavras de Jaques Le Goff, “os progressos da democracia nos levam a procurar mais o lugar dos ‘pequenos’ na história, a colocarmos-nos ao nível da vida cotidiana, e isso impõe-se segundo várias modalidades, a todos os historiadores”.¹²

Essa História das Mentalidades, entretanto, viu-se logo refutada pelas críticas de Robert Darnton, que julgava o termo incapaz de resumir a ação de grupos heterogêneos na sociedade, uma vez que se afigurava por demais generalizante, como se todos os indivíduos compartilhassem da mesma estrutura de pensamento. A partir dessa perspectiva, o termo “mentalidades” ganhou outros contornos e a noção de cultura, em estreito diálogo com a Antropologia, possibilitou novos caminhos às interpretações históricas.

Vale ressaltar, ainda, que nessa conjuntura outras correntes historiográficas se desenvolviam em diferentes contextos e países. Na Inglaterra, historiadores ligados a corrente marxista desenvolviam uma História Social, que redirecionava a análise histórica a partir de

¹² LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1990. p. 27.

uma compreensão das lutas cotidianas das classes populares e da esfera cultural enquanto partes integrantes do modo de produção, rejeitando a perspectiva que as minimizam como simples reflexos da infraestrutura econômica, e reconhecendo a margem de ação dos atores históricos. Destacam-se como modelos dessa corrente anglo-saxônica, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Edward Palmer Thompson. Na península itálica, encabeçada por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, surgia a Micro História, que propunha a redução da escala de análise a um nível micro analítico, por meio do exaustivo exame documental, a fim de expor uma realidade macro contextual. Essa corrente se destaca, principalmente, por valorizar a participação e as ações de pessoas anônimas e comuns nos processos históricos. Caro aos estudos da História Cultural, a Escola de Frankfurt, apoiada no elo conceitual da Teoria Crítica, pensava uma nova interpretação do marxismo, voltando-se para análises da cultura de massas, os impactos da ciência e tecnologia na sociedade, bem como, a alienação que afetava o cidadão no mundo industrial. O diferencial desta escola de pensamento reside nos diálogos próximos com a psicanálise e as teorias de comunicação. Não por acaso, seus principais representantes constituem-se como filósofos, sociólogos e psicanalistas, entre eles estão Walter Benjamin, Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Hebert Marcuse, Erich Fromm e outros.

A Nova História Cultural pode ser definida como o campo do saber histórico que constitui uma área multidisciplinar e engloba uma grande variedade de temas e métodos. Um dos aspectos mais característicos dessa prática historiográfica foi voltar-se em direção às parcerias com a compreensão antropológica, principalmente no que concerne a concepção de cultura, que possibilitou a inauguração da Antropologia Histórica. A partir dessa contribuição interdisciplinar, os historiadores culturais foram encorajados a adotar uma noção mais ampla do que se apresentava como seu principal objeto de estudo, a cultura. A chamada “virada cultural” foi responsável por uma revisão e, até mesmo, por uma renovação teórica, a partir do avanço da definição antropológica de cultura, como a caracterização de um determinado modo de vida comum a um grupo ou a uma época.

A Nova História Cultural é, ainda, qualificada enquanto múltipla, tanto no plano coletivo como no individual. Por essa razão, não existe entre os historiadores um consenso entre seus limites e suas fronteiras. Esse novo estilo de História Cultural pode ser encarado como uma resposta aos desafios produzidos pela expansão do domínio da cultura, possibilitando aos historiadores tomar consciência de problemáticas novas ou até então ignoradas.

Frequentemente noções de representação, linguagem e práticas somam-se ao conceito de cultura, a fim de compor um universo mais abrangente de estudo. Fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, a linguística se apresenta como importante chave de

compreensão para o conceito de representação traçado por Stuart Hall e na construção dos princípios de análise semiótica das fotografias.

Em síntese, Hall define cultura como o termo utilizado para descrever valores compartilhados por grupos ou sociedades. Isto sugere que os significados produzidos e intercambiáveis só podem ser comunicados por intermédio de uma linguagem em comum, que permite ao indivíduo expressar-se de forma a ser compreendido pelo outro. Admitir que dois sujeitos pertençam à mesma cultura denota que ambos dão sentido ao mundo de maneira semelhante. Nessa dinâmica, a linguagem opera como um sistema representacional, visto que é através dela que comunicamos e representamos para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. “A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (...)”.¹³ Logo, é a partir da ação da linguagem que se pode encontrar um modelo sobre o qual opera a representação e a abordagem semiótica, que se concentra em compreender como o sentido é produzido, se revela uma substancial aliada nessa empreitada.

A linguagem é composta pelo signo, que se caracteriza como palavras, sons ou imagens que carregam sentido e indicam os conceitos e as relações que fazemos entre eles, que juntos constroem os sistemas de significados de uma cultura. Portanto, os signos são organizados em linguagens. Logo, é por meio de uma linguagem em comum que se torna possível comunicar pensamentos e sentimentos a outros. “A relação entre ‘coisas’, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de ‘representação’”.¹⁴

Stuart Hall elenca três maneiras de o ser humano conferir sentido ao que está a sua volta: (1) através de paradigmas de interpretação; (2) pela forma como utilizamos ou integramos os objetos, pessoas ou eventos em nossas práticas cotidianas e (3) pela maneira como as representamos ou conferimos valor. Isto revela o protagonismo que o domínio simbólico exerce no âmago da vida em sociedade, visto que são os indivíduos participantes de uma cultura que conferem sentido a realidade circundante, pois as coisas em si não possuem significado único ou imutável, isto é, o sentido é encarado como algo a ser construído. Nesse sistema de representação, a relação entre signo, conceito e o objeto a qual fazem referência é arbitrária. Isso indica que o sentido não repousa sobre o objeto, na coisa ou na pessoa, ao contrário, ele é produzido por nossas convenções sociais e culturais.

¹³ HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicure, 2016. p. 18.

¹⁴ *Ibid.*, p. 38.

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos.¹⁵

A representação é, então, encarada como a produção de sentido pela linguagem e atua como o agente que conecta o sentido e a linguagem à cultura. Hall adota a perspectiva social-construtivista como teoria que propõe apresentar o modo pelo qual essa conexão é produzida. De acordo com essa abordagem, nem os objetos por si só, nem os indivíduos podem fixar os significados na linguagem, visto que, as pessoas, as comunidades, as sociedades constroem sentido através de sistemas representacionais (os conceitos e os signos). A formação dessa escola de pensamento teve como grande contribuição os estudos de Ferdinand de Saussure, que também interpretava a produção de sentido como dependente da linguagem e, de acordo com suas análises, o signo resultaria de dois elementos: o significante (a imagem de algo) e o significado (o conceito correspondente a imagem). Ele defendia que é através da relação entre significante e significado, fixada em nossos códigos culturais, que a representação se sustenta.

Os conceitos (significados) aos quais elas [as palavras] se referem também se modificam, historicamente, e toda transformação altera o mapa conceitual da cultura, levando diferentes culturas, em distintos momentos históricos, a classificar e pensar sobre o mundo de maneira diversa.¹⁶

Se o sentido é historicamente estabelecido e, portanto, nunca fixado de forma imutável, então seu processo de compreensão envolve necessariamente a interpretação, que se converte em elemento essencial da metodologia pela qual o sentido é atribuído e apreendido. Neste procedimento, tanto o leitor como o escritor desempenham papel de igual valor, pois signos ininteligíveis não são passíveis de interpretação e em nenhum sentido útil são significativos. Dessa maneira, a linguagem é percebida como um fenômeno social, uma vez que, sua construção não reside em aspectos individuais do sujeito (não é possível criar as regras da linguagem de forma isolada), mas na sociedade, na relação entre os sujeitos, na cultura. Esse prisma de estudo dos signos na cultura é conhecido comumente como semiótica.

A argumentação base para o estudo da semiótica acha-se no fato de que

(...) uma vez que todos os objetos culturais expressam sentido, todas as práticas culturais dependem do sentido, eles devem fazer uso dos signos; e na medida em que fazem, devem funcionar como a linguagem funciona e ser suscetíveis a uma análise que, basicamente faz uso dos conceitos linguísticos de Saussure (ou seja, a distinção

¹⁵ Ibid., p. 31.

¹⁶ Ibid.

entre *significante/significa* e *langue/parole*, sua ideia de códigos e estruturas subjacentes e a natureza arbitrária do signo.¹⁷

Através dos estudos e princípios da linguística formulados por Ferdinand de Saussure, a linguagem pode ser compreendida como um fato social e como elemento ativo no processo de representação e produção de sentido, mas a despeito de possuir regras que regem sua prática, a linguagem não é um sistema fechado ou limitado. Por esse motivo, é inviável a criação de uma “ciência do sentido”, visto que o sentido e a representação correspondem ao campo interpretativo das ciências humanas e culturais, cujas questões centrais não são propensas a um tratamento positivista, ou seja, não são passíveis de regras e leis científicas fixas. Reconhecendo a natureza da cultura como necessariamente interpretativa, sua finalidade não recai em produzir verdades absolutas, ao contrário, geram uma cadeia infinita de interpretações que se seguem, inevitavelmente envolvidas nesse “círculo de sentidos”. Desse modo, os estudos desenvolvidos a posteriori demonstraram maior interesse na concepção deste conceito como uma fonte para a produção do entendimento social, constituído como um sistema aberto e conectado de maneira mais íntima às práticas sociais e as questões de poder.

A Cultura Visual e a análise fotográfica

A emergência dos estudos de cultura visual pode ser encarada como uma reação as demandas da modernidade, compreendida como um contexto específico em que os modos de interação e sociabilidade são conduzidos no sentido visual e em sua produção, circulação e consumo. Seu desenvolvimento, portanto, se deve, principalmente, a criação e difusão da fotografia e do cinema, a imagem em movimento, e a mudança de paradigmas impulsionada por essas novas tecnologias.

A cultura visual está situada como objeto constitutivo dos estudos visuais, sendo este um segmento dos estudos culturais.¹⁸ As primeiras ocorrências do termo “estudos de cultura visual” remontam as décadas de 1970 e 1980, inaugurado a partir dos trabalhos elaborados por Michael Baxandall e Svetlana Alpers. Suas produções apontam para uma direção de caráter interdisciplinar, na intenção de expandir uma história das imagens e as experiências visuais,

¹⁷ Ibid., p. 67.

¹⁸ CRIMP, Douglas. *Estudos culturais, cultura visual*. São Paulo: Revista USP, n.40, dez./fev. 1998-1999. p. 80.

que resultou na ineficácia da tentativa de formular qualquer delimitação fronteira para a área, graças a sua diversificação.

Nos anos 1990, novas problemáticas são lançadas com o surgimento da virada pictórica, que William J. T. Mitchell identifica como uma reação ao imperialismo da linguagem. O autor destaca ainda, que esse fenômeno explicita uma reorientação do pensamento moderno entorno do paradigma visual, sugerindo uma reflexão capaz de romper com o jugo da textualização. “O fundamental em sua argumentação [de W. J. T. Mitchell] é identificar o papel da historicidade tanto na construção da noção de sujeito-espectador, quanto da existência cultural da imagem”¹⁹. Assim, a cultura visual busca considerar tanto a construção social da visão, quanto à elaboração visual do social, destacando a importância da dimensão imagética das narrativas e seus aspectos simbólicos e políticos. Inúmeras questões orbitam a pluridisciplinaridade do movimento, suscitando uma mudança na balança epistemológica, que se ancora menos na disciplina histórica e mais no olhar antropológico, cuja abordagem considera uma concepção da cultura visual como um fenômeno cultural e historicamente situável.

Dentro dessa discussão alguns estudiosos sugerem uma compreensão mais vasta do visual, de modo a alargar o campo de investigação, estendendo a análise não apenas aos materiais iconográficos, mas igualmente “(...) à visão e ao olhar enquanto fenômenos históricos e às diferentes experiências visuais e sensoriais dos seres humanos”²⁰, de forma a abranger a capacidade visual como um todo, pondo em pauta às práticas cotidianas e aquilo que optamos por expor ou ocultar. Por isso, importa ressaltar também o tom polissêmico da expressão estabelecida como cultura visual, visto que pode agregar sentidos diversos.

Nessa perspectiva, importa, sobretudo, não tomar a visão como dado natural e questionar a universalidade da experiência visual. Trata-se de abandonar a centralidade da categoria de visão e admitir a especificidade cultural da visualidade para caracterizar transformações históricas da visualidade e contextualizar a visão.²¹

Assim, Paulo Kanuss sublinha que a cultura visual é tangenciada pelo “(...) estudo das construções culturais da experiência visual na vida cotidiana, assim como nas mídias, representações e artes visuais”.²²

¹⁹ MAUAD, Ana Maria. *Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas*. Rio de Janeiro: Revista Maracanan, v.12, n.14, jan./jun. 2016. p. 36.

²⁰ MEDEIROS, Margarida; CASTRO, Teresa. *O que é a cultura visual?* Lisboa: Revista Comunicação e Linguagem, n.47, 2017. p. 4.

²¹ KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. Uberlândia, MG: ArtCultura, v.8, n.12, jan./jun. 2006. p. 107.

²² *Ibid.*, p. 108.

No escopo desse movimento, o visual opera como chave de leitura, visto que se divide em dois aspectos conceituais centrais ao exame das imagens: **visão** e **visualidade**.²³ Apesar de soarem como semelhantes a uma primeira vista, ambos os elementos possuem diferenças significativas. Enquanto a **visão** trata do visual como operação física e de seus sistemas de comunicação, a **visualidade** lida com a percepção a partir de práticas sociais, ou seja, sua apreensão social e histórica.

(...) toda arte é histórica, portanto, toda imagem possui uma historicidade fundamentada em uma prática cultural e social; assim como o conceito de cultura visual compreende a visualidade como fenômeno social. Dessa forma, a visualidade não se fundamenta somente em imagens, é claro, mas também em um conjunto de textos não visuais que apoiam a criação de imagens por sujeitos históricos em um circuito social ampliado.²⁴

Neste ponto, sublinha-se a necessidade de valer-se de todo e qualquer tipo de fonte para dar conta da complexidade dos usos e funções da imagem na vida social. Na busca por um caminho metodológico para o tratamento e leitura de fontes iconográficas, muitos estudiosos, principalmente entre os anos 1960 e 1970, apostaram na relação entre historiadores e semiólogos, visto que, a conjugação da postura descritiva dos inventários de imagens e a busca de linguagens que articulariam os seus sentidos, tornava possível interpretar historicamente aspectos do imaginário social. Dessa forma, a semiótica se apresentou como uma teoria explicativa, à medida que os estudos históricos ensejavam uma leitura crítica e contínua sobre os fenômenos de produção de sentido.

Encarar a fotografia como fonte de análise histórica só foi possível após a revolução documental, ocorrida no século XX, que possibilitou a ampliação da noção de fonte histórica. Contudo, ainda antes, aponta Peter Burke, uma pequena minoria de historiadores lançava mão dos estudos iconográficos como evidências históricas de períodos que antecediam a escrita.²⁵

A necessidade dos historiadores em problematizar temas pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-os a ampliar seu universo de fontes, bem como a desenvolver abordagens pouco convencionais, à medida que se aproximava das demais ciências sociais em busca de uma história total.²⁶

²³ SÉRVIO, Pablo Petit Passos. *O que estudam os estudos de cultura visual?* Santa Maria, RS: Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais, v.7, n.2, mai./ago. 2014. p. 196.

²⁴ MAUAD, Ana Maria., 2016. Op. cit., p. 41.

²⁵ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 19.

²⁶ MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Rio de Janeiro: Tempo, v.1, n.2, 1996. p. 81.

Desde seu nascimento a fotografia desempenhou um papel fundamental no processo de informação e conhecimento no campo das mais diversas ciências, sendo utilizada, entretanto, como prova infalsificável e inseparável da existência factual. Isto “(...) transformou-a num duplo da realidade, num espelho, cuja magia estava em perenizar a imagem que refletia”.²⁷ Apesar do verniz de verdade que a fotografia produz pela fidedignidade de sua estética visual, a objetividade de seu testemunho reside apenas na aparência e, por conseguinte, é no exercício de crítica à fonte que ela é percebida como uma escolha capturada, dentre um universo de outras escolhas possíveis, ou seja, o ato fotográfico é impregnado da visão de mundo do retratista. Boris Kossoy destaca que “toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época”.²⁸ Portanto, o fragmento do real retido em imagem e mediado pelo fotógrafo tem sua captura motivada segundo uma intenção, em outras palavras, o artefato fotográfico é produzido para uma dada finalidade. Posto que, sendo o fotógrafo autor do resultado obtido e não apenas mero operador da câmera, é de suma importância a pesquisa sobre o responsável pela fotografia analisada, para que seja possível compreender que filtros culturais permeiam e marcam o olhar do retratista. “É importante levar em conta também que o controle dos meios técnicos de produção cultural envolve tanto aquele que detém o meio quanto o grupo ao qual ele serve (...)”.²⁹ Em vista disso, as imagens também podem atuar como dispositivos que servem a elaboração e seleção de memórias socialmente controladas.

A fonte fotográfica, enquanto registro visual do vivido, é compreendida como um conjunto composto por informações multidisciplinares e, por isso, seu procedimento de investigação aponta para uma direção de cunho interdisciplinar. Decodificar os sinais visuais e os sentidos presentes nesses artefatos, são possíveis a partir da aplicação na busca da compreensão de seus contextos de produção e a finalidade mobilizadora de sua captura. Essas frações da realidade congeladas na fotografia configuram a perpetuação de uma lembrança do que se passou, em outros termos, são memórias cristalizadas em imagens. “É também a paralização súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente”³⁰. Desse modo, destaca-se a correspondência entre o efêmero e o perpétuo (a trajetória de longa duração dos códigos visuais, aquela que preserva a memória). Apenas quando se ultrapassa o nível

²⁷ Ibid., p. 75.

²⁸ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. – 5ª ed. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2014. p. 40.

²⁹ MAUAD, Ana Maria., 1996. Op. cit., p. 87.

³⁰ KOSSOY, Boris., 2014. Op. cit., p. 172.

iconográfico e técnico da imagem fotográfica seus significados podem ser descortinados e pode-se perceber que sua captura é realizada conforme as “(...) práticas sociais, políticas discursivas, que articulam o contexto e o imaginário”.³¹

A fonte fotográfica reserva ao historiador suas próprias problemáticas e na intenção de solucionar as questões iminentes, a atual pesquisa seguirá pela via da interdisciplinaridade, que encontra na abordagem histórico-semiótica o caminho de interpretação fotográfica sob o qual a produção de sentido recai em códigos convencionados culturalmente. A fotografia pode ser percebida como uma mensagem processada através do tempo e cuja chave de leitura repousa na compreensão dos aspectos culturais e sociais dos sujeitos que a produziram, em um processo de construção de sentido, dado que, “(...) entre o objeto e sua representação fotográfica interpõem-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente”.³²

Roland Barthes elenca dois níveis descritíveis de leitura, passíveis a análise fotográfica: a **denotação**, o primeiro nível e o mais simples, que compreende a cena literal, portanto, a etapa em que a maioria das pessoas consentiriam sobre seu significado; e a **conotação**, que não possui interpretação óbvia e é ancorada na cena cultural, na qual se identifica os valores historicamente estabelecidos aos elementos presentes na imagem, classificando-se, assim, como o plano que conecta sentido e temas mais amplos aos campos semânticos.³³ Essa dinâmica pode ser entendida, ainda, enquanto dois sistemas de significações que são estreitamente imbricados, em que o primeiro atua como significante do segundo. Apoiado na aplicação destes pressupostos é possível interpretar os signos de maneira completa, no mais amplo espectro da ideologia social, qual seja, as crenças gerais, quadros conceituais e sistemas de valores da sociedade.

Em acréscimo as concepções acima elencadas, Ana Maria Mauad encara a fotografia como material de produção cultural, resultado do trabalho social de produção sógnica.³⁴ Desse modo, a composição da narrativa fotográfica está diretamente associada aos meios técnicos de produção cultural, que possibilitam a contribuição da imagem na difusão de novos comportamentos e representações da classe detentora desses meios de produção, ao passo que, também atua como eficiente dispositivo de controle social, através da educação do olhar. A autora aponta, apoiada na concepção de imagem/monumento e imagem/documento – formulada a partir da noção de monumento e documento desenvolvida por Jacques Le Goff –, para a

³¹ CIAVATTA, Maria. *Memória, história e fotografia – Educando o trabalhador da grande “família da fábrica”*. Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico Nacional, v.32, 2000. p. 74.

³² MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Rio de Janeiro: Tempo, v.1, n.2, 1996. p. 79.

³³ BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 13.

³⁴ MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p.144.

existência de um circuito social da fotografia, que inclui todo o processo de criação, circulação e consumo de imagens fotográficas. Significa dizer que a fotografia é considerada simultaneamente uma imagem documento e monumento.

A imagem fotográfica deve ser compreendida como uma mensagem ordenada segundo dois aspectos: a **expressão** e o **conteúdo**. O primeiro diz respeito às escolhas técnicas e estéticas, como enquadramento, ângulo, iluminação, contraste, cor etc. Enquanto o segundo é definido pelas pessoas, objetos, lugares e vivências que estão retratadas na imagem. Ambos os elementos se relacionam no contínuo sistema de produção da imagem e apesar de ser permitido separá-los, a fim de tornar possível a análise fotográfica, sua compreensão só ocorre a partir da integração entre **expressão** e **conteúdo**.

Ademais, a fotografia pode ser concebida como fruto do processo de construção de sentido, levado a cabo pela elaboração de códigos e signos convencionados e veiculados na prática social, que coexistem e se articulam, a fim de fornecer significado ao universo cultural da sociedade. Entretanto, cabe apontar que essa relação “(...) não é automática, posto que entre o sujeito que olha e a imagem que elabora existe todo um processo de investimento de sentido que deve ser avaliado”.³⁵

Em contribuição ao debate, Stuart Hall salienta que uma mesma imagem pode possuir muitos significados e interpretações diferentes, por vezes pode até expressar sentidos diametralmente opostos.³⁶ Por apresentar caráter ambíguo, a indagação não deve repousar no questionamento se o significado encontrado de uma dada imagem é certo ou errado, ao contrário, deve-se inquirir sobre qual dos muitos sentidos possíveis para aquela imagem o repositório optou por privilegiar. “Roland Barthes (1990) argumenta que, frequentemente, é a legenda que seleciona um dos muitos possíveis significados da imagem e *estabelece-o* com palavras”.³⁷

³⁵ Ibid.

³⁶ HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicure, 2016. p. 143.

³⁷ Ibid., p. 144.

1. O LEGADO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A CRISE HUMANITÁRIA

A Segunda Guerra Mundial resultou em profundas mudanças no cenário geopolítico internacional: impérios foram derrubados, Estados Nacionais tiveram suas fronteiras redefinidas e a dinâmica política/econômica global se converteu na bipolarização entre duas superpotências, a saber, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A nova configuração das fronteiras territoriais afetou milhões de pessoas, cujas nacionalidades precisaram ser alteradas, o que gerou um grande número de apátridas. O “milhão restante” – termo estabelecido na literatura especializada – designava uma parcela expressiva de refugiados e deslocados que optaram pela não repatriação, na maioria dos casos por motivos políticos e pela falta de vínculo com seus territórios de origem, os quais foram anexados por outros Estados ou adquiriram novos regimes sociais, políticos e econômicos. Uma das respostas a essa problemática se deu pelo deslocamento para as Américas e o Brasil desempenhou um significativo papel na recepção desse grupo a partir de 1947. Foi uma das últimas levas de imigrantes introduzidas no país através da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

1.1 A problemática dos deslocamentos populacionais ao término da Segunda Guerra Mundial

Figura de destaque neste trabalho e nas imagens que futuramente serão examinadas, os refugiados³⁸ e deslocados de guerra³⁹ compunham o quadro do grande contingente humano

³⁸ O conceito data do séc. XVII, quando era utilizado para se referir aos protestantes franceses perseguidos em virtude da revogação do Édito de Nantes, em 1685. Posteriormente, no séc. XIX, aplicava-se àqueles que escapavam de sua terra natal por força de suas opiniões ou filiações políticas. Foi, sobretudo, a partir da Primeira Guerra Mundial que à noção de refugiado acresceu-se em definitivo a designação de um problema internacional, consequência das transformações políticas e territoriais acarretadas pelo conflito, em que ações delimitadas por fronteiras nacionais não seriam capazes de sanar a questão. Para mais informações: MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 30 e 31.

³⁹ Ou *displaced persons (DPs)*, designava pessoas que foram afastadas de seus territórios em decorrência dos conflitos que compreendiam os eventos da Segunda Guerra Mundial e que tinham em vista o interesse de retornar a seus países de origem. No entanto, nem todos aqueles classificáveis como deslocados de guerra manifestaram o desejo de regresso, o que do ponto de vista semântico/conceitual podia convertê-los a categoria de refugiados. Para mais informações: ANDRADE, José H. Fischel de. *A política de proteção a refugiados da*

vítima da Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX. Calcula-se que no período de 1939 a 1947, cerca de 53 milhões de pessoas achavam-se afastadas de seus territórios pátrios⁴⁰ e, embora, os números fossem alarmantes, o desafio já era esperado como herança dos horrores perpetrados na guerra. Como se não bastasse, o cenário que se desenhava tomava proporções cada vez mais críticas à medida que se avizinhava a crise de fome e as chances de surtos epidêmicos.⁴¹

Em razão desse fenômeno foi criada, em novembro de 1943, a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR)⁴² e sua fundação, ainda no desenrolar da guerra, atestava que a movimentação populacional pela Europa já orbitava na ordem do dia e demandava especial atenção. Essa questão, no entanto, era encarada como passageira, na expectativa de que rapidamente se solucionaria com o pós-guerra.⁴³ Importante apontar que apesar de trazer em sua nomenclatura o termo “Nações Unidas”, esta organização só viria a concretizar-se em junho de 1945.⁴⁴

De caráter temporário, a ANUAR⁴⁵ tinha como objetivo a melhoria das condições de existência nas áreas devastadas que haviam sido libertadas pelos exércitos aliados e que

Organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 49 e 50.

⁴⁰ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 02.

⁴¹ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 34.

⁴² Em inglês *United Nations Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA)*. Em abril do mesmo ano realizou-se a Conferência de Bermudas cuja resolução demarcaria as ações da futura agência. Na ocasião ficou estipulado que o termo refugiado abarcaria todos os indivíduos, que independente de procedência e como resultado dos acontecimentos na Europa, foram impelidos a deixar seus países de residência por terem ameaçadas suas vidas e liberdades, em razão de raça, religião ou crença política. Para mais informações: MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 48.

⁴³ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 15.

⁴⁴ A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição intergovernamental que tem por propósito assegurar a paz e a segurança em escala global e, através da cooperação internacional, alcançar o desenvolvimento socioeconômico e a garantia da dignidade humana, que culminou na elaboração, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

⁴⁵ Mesmo sendo pioneira nas atividades que executava, a ANUAR e as organizações que a sucederam não eram inaugurais no que se referia a uma ação coordenada direcionada especificamente a temática dos refugiados e deslocados. Houve tentativas anteriores de encontrar caminhos para administrar a questão, no contexto da Liga das Nações. Em 1938, foi criado o Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados (ACLNR), cuja malograda estratégia se baseava no financiamento individual dos Estados interessados em atuar nessa frente ou através de investimentos de organizações privadas, num esforço de evitar conflitos internos entre as nações participantes da Liga. Ainda no mesmo ano, surgiu o Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR) – em inglês, *Intergovernmental Committee of Refugees (IGCR)* – fundado por iniciativa estadunidense, como uma organização internacional independente, dedicada exclusivamente aos refugiados judeus provenientes da Alemanha e Áustria. Esta também não obteve grande êxito, principalmente, devido a recusa de muitos Estados em receber esses indivíduos e correr o risco de se indispor com a Alemanha, uma vez que julgavam a

estivessem sob o controle de países signatários da Declaração das Nações Unidas⁴⁶, além de prestar assistência, principalmente aos deslocados de guerra, através de provisões materiais. No imediato pós-guerra este organismo internacional também contribuiu na coordenação dos processos de repatriação, através da supervisão de autoridades militares.⁴⁷

A variedade de campos de refugiados e deslocados espalhados pela Alemanha, Áustria, Itália e Grécia sob a gerência da ANUAR, dava uma pequena amostra da complexidade das operações de assistência.⁴⁸ Estima-se que, em 1945, aproximadamente 7 milhões de pessoas foram repatriadas com o auxílio da organização, com o acréscimo de 1 milhão entre novembro daquele ano a janeiro de 1947, e embora a esmagadora maioria deste grupo tenha retornado aos seus domicílios nos meses seguintes ao término do conflito, um número expressivo de pessoas demonstrava certa resistência frente a sugestão de regresso, principalmente poloneses, bálticos, soviéticos e ucranianos.⁴⁹ Somando-se a isso, existiam também aqueles que partiram de seus países após o estabelecimento dos acordos de paz, dado que em muitas regiões, a exemplo dos Balcãs, os conflitos não findaram com o cessar-fogo e guerras civis eclodiram por várias partes.⁵⁰

As objeções apresentadas por muitos dos *displaced persons* podem ser caracterizadas como uma certeza de contrariedade aos regimes socialistas – que viriam se instalar no Leste Europeu – ou mesmo por questões mais pragmáticas, como as condições de vida naquelas localidades, a despeito do caráter político assumido por estes. Afinal, na sequência da Segunda Guerra, o continente europeu poderia ser vislumbrado como a síntese da miséria e da desolação total.⁵¹

Esse episódio produziu graves tensões entre o bloco ocidental e o bloco socialista, participantes do conselho da ANUAR, visto que a instituição não havia sido concebida para

perseguição como um fenômeno transitório. Por fim, o Regime Nazista também rejeitou qualquer possibilidade de acordo com o CIR, que encerrou as atividades em 1947. Para mais informações: ANDRADE, José H. Fischel de. *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)*. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 46-48; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 15 e 16.

⁴⁶ O acordo foi assinado, em 1942, por 26 nações, entre elas os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China. É apenas no ano seguinte que o Brasil se associa a aliança. Para mais informações: BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 34.

⁴⁷ ANDRADE, José H. Fischel de. *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)*. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 49.

⁴⁸ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti., 2017. Op. cit., p. 18.

⁴⁹ MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 49.

⁵⁰ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti., 2017. Op. cit., p. 20 e 21.

⁵¹ *Ibid.*, p. 20.

lidar com essa questão e a disputa entre repatriação⁵² e reassentamento⁵³ era o ponto central do debate. O bloco socialista possuía uma visão rígida sobre os opositores à repatriação, considerando-os traidores e, por isso, inaptos ao recebimento de assistência.⁵⁴ A inauguração do quarto plano quinquenal, que gerava uma enorme requisição por mão-de-obra, pode explicar em parte os apelos soviéticos pela rápida repatriação e, ademais, acomodar seus cidadãos em outros territórios, dado que em maioria eram contrários ao regime vigente, estimularia a propaganda anticomunista pelo mundo⁵⁵. Inicialmente, o bloco ocidental optou por um posicionamento flexível quanto ao assunto, na tentativa de conservar “boas relações com Moscou e para evitar problemas na devolução dos seus nacionais que se encontravam em poder da URSS”.⁵⁶ Dessa forma, o uso da força se tornou progressivo nas operações de repatriação, frente às objeções dos grupos de deslocados e refugiados.⁵⁷

Após alcançado o objetivo do regresso de sua gente e diante de sucessivas denúncias de maus tratos e punições aos soviéticos retornados⁵⁸, cresceu a relutância da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América em dar continuidade as repatriações forçadas em suas zonas de ocupação.⁵⁹

Em 3 de Janeiro de 1946, uma mensagem da CCG/BE [*Control Comission for Germany – British Element*] estabelecia que somente as pessoas que fossem cidadãos soviéticos em 1o de setembro de 1939 e que se encaixassem nas seguintes categorias seriam repatriadas a despeito de sua vontade: aqueles capturados em uniformes alemães; aqueles que fossem membros das forças soviéticas depois de 22 de junho de

⁵² Processo voluntário de regresso ao país de origem, geralmente, mediado por acordos com agências internacionais especializadas, a fim de garantir proteção, dignidade da pessoa humana e provisões materiais de sustento no território pátrio. Nos casos em que o retorno é forçado, a operação converte-se em deportação. Para mais informações: MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 51 a 53.

⁵³ O reassentamento consiste na transferência de refugiados de um Estado anfitrião para outro país que tenha aceitado admiti-los no seu território em caráter permanente. Essas nações devem proporcionar aos refugiados proteção legal e física, incluindo os direitos básicos legados aos seus nacionais, como acesso a saúde, educação, segurança etc. Para mais informações: UNHCR/ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. *Reassentamento*. Brasil: UNHCR/ACNUR, s/d. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/>>. Acesso em: 15/05/2021.

⁵⁴ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte., 2014. Op. cit., p. 35.

⁵⁵ Ibid., p. 45.

⁵⁶ Ibid., p. 36.

⁵⁷ Muitos DPs, aterrorizados com a imposição do regresso, chegavam ao ponto de cometer suicídio. Para mais informações: BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 37.

⁵⁸ Estima-se que dos 5,5 milhões de nacionais soviéticos repatriados, um a cada cinco sofreram execuções ou condenações a trabalhos forçados e outros ainda tiveram como destino o exílio na Sibéria. Para mais informações: MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 18.

⁵⁹ Ibid.

1941 e que não tivessem sido dispensados; aqueles que tivessem comprovadamente ajudado os inimigos.⁶⁰

As crescentes discordâncias entre as potências antagônicas que despontavam no cenário internacional resultaram na inviabilidade das operações de repatriação no que toca a problemática dos refugiados. A principal alegação dos soviéticos recaía na percepção de que as práticas da ANUAR incentivavam a permanência das pessoas nos campos de refugiados e, portanto, não haveria sentido em dar continuidade as suas atividades. A única saída que se desenhava para pôr fim ao impasse dos grupos opositores a ideia de retorno aos territórios de origem era o processo de reassentamento, que por sua vez estava para além da jurisdição da instituição e “à essa altura já estava claro que a solução deveria ser gerada no âmbito das Nações Unidas através da criação de uma nova agência”.⁶¹ As insatisfações também eram compartilhadas pelo governo Truman, que em decorrência do êxito da ANUAR na recuperação da Iugoslávia e da Polônia julgava a organização como veículo de recuperação dos países comunistas, financiado com capital norte-americano, seu principal contribuinte. A soma desses fatores obstruiu as chances de longevidade da ANUAR, que teve sua extinção anunciada no final de 1946.⁶²

As disputas acerca do sentido de como deveria ser encaminhada a questão do “milhão restante” culminou na concepção da Organização Internacional para Refugiados (OIR)⁶³ e as exaustivas negociações levadas a cabo para sua criação marcaram “(...) a transição entre as esperanças de uma colaboração eficaz no cenário pós-guerra e a realidade da Guerra Fria”.⁶⁴

A questão dos refugiados e deslocados já se encontrava presente na pauta da primeira reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada de 10 janeiro a 14 de fevereiro de 1946, em Londres. Na sessão o assunto foi abordado em caráter de urgência e ficou recomendado que sua condução se fizesse sob os cuidados de um “Comitê Especial” – mais tarde denominado Comitê Especial de Refugiados e Deslocados –, encarregado de preparar um relatório reservado à análise do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)⁶⁵. Foi sugerido à junta examinadora que se levasse em consideração a natureza internacional da problemática.⁶⁶ Dessa feita, foi aprovado, em 03 de outubro de 1946, o Projeto de Constituição

⁶⁰ Ibid., p. 37 e 38.

⁶¹ Ibid., p. 40.

⁶² Ibid., p. 38.

⁶³ Em inglês *International Refugee Organization (IRO)*.

⁶⁴ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 04.

⁶⁵ Em inglês *United Nations Economic and Social Committee*.

⁶⁶ Resolução 8 (I) adotada pela Assembleia Geral em 12 de fevereiro de 1946. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/59/IMG/NR003259.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 14 de

da OIR e naquele mesmo ano submetido a votação na Assembleia Geral, contando com 18 abstenções – incluindo a do Brasil –, 30 votos a favor e 5 contra sua aprovação.

O resultado dessa votação foi significativo, tanto pelas abstenções quanto pelos votos contra. As abstenções podem ser vistas como uma falta de interesse pelo problema dos refugiados, em especial se se levar em conta que somente dois dos Estados que se abstiveram da votação eram europeus (i.e. Tcheco-Eslováquia e Suécia). Já os votos contrários foram consequência tanto da discordância do Bloco socialista com o texto da Constituição da OIR, quanto do seu desejo de manter a problemática dos refugiados fora da Agenda Internacional. A votação, portanto, refletiu a criação de uma organização que, apesar de originalmente ter como escopo propósitos humanitários, já exibia muitas características de natureza essencialmente política.⁶⁷

Destaca-se no decorrer dos preparativos para Constituição da OIR os impasses político-ideológicos, em que as expectativas dos atores envolvidos nas negociações deveriam ser superadas a fim de se atingir uma concordância sobre a criação de um órgão internacional encarregado de coordenar a temática em questão.⁶⁸ A atmosfera hostil que marcou os debates já sugeria que “(...) não seria tão fácil chegar-se ao número necessário de comprometimentos, por meio de instrumentos de adesão ou ratificação, que possibilitasse a OIR o início de suas atividades”.⁶⁹ Os dirigentes da URSS defendiam que a nova organização deveria concentrar seus esforços em registrar, alimentar e repatriar os deslocados e refugiados que estivessem sob sua égide, caso contrário se recusariam a incorporar seu quadro de membros.⁷⁰

Em dezembro de 1946, foi implementada a Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados (CPOIR)⁷¹, cuja finalidade era assegurar a continuidade dos serviços de assistência aos deslocados e refugiados de guerra enquanto não entrava em exercício oficialmente o mandato da OIR, que dependia da adesão de Estados filiados. Quando do encerramento das funções do Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR)⁷² e da Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Reestabelecimento (ANUAR), em julho de 1947, o comitê provisório assumiu a proteção de 704.000 refugiados e deslocados espalhados pela Europa e Oriente Médio, além de outros 900.000 elegíveis para reassentamento.⁷³

Deve-se mencionar que ela não se ateu aos europeus, tendo mesmo assistido aos chineses que haviam sido deportados pelos japoneses de seus assentamentos, no

abril de 2013. Apud: BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 40.

⁶⁷ ANDRADE, José H. Fischel de., 2005. Op. cit., p. 04 e 05.

⁶⁸ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte., 2014. Op. cit., p. 42.

⁶⁹ ANDRADE, José H. Fischel de., 2005. Op. cit., p. 05.

⁷⁰ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte., 2014. Op. cit., p. 41.

⁷¹ Em inglês *Preparatory Committee of the International Refugee Organization (PCIRO)*.

⁷² Em inglês *Intergovernmental Committee on Refugees (IGCR)*.

⁷³ ANDRADE, José H. Fischel de., 2005. Op. cit., p. 06.

retorno a seus domicílios em Singapura, Sião e nas Índias Holandesas, o que foi levado a cabo após a permissão dos respectivos governos.⁷⁴

Em 20 de agosto de 1948, a Comissão Preparatória foi substituída pela constituição da OIR, quando enfim entrou em vigor seu mandato, ratificado pelos Estados que aceitaram integrar a organização, a partir de contribuições correspondentes a seus orçamentos.⁷⁵ Em efeitos práticos, poucas alterações se notaram em suas funções, que consistiam em identificação, registro e classificação; auxílio, assistência, proteção jurídica e política; provisão de transporte; repatriamento e reassentamento (este último se revelou uma opção mais viável frente à problemática dos refugiados).⁷⁶ Quanto às questões de elegibilidade, ou seja, regras e diretrizes que tornavam um indivíduo apto a receber assistência e proteção, “A Constituição da OIR estampava uma definição de ‘refugiado’ muito mais ampla que as anteriores e, ademais, colocava sob seu mandato, igualmente, os deslocados, jamais definidos em instrumentos jurídicos convencionais”.⁷⁷ A abrangência desta cláusula possibilitou a individualização desse conceito, visto que a ênfase era posta na situação do indivíduo e na descrição das razões de sua perseguição. Dessa forma, houve a possibilidade de integrar como elegíveis desde “russos brancos” e armênios, que se recusavam a repatriação, até aqueles provenientes dos territórios comunistas integrados no imediato pós-guerra.

A OIR trouxe com a consecução de seus trabalhos importantes contribuições no processo de elegibilidade como refugiado. Não obstante, faz-se necessário observar que tal conceituação estava ancorada nos princípios ocidentais de individualização, o que provocara, em muitas oportunidades entreveros entre os EUA e a URSS. Nessa linha de contribuições, a própria compreensão de que a perseguição política, ou seu fundado temor para tal, representassem objeções válidas, seria um marco.⁷⁸

Outro elemento que não pode ser desprezado era a subjetividade nas seleções dos oficiais de elegibilidade, considerando que seus valores e interpretações interferiam diretamente nas decisões.⁷⁹ Entretanto, toda e qualquer assistência internacional era negada a traidores,

⁷⁴ Ibid., p. 07.

⁷⁵ Os países que aderiram como Estados-membro da agência foram: Austrália, Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, República Dominicana, Suíça e Venezuela.

⁷⁶ Ibid., p. 09.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 24.

⁷⁹ ANDRADE, José H. Fischel de. *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)*. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 68.

colaboracionistas e criminosos de guerra, e nenhum procedimento deveria ser tomado no sentido de impedir sua punição.

Deter personalidade jurídica permitiu a OIR elaborar sua própria política de admissão de Estados-membro, “(...) o que lhe ensejou ter tanto uma operacionalidade sem a participação dos Estados do Bloco do Leste, quanto, como Estados-membro, países não tecnicamente vinculados às Nações Unidas, caso da Suíça”.⁸⁰ Sucedeu-se então que os principais subsidiários da organização eram respectivamente, os Estados Unidos da América – que chegou a custear mais de 50% do capital – Reino Unido e França.⁸¹ O reduzido número de Estados-integrantes e sua dependência majoritária do financiamento estadunidense comprometeu seriamente o orçamento da OIR, além de torná-la a menos universal das entidades especializadas.⁸²

Criada para lidar com uma questão que se entendia como pontual, a OIR como projeto provisório, foi suplantada pelo caráter permanente da problemática dos refugiados, em que continuamente novas levas eclodiam pelas diferentes partes do globo. Por conseguinte, a instituição não teve fôlego para realizar mais do que o planejado, tornando-se a primeira entidade especializada das Nações Unidas a ser extinta, em janeiro de 1952. Em seu período de existência a OIR contou com um extenso número de funcionários, espalhados pelas mais diversas funções, foi responsável pelo transporte de milhares de refugiados e deslocados, inclusive por meios aéreos, além de ter estabelecido parcerias com organizações voluntárias. Graças a esse esforço, pouco mais de um milhão de pessoas tiveram a possibilidade de reconstruir suas vidas em países de acolhida e outros 73 mil foram auxiliados no retorno a sua terra natal.⁸³ Apesar das ações efetuadas e com o encerramento de suas atividades, cerca de 400 mil refugiados encontravam-se espalhados pela Europa e, neste cenário, as competências antes atinentes a OIR, foram transferidas para os Estados Nacionais em que houvesse refugiados em seus territórios e para outras instituições.⁸⁴

Todavia, essa partilha de responsabilidades junto aos Estados ia de encontro ao conceito de relação entre a sociedade internacional e os refugiados. Afinal, advogava-se que somente, e tão somente, quando a responsabilidade conjunta fosse reconhecida e reverberasse em ações, a questão dos refugiados poderia ser solucionada.⁸⁵

⁸⁰ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 08.

⁸¹ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 29.

⁸² ANDRADE, José H. Fischel de., 2005. Op. cit., p. 11.

⁸³ Ibid., p. 27.

⁸⁴ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti., 2017. Op. cit.

⁸⁵ Ibid.

Ainda nos últimos anos de existência da Organização Internacional para Refugiados (OIR) criou-se, em dezembro 1950, também sob a alçada da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸⁶, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁸⁷, que viria a herdar as funções de sua antecessora. Na esfera regional surgiu o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME)⁸⁸, um organismo que teve atuação concentrada “(...) ao reassentamento de refugiados e aos deslocamentos dos excedentes de população europeia (...)”.⁸⁹

De acordo com seu estatuto, o ACNUR constituía-se como órgão internacional de caráter apolítico, humanitário e social, cujas funções consistiam em proteger internacionalmente os refugiados e buscar soluções definitivas para sua problemática, bem como assessorar as ações de repatriação voluntária ou a integração local desses indivíduos.⁹⁰ Financeiramente, o órgão dependia do orçamento da ONU, que desde o princípio se revelou insuficiente e, por isso, as contribuições de natureza voluntária foram substanciais para a implementação de programas de repatriamento e reassentamento.

Em 1951, foi adotada a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado⁹¹, elaborada como um instrumento internacional de proteção legal aos refugiados, responsável por instituir os princípios básicos para o tratamento desse grupo e seu estatuto jurídico. A elaboração de seu programa, entretanto, ensejou sérias disputas, sintetizada em duas visões contrastantes: as correntes de pensamento “europeísta” e “universalista”. A primeira perspectiva defendia que o tratado fosse aplicado apenas aos refugiados originários da região europeia e encontravam em países como Estados Unidos da América, França, Itália e Austrália seus principais representantes; inversamente, o segundo grupo, liderado pelo Reino Unido, Egito, Bélgica, Iugoslávia e Canadá, argumentava que esse mecanismo deveria operar como um dispositivo geral e, portanto, disponibilizado a todos os refugiados. Em vista de conciliar ambas as

⁸⁶ Em inglês *United Nations (UN)*.

⁸⁷ Em inglês *United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)*.

⁸⁸ Em inglês *Intergovernmental Committee for European Migration (ICEM)*.

⁸⁹ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 11.

⁹⁰ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 29.

⁹¹ Ratificado apenas em abril de 1954, esse regimento contou com a assinatura inicial de 12 países, dentre eles: Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Holanda, Iugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça. No ano seguinte, em 1952, Brasil, Itália e Turquia também se juntaram ao grupo de signatários. Esses últimos em companhia da Colômbia, optaram pela fórmula restritiva no que compete a sua execução. Para mais informações: MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 62 e 63.

correntes, o delegado do Vaticano conduziu de modo decisório os debates ao sugerir a aplicabilidade de acordo com o método que julgasse adequado cada Estado subscrito.⁹²

O estatuto de 1951 possuía como pedra angular o princípio da não-devolução, ou seja, proibia o retorno forçado daqueles(as) que se negavam a repatriação. Apesar de incluir as resoluções anteriormente definidas pelos órgãos internacionais e consolidar a interpretação individual e subjetiva para avaliação de solicitantes de refúgio, estabelecida pela Constituição da OIR, a Convenção de 1951 apresentou limitações de cunho temporal, visto que a definição de refugiado assumida restringia seu emprego aos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Para contornar esse entrave, em 1966, submeteu-se a Assembleia Geral da ONU um protocolo, ratificado no ano seguinte, que tinha como proposta ampliar o horizonte de aplicação da Convenção aos “novos refugiados”, ou seja, pessoas que adquiriram essa condição em decorrências de acontecimentos posteriores a 1º de janeiro de 1951.⁹³

A Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951, em combinação com o Protocolo de 1967, “(...) pode ser compreendida como a consolidação de instrumentos legais relativos aos refugiados fornecendo subsídios aos seus direitos em âmbito internacional”⁹⁴, ao preconizar o aspecto universalista de sua cláusula jurídica e garantir que em caso de necessidade qualquer pessoa tenha assegurado seu direito de usufruir do refúgio em outro país. Por último, importa destacar que o ACNUR continua em exercício nos dias atuais, assegurando proteção e assistência aos refugiados de todo o mundo.

1.2 A política imigratória brasileira no imediato pós-guerra e o recebimento dos refugiados

O contexto nacional do pós-Segunda Guerra Mundial significou a retomada da política de imigração dirigida, inaugurada pelo governo de Getúlio Vargas.⁹⁵ Devido às normas de

⁹² MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 61 e 62.

⁹³ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 35.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 33.

⁹⁵ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização*. Brasília: Cena Internacional, v.9, n.2, 2007. p. 185.

restrição à imigração adotadas pela política varguista em associação ao longo período de conflitos armados, que inibiu o tráfego continental de pessoas, a realidade do fluxo imigratório no Brasil era consideravelmente distinta do que prevaleceu desde fins do século XIX, com quedas abruptas no índice de entrada de imigrantes no país. Todavia, com o término da guerra e as missões internacionais para realocação das vítimas, as autoridades admitiram uma abertura no arranjo imigratório, considerando a vinda de refugiados do conflito na condição de imigrantes.⁹⁶

Poucos meses após a ascensão ao cargo executivo, a administração Vargas apressou-se em empregar sua primeira medida de caráter restritivo a imigração, através do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. A principal finalidade desse dispositivo estava em pavimentar um método de controle do ingresso de imigrantes no Brasil, abrindo exceções “(...) àqueles já domiciliados no país, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de ‘bilhetes de chamada’ e aos agricultores, agrupados em famílias”.⁹⁷ Discriminou-se também a “Lei dos 2/3”, que obrigava aos estabelecimentos dispor de não mais que 1/3 de contratados estrangeiros em seu quadro de funcionários e, portanto, guardando preferência a admissão de brasileiros. Nos casos de carência de mão de obra nacional qualificada para o desempenho de funções específicas, o Ministério do Trabalho estimulava o emprego de estrangeiros naturalizados.⁹⁸ Sua implementação teve como base argumentativa a defesa do trabalhador nacional em detrimento do imigrante, sobretudo no ambiente urbano.⁹⁹

A aprovação do Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934, fixou a diferenciação entre estrangeiros imigrantes e não imigrantes. Afiançada nas alegações de que a causa do acentuado índice de desemprego era desencadeado pela entrada caótica de imigrantes, que também contribuíam para a desordem econômica e a insegurança social¹⁰⁰, foi classificado como imigrante todo estrangeiro que tivesse por objetivo ingressar no Brasil por mais de 30 dias, com a pretensão do exercício de atividade profissional legal e lucrativa, que lhe garantisse sustento próprio e de seus dependentes.¹⁰¹ Esta categoria também se fragmentava em agricultores e não agricultores,

⁹⁶ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 13.

⁹⁷ GERALDO, Endrica. *O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo*. Juiz de Fora, MG: Locus – Revista de História, v.15, n.1, 2009(I). p. 172.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934. *Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html>>. Acesso em: 10/06/2021.

ficando evidente os “(...) interesses do governo em priorizar especialmente a vinda em caráter permanente de pessoas que se dirigissem para o trabalho agrícola”.¹⁰² Segundo a mesma legislação, a entrada de estrangeiros imigrantes ou não, deveria ser precedida obrigatoriamente pelo processo de “cartas de chamada”, documento remetido por parente ou contratante do candidato a imigração, com valor de licença, atestado pelas autoridades do consulado e da Chefatura de Polícia, para desembarque e trânsito livre em solo brasileiro.¹⁰³

O resultado da implementação do regime de “cartas de chamada” foi a formação de uma verdadeira indústria de falsificação dessa declaração, cuja manobra excessiva obstruiu novas correntes imigratórias, ao passo que verteu aos centros urbanos parcela expressiva de recém-chegados na condição de “agricultores”.¹⁰⁴ Sem demora o decreto nº 24.258 foi revogado e a Constituição Federal, promulgada em 16 de julho de 1934, inaugurava a “Lei de Cotas”, inspirada naquela instituída nos EUA, que ofereceria maior restrição a entrada de imigrantes. Assim, de acordo com o Art. 121, § 6º, fixado na constituição:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.¹⁰⁵

Esta nova medida, apesar de manifestar uma drástica mudança de direção da tradição brasileira traçada no campo imigratório, satisfazia e expandia os processos iniciados pela política federal, marcados por estratégias de controle do ingresso de imigrantes no país, além de compor um conjunto de ideias e valores adotados na construção do ideal de nação que se pretendia pôr em prática. Neste ponto, a “Lei de Cotas” pode ser lida como um dos maiores legados da Era Vargas, na medida em que consolidava os princípios da imigração dirigida. Essa prática consistia em um sistema que parte da premissa de seleção, baseada em critérios racionais, com o discurso de visar à assimilação e integração do imigrante à sociedade brasileira.¹⁰⁶ A orientação das cotas para a imigração foi mantida na Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937 e regulamentada pelos Decretos-Leis nº 406, de 4 de maio de 1938, e

¹⁰² KOIFMAN, Fábio. “Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 167.

¹⁰³ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização*. Brasília: Cena Internacional, v.9, n.2, 2007. p. 185.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ BRASIL. Constituição de 1934. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15/06/2021.

¹⁰⁶ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen., 2007. Op. cit., p. 186.

nº 3.010, de 20 agosto de 1938, sob a prerrogativa de “(...) preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais”.¹⁰⁷ Afora as limitações por nacionalidade, é também descrito com clareza o perfil de trabalhador imigrante que o Brasil desejava receber: “Oitenta por cento (80%) de cada quota serão destinados a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais”.¹⁰⁸

O campo sempre desempenhou papel importante na conveniência de inserção do imigrante e a atividade nos espaços rurais ganhou ainda mais relevância com a criação do programa “Marcha para o Oeste”, viabilizado pelo gabinete Vargas com o objetivo de integrar e desenvolver economicamente as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A demanda pela ocupação do chamado “vazio territorial” estimulava a participação do elemento estrangeiro com potencial para colaborar com o avanço da produção agrícola no território. Ao mesmo tempo, as políticas de repressão levadas a cabo no Estado Novo se dedicavam a encarar de forma suspeita o contingente imigrante residente no país, em especial aqueles reunidos em núcleos coloniais, julgando-os como propagadores de ideologias nocivas, tais quais o socialismo, a anarquia, o fascismo e o nazismo¹⁰⁹. A fim de oferecer maior domínio sobre esses estrangeiros, criou-se, em 1938, o Conselho de Imigração e Colonização (CIC)¹¹⁰, órgão diretamente ligado ao Chefe de Estado, com o encargo de inspecionar, distribuir e “(...) imprimir à política imigratória do país sentido mais adequado aos interesses nacionais”¹¹¹, de maneira a intensificar a assimilação da população exógena à cultura e aos hábitos brasileiros.

Tendenciosamente batizados de “quistos étnicos”, os núcleos de colonização agrícola eram caracterizados por constituírem-se de agrupamentos de imigrantes em pequenas propriedades, que por vezes eram recrutados a partir de subvenções governamentais. Sua implementação foi promovida desde meados do século XIX, com a finalidade de atender projetos de povoamento de regiões pouco habitadas, na composição de braços para a lavoura e reserva de mão de obra em épocas específicas do ano, na urgência de trabalhadores sazonais.

¹⁰⁷ BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. *Regulamenta o decreto-lei nº406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2021.

¹⁰⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. *Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2021.

¹⁰⁹ GERALDO, Endrica. *O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo*. Juiz de Fora, MG: Locus – Revista de História, v.15, n.1, 2009(I). p. 173.

¹¹⁰ Sua gênese foi prescrita pelo art. 73 do decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938.

¹¹¹ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização*. Brasília: Cena Internacional, v.9, n.2, 2007. p. 186.

Era comum que essas comunidades se organizassem e conservassem no seu interior costumes, práticas culturais e a língua de suas terras natais, que eram transmitidas através de associações, escolas, jornais etc. A cúpula do Estado Novo e os agentes do CIC, entretanto, enxergavam nessa disposição uma ameaça à soberania nacional, na medida que em que eram considerados inassimiláveis, principalmente após a deflagração da Segunda Guerra Mundial e o ingresso do Brasil no conflito, em favor dos Aliados. Neste momento, os imigrantes alemães, italianos e japoneses passaram a experimentar maior hostilidade de instâncias governamentais e da opinião pública, que os rotulavam como “quinta-colunistas”, isto é, bases de ação e investida dos inimigos em terras brasileiras. Graças a essas acusações, “(...) a categoria do imigrante branco europeu ‘desejável’ deixa de ser suficiente para a análise das políticas direcionadas a esses núcleos”.¹¹²

Dentre as muitas repartições públicas federais dedicadas a lidar com aspectos da questão imigratória, o CIC era a que concentrava maior poder de gerência e condução de medidas ligadas a temática, por meio do estrito diálogo com os demais departamentos.¹¹³ Sua atuação foi fundamental nas campanhas de nacionalização dos espaços de concentração estrangeira, assumindo como expediente ações de repressão policial em combinação com intervenções nesses estabelecimentos, de modo a sufocar suas identidades linguística e cultural, a propósito de desarticular a unidade interna.

O mecanismo de operacionalização do CIC sustentava-se segundo a premissa da assimilação e categorização do elemento europeu desejável, pois o acesso permanente do estrangeiro ao Brasil deveria marchar em consonância às exigências econômicas e de formação étnica e social do país. Para tanto, o foco recairia no aspecto seletivo dessa orientação imigratória, em observância às aptidões físicas e morais dos requerentes e suas qualidades eugênicas, ou em outras palavras, à capacidade em contribuir com o desenvolvimento da nação e o melhoramento da raça. Expurgar a danosa herança das políticas imperiais consumadas na imigração espontânea e na instalação dos “quistos étnicos”, que apesar de terem servido aos interesses passados já não logravam mais resultados oportunos, era considerado requisito indispensável para o progresso nacional.

¹¹² GERALDO, Endrica., 2009(I). Op. cit., p. 177.

¹¹³ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 79.

Na seara das emendas e propostas parlamentares para redação da nova constituinte, convocada em fins de 1933, a abordagem eugenista¹¹⁴ destacava-se nos discursos proferidos pela classe dirigente e nos seus posicionamentos. A influência do movimento eugênico já prosperava no Brasil do início dos novecentos e gozava de prestígio entre os intelectuais e cientistas da época em virtude de suas teorias raciais, que uma vez adotadas com rigor conduziriam o país em direção à modernização e reverteriam o atraso “civilizatório” brasileiro, através da padronização racial e seu conseqüente melhoramento com incentivo a miscigenação a partir da introdução de elementos brancos europeus pela via imigratória. Por esse motivo, a imigração e a questão racial estavam intimamente relacionadas nos debates promovidos na Assembleia Nacional Constituinte e a argumentação eugenista conquistava espaço no cenário político e no pensamento social brasileiro, atingindo o ápice com amparo legal de seus pressupostos na constituição de 1934. Não por acaso, o principal alvo da “Lei de Cotas” eram os estrangeiros de origem japonesa, o grupo mais expressivo de imigrantes não brancos que residia no território brasileiro e cuja entrada crescia exponencialmente desde 1908. Fixar as limitações de ingresso anual a 2% do contingente registrado de 1884 a 1933, atingia em cheio a corrente nipônica. Esta cláusula, contudo, não era empregada de igual forma à todos os grupos nacionais admitidos e se flexibilizava de acordo com as ambições do Governo Federal, que

(...) para assegurar a integridade étnica, social e econômica, e satisfazer as necessidades da imigração, permitiu ao CIC que transferisse o saldo das cotas não utilizadas por certas nacionalidades para aquelas que já se achassem esgotadas e permitiu a elevação da cota até 3.000 pessoas para as nacionalidades que não tivessem alcançado esse total, sempre que fosse conveniente.¹¹⁵

Apesar da aplicação controversa da lei, as discussões suscitadas sobre imigração e teorias eugênicas no entorno de sua formulação extrapolaram a barreira dos boletins

¹¹⁴ O termo eugenia, de autoria do inglês Francis Galton (1822-1911), significa “bem-nascido” em grego e despontou como uma linha de pensamento que, apesar de racista, ganhou ares de ciência quando surgiu no final do século XIX. Sua construção, de bases instáveis, resultou de um amálgama de velhas e novas teorias científicas, como o darwinismo, neolamarckismo, mendelismo etc. Esse movimento defendia o aprimoramento da raça através da discriminação e esterilização de grupos “indesejáveis”, que incluía desde indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica e dependentes químicos, até deficientes físicos e portadores de transtornos mentais. No Brasil, o movimento higienista foi o responsável pela consolidação do eugenismo, que sofreu adaptações e assumiu novas roupagens de acordo com a realidade local. Os adeptos brasileiros enxergavam na miscigenação uma oportunidade para alcançar o branqueamento, sinônimo para o melhoramento genético e racial da população. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e após as denúncias das atrocidades cometidas no Holocausto em nome da manutenção de uma “raça superior” de inspiração eugênica e patrocinada pelo Estado Nazista Alemão, as ideias eugenistas caíram em descrédito. Para mais informações: FORMIGA, D. O.; PAULA, A. B. R. de; MELO, C. A. S. *O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)*. São Paulo: Intelligere – Revista de História Intelectual, n.7, 2019.

¹¹⁵ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização*. Brasília: Cena Internacional, v.9, n.2, 2007. p. 187.

especializados e se assentaram também no debate público, ganhando espaço em órgãos da grande imprensa e em publicações oficiais.¹¹⁶ Nessa toada, foi criada, em 1940, a Revista de Imigração e Colonização (RIC), um importante veículo de informação do CIC, que reserva indispensável contribuição à compreensão das políticas impostas pelo governo Vargas e aponta para os debates estabelecidos por seus colaboradores e responsáveis que, no mais das vezes, eram juristas, médicos, jornalistas, educadores, higienistas, diplomatas etc. As edições da RIC, publicadas até 1955, eram formadas por artigos reproduzidos nas cadeias de comunicação de massa, material concernente a legislação vigente, relatórios e os pareceres de técnicos e autoridades diplomáticas.¹¹⁷

Mesmo antes do término da guerra, o assunto da imigração como alternativa de resposta para a crise humanitária que se alastrava pelo continente europeu já era discutido nas páginas da RIC e algumas vezes se manifestavam em tom de desconforto acerca da vinda dos deslocados populacionais. Parte da argumentação recaía sobre a tese do assimilacionismo, com base na defesa da impossibilidade de absorção cultural desses indivíduos, sobretudo não latinos, e possivelmente traumatizados, portanto, psicologicamente desajustados, o que, alegava-se, culminaria em gerações de degenerados e inaptos a contribuir com a construção de uma nação moderna e saudável. Destaca-se ainda o posicionamento daqueles que vislumbravam, na acolhida de trabalhadores técnicos e qualificados ao ofício fabril, a possibilidade de contribuição ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

Ao se aproximar o final da guerra, sobretudo o término da década de 1940, os artigos refletem não apenas discussões sobre a necessidade da imigração e da seleção, mas também as medidas concretas que foram aparecendo no sentido da introdução de novos imigrantes. O bom imigrante continuava sendo o agricultor, mas aparecia claramente a necessidade do novo, do técnico, do indivíduo qualificado para o trabalho industrial. Assim, os artigos do período de 1947 a 1950 da RIC aliam imigração e desenvolvimento, rumo ao Brasil do futuro, o Brasil moderno, só se admitindo mão de obra menos qualificada para trabalhos mais simples, salientando-se a destinação industrial, para a qual interessa o estrangeiro que já possuía comprovada especialidade ou aptidão técnica, deixando para o elemento brasileiro local as atividades não especializadas ou incentivando as migrações internas dirigidas.¹¹⁸

A garantia da exportação do café, o principal sustentáculo da economia brasileira, sofreu grave impacto com a Grande Depressão de 1929, quando a *commodity* enfrentou significativas

¹¹⁶ GERALDO, Endrica. *A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*. Campinas, SP: Cadernos AEL – Arquivo Edgard Leuenroth, v.15, n.27, 2009(II). p. 206.

¹¹⁷ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen., 2007. Op. cit., p. 189.

¹¹⁸ BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.31, n.1, jan./jun. 2014. p. 155.

quedas de importação e a conseqüente desvalorização do seu preço de mercado. A Crise do Café foi o reflexo imediato desse desarranjo financeiro na conjuntura nacional e ainda que manobras tenham sido feitas para administrar o excedente das sacas e a onda de desemprego que se abateu sobre o Brasil, ficava evidente como a dinâmica econômica desempenhada até então estava ultrapassada e as atenções se voltaram para o promissor setor industrial, instalado no país desde fins do século XIX, mas que carecia de incremento para desenvolver suas potencialidades. Por isso, o aquecimento das atividades fabris engendrou a admissão de um novo perfil profissional de imigrante com capacidade técnica para cooperar com os novos rumos da expansão econômica do país.

As barreiras impostas pelas autoridades brasileiras à entrada de estrangeiros recebeu o reforço decisivo para a descontinuidade do trânsito imigratório com a publicação do Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941, que legislava sobre a suspensão da concessão de vistos permanentes e temporários, excetuando-se alguns poucos casos discriminados no texto da resolução.¹¹⁹ Conforme se aproximava o fim do regime do Estado Novo, a postura oficial sobre as políticas de imigração assumiu uma mudança, sinalizada pela aprovação da Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945. Apesar de destoar das medidas restritivas impostas durante os 15 anos de Getúlio Vargas à frente do executivo, a diretriz não resultou em grandes transformações, o que pode ser atribuído a manutenção de boa parte do corpo dirigente em postos governamentais, a despeito da eleição de Eurico Gaspar Dutra à presidência, também conhecido por ser um atuante colaborador da política varguista.¹²⁰ Por mais que, comparativamente, a imigração no imediato pós-guerra tenha sido em números absolutos muito inferior aos registros de entrada em épocas passadas, ele representou uma importante retomada e marcou a inserção do Brasil no quadro das negociações de cooperação com a comunidade internacional.

Quando o Comitê Especial do Conselho Econômico e Social da ONU assumiu, em 1946, a pauta de assistência aos refugiados e deslocados de guerra, o Brasil teve participação ativa em suas interlocuções.¹²¹ O delegado enviado às reuniões, defendia o discurso de que o país tinha condições de receber grande parcela desses indivíduos, com a exigência, entretanto, de que buscava-se por imigrantes que se adequassem aos critérios de assimilação à formação étnica, econômica e social brasileira. Por essa razão, seria admitido apenas o ingresso daqueles que fossem agricultores, técnicos ou trabalhadores qualificados e, assim, “(...) deixavam claro

¹¹⁹ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 13.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

os representantes brasileiros o condicionamento da moção humanitária à satisfação da conveniência e necessidade domésticas".¹²²

Diante da efusiva retórica em retratar o Brasil como um fundamental aliado nos esforços de solução da problemática dos deslocados e refugiados europeus, principalmente em explorar o histórico nacional como reconhecido destino de grandes levas imigratórias e seu vasto território desabitado disponível à ocupação e produção de riquezas, o Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR), em paralelo às negociações arroladas no contexto das Nações Unidas, iniciou contato com o CIC, a fim de encaminhar um acordo. Criado, em decorrência da Conferência de Evian¹²³, tão somente para atender aos judeus da Alemanha perseguidos pelo regime nazista, o CIR posteriormente, a partir de 1943, também dedicou esforços em coordenar assistência a uma gama mais ampla de DPs.¹²⁴ A proposta apresentada consistia em o governo Gaspar Dutra receber o contingente humano que se encontrava sob os cuidados do Comitê, prover hospedagem, distribuição pelo território e colocação de emprego.¹²⁵ Em contrapartida, o proponente se encarregaria da operação logística e custearia o transporte até o país anfitrião. No entanto, a vantagem oferecida pelo CIR não foi suficiente para as autoridades envolvidas na operação, que condicionaram o aceite a oportunidade de selecionar os indivíduos que seriam recepcionados. Frente o aceno positivo do Comitê à cláusula imposta e mesmo antes da conclusão dos trâmites legais para a adesão do tratado, o Presidente da República se adiantou em aprovar o envio de três comitivas de seleção à Europa, no final de 1946.

A delegação chefiada por Artur Hehl Neiva, funcionário de longa data do Conselho de Imigração e Colonização, foi uma das primeiras a realizar visitas aos campos de refugiados.¹²⁶ A viagem do grupo foi marcada por uma grave falta provocada pelo CIC, que não expediu as instruções necessárias à seleção dos estrangeiros, motivo que sustentava a urgência da

¹²² Ibid., p. 14.

¹²³ Em resposta ao crescente número de judeus que buscavam refúgio das perseguições nazistas, representantes de 32 países se reuniram, em 1938, na cidade francesa de Evian. Sob a liderança do presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, a conferência tinha por objetivo discutir a situação desses refugiados e encontrar caminhos para superar o desafio de absorver as vítimas. Para mais informações: REZNIK, Luís; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. "Entre deslocados e espontâneos: a imigração para o Brasil no pós-Segunda Guerra". In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 208 e 209.

¹²⁴ NOLEN, Jeannette L. *Intergovernmental Committee on Refugees – international organization*. Chicago, IL: Encyclopedia Britannica, s/d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Intergovernmental-Committee-on-Refugees>>. Acesso em: 21/07/2021.

¹²⁵ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 73.

¹²⁶ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 16.

expedição em garantir a vinda daqueles que satisfizessem as exigências nacionais em antecedência a outros países interessados no recurso humano acessível, tendo em vista que o Brasil não era o único a dispor de parâmetros de classificação na busca pelo imigrante desejável. Na tentativa de contornar a ausência da ficha qualificação, Hehl Neiva elaborou os critérios que considerava indispensável à eleição dos requerentes no período da missão. A base de suas concepções estava enraizada entorno “(...) de um conjunto de estereótipos sobre supostas capacidades e propensões intelectuais, sociais e morais de coletivos étnicos-nacionais”.¹²⁷ Guiado pelo paradigma da assimilação e das aptidões profissionais¹²⁸, a iniciativa do líder da comitiva brasileira resultou em um minucioso *ranking* dos grupos prioritários, que revelava a preferência pelos bálticos, seguidos dos ucranianos, poloneses, russos brancos e iugoslavos. Os atributos examinados registrados como mais pertinentes na criação da escala eram: a formação profissional, migração familiar, estado de saúde, identidade religiosa e política, esta última firmada no imperativo do anticomunismo.¹²⁹

Poucos meses antes da conclusão dos trabalhos na Europa, o CIC em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério do Trabalho emitiram como orientação capital do processo o recrutamento profissional de agricultores e técnicos, na proporção de 70% e 30% respectivamente.¹³⁰ Alguns ideólogos da política imigratória encaravam a importação da força de trabalho qualificada como uma oportunidade de progredir o nível do trabalhador nativo através da absorção do imigrante no meio social brasileiro, visando como fim último a consolidação das atividades industriais e seu potencial em agregar dividendos à economia doméstica. Era bem-vindo também a extensão do desenvolvimento tecnológico às fronteiras agrícolas do país, de modo a contribuir com a modernização do setor rural e, em razão disso, “(...) os agricultores seriam selecionados mais pela sua formação técnica que pela tradição ou prática no campo”.¹³¹

No início de abril de 1947, celebrava-se oficialmente a implementação do convênio bilateral entre os Estados Unidos do Brasil e o Comitê Intergovernamental para Refugiados, segundo o qual estipulava a recepção de uma porção inicial, a título de experiência, de aproximadamente 1000 pessoas, de um total de 5000. Como fruto da assinatura do acordo com

¹²⁷ REZNIK, Luís; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. “Entre deslocados e espontâneos: a imigração para o Brasil no pós-Segunda Guerra”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 225.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ibid., p. 226.

¹³⁰ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 77.

¹³¹ REZNIK, Luís; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti., 2020. Op. cit., p. 224.

o CIR e das incursões realizadas na Europa, aportou no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1947, o navio de guerra norte-americano *General Sturgis*, trazendo a bordo 861 refugiados e deslocados de guerra que seriam conduzidos à Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, conforme anunciava em matéria de capa o jornal *A Noite*.¹³²

Passados três meses do recebimento das primeiras levas de imigrantes, Artur Hehl Neiva foi exonerado de suas funções, sob alegações de graves falhas na seleção, principalmente no que toca a condição de saúde e ao perfil profissional dos requerentes. A imprensa foi um importante catalisador desses debates, em que vozes se levantavam tanto a favor como contra o recebimento dos DPs. Em sua defesa, Hehl Neiva acusou de sabotagem e leviandade o recém-nomeado diretor do CIC, Jorge Latour, que seria um insistente opositor dessa imigração.¹³³

Outro evento que causaria agitação entre os atores ligados a política externa foi a efetivação operacional da Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados (CPOIR), naquele mesmo ano. A partir de então, as responsabilidades e funções da ANUAR e do CIR foram transferidas à nova instância, que cuidaria de todos os processos em marcha. Na ocasião, o Brasil assinou a Constituição da OIR, sinalizando o interesse futuro de firmar compromisso com a instituição através de um instrumento de ratificação, o que possibilitou ao porta-voz brasileiro ter espaço participativo nos encontros.¹³⁴

Foi em meio a uma atmosfera de incertezas que Hélio Lobo exerceu a função de representar os interesses do Brasil na Comissão Preparatória. Pois, se de um lado, o governo ensaiava subscrever a nova agência, de outro, era sabido que não havia condições reais de concretizá-lo. Consciente de que o país muito provavelmente não atenderia às expectativas internacionais que alimentara precipitadamente, o diplomata, que chegou a alcançar o posto de vice-presidente do comitê, se dedicava a aplacar os discursos inflamados proferidos outrora por seus colegas e a lançar luz sobre a crise orçamentária que a administração brasileira atravessava, em vista de propor um outro canal de negociação que fosse praticável aos cofres públicos. No cenário doméstico, Lobo adotou como estratégia reuniões de mediação com as autoridades competentes e, de modo massivo, a divulgação de artigos em jornais de grande circulação, empenhados em abordar com olhar vantajoso a acolhida dos DPs, a despeito das impertinências na introdução dos primeiros grupos, na tentativa de persuadir a opinião pública a seu favor.¹³⁵

¹³² “A chegada do transporte de guerra norte-americano ‘General Sturgis’ – Conduz os primeiros imigrantes ‘deslocados de guerra’ para o Brasil”. *A Noite*. Edição: 12566. Rio de Janeiro, 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 1 e 3.

¹³³ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte., 2014. Op. cit., p. 83.

¹³⁴ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 18.

¹³⁵ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte., 2014. Op. cit., p. 87 e 88.

“Essa forte inclinação de Hélio Lobo pela recepção dos refugiados se refletiu na busca incessante de caminhos para que o Brasil pudesse recebê-los mesmo sem ratificar a Constituição”.¹³⁶

Neste ínterim, em abril de 1948, foi consumado o acordo Brasil-Comissão Preparatória, em substituição àquele firmado com o extinto Comitê Intergovernamental para Refugiados. Como a meta de recebimento das 5000 pessoas ainda não tivesse sido concluída, esta cláusula seguia em continuidade, acrescentando-se a previsão da criação de uma Comissão Mista Brasil-OIR, que gerenciaria, dentre outras demandas, vias de comunicação entre a gestão federal e a CPOIR.

Um dos dispositivos mais avançados foi o relativo à possibilidade de os chefes de família poderem ser acompanhados por todos os membros de sua família mais próximos e que viviam em sua companhia. O Brasil foi um dos primeiros países a aceitar o reassentamento de famílias inteiras (...).¹³⁷

A demora, de mais de seis meses¹³⁸, na implementação do programa tornou necessária a renovação do acordo e a conclusão, inicialmente planejada para dezembro de 1948, foi estendida até o último mês de 1949. Atribui-se que o atraso no cronograma foi motivado pela resistência de autoridades governamentais ao recebimento de refugiados e deslocados, que enxergavam no convênio com a CPOIR uma “(...) ameaça a determinadas instâncias que se arrogavam a totalidade das iniciativas e competências, comprometidas – julgavam – pelas atribuições administrativas que a referida Comissão viria a ter”.¹³⁹ Dentre os expedientes da Comissão Mista Brasil-OIR destacava-se seu papel em conjunto ao Departamento Nacional de Imigração (DNI) e outros segmentos correspondentes na organização de operações de recepção, manejo de bagagens, registro, identificação profissional, orientação, suporte financeiro e ações de propaganda, transmitidas através de parcerias com redes de comunicação e por meio da produção de materiais próprios, como o folheto *Dados sobre a Comissão Mista Brasil-OIR*, que tinha por objetivo incentivar a contratação dos imigrantes que se dirigiam ao país.¹⁴⁰

O convênio rendeu bons resultados, a julgar pela marca de 14.016 pessoas que o Brasil recebeu no intervalo de dezembro de 1948 a agosto de 1949. Das 28 nacionalidades ingressantes, os poloneses figuravam em maior número, constituindo aproximadamente 39%

¹³⁶ Ibid., p. 88.

¹³⁷ ANDRADE, José H. Fischel de., 2005. Op. cit., p. 20.

¹³⁸ Sua execução se fez mediante a publicação do Decreto-Lei n° 25.796, de 10 de novembro de 1948.

¹³⁹ Ibid., p. 21.

¹⁴⁰ Ibid.

do contingente, seguidos pelos húngaros, que compreendiam cerca de 10,3% do total.¹⁴¹ Foi o período mais profícuo do país na execução do pacto firmado com as agências internacionais, mas o desempenho tardio afetou a avaliação da contraparte que decidiu pelo encerramento da cooperação. Posteriormente, houve ainda a tentativa frustrada de travar um acordo entre a OIR e o Estado de São Paulo.

A despeito das pequenas vitórias conquistadas por Hélio Lobo, sua empreitada não obteve sucesso. Afora os entraves de ordem financeira, havia problemas estruturais que impediam o Brasil de progredir sua esfera de influência no contexto da CPOIR. A fragmentação do aparelho imigratório e sua divisão desordenada de funções e hierarquia¹⁴², era um fator que comprometia seriamente a possibilidade de um fluxo mais expressivo de refugiados e deslocados. Somando-se a isso, nos campos da Europa, surgia a necessidade de potencializar a atuação da delegação brasileira, que sofria com a falta de pessoal e por consequência prejudicava a otimização das seleções. Outro desafio era reverter a contrapropaganda que circulava nesses locais e afetava a imagem do país. Diante disso, “Acreditava-se que a difusão de publicidade positiva aliada a uma reestruturação das missões de seleção permitiria um incremento das taxas médias de recepção”.¹⁴³ A façanha alcançada no período da colaboração com a Comissão Preparatória, ainda que superasse a inação dos anos anteriores, não foi suficiente para encobrir o aparente desinteresse das instâncias governamentais em consolidar o compromisso com a OIR e, com o passar do tempo, o representante brasileiro, outrora personalidade atuante, foi relegado a posição incômoda de simples observador. Contudo, o golpe final que excluiu por completo o Brasil da mesa de negociação aconteceu quando o novo organismo entrou em vigor oficialmente sem a sua adesão como um dos Estados membro.

A existência da Organização Internacional para Refugiados foi efêmera, mas sua extinção não significou o estancamento das migrações globais de refugiados e deslocados e,

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² A título de curiosidade, o tema encontrava entrada em cinco ministérios e era executado por sete repartições. Com o Itamaraty estava o Conselho de Imigração e Colonização; ao Ministério do Trabalho submetia-se o Departamento Nacional de Imigração; o Ministério da Agricultura geria a Divisão de Terras e Colonização; enquanto o Serviço de Saúde dos Portos era ligado ao Ministério da Educação e Saúde; o Ministério da Justiça cuidava da Polícia Marítima; a divisão de passaportes ficava a cargo do Ministério das Relações Exteriores e, por fim, o Ministério da Justiça encarregava-se do Serviço de Registro de Estrangeiros. Para mais informações: BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 92.

¹⁴³ BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. p. 96.

cabe ressaltar, que as correntes internacionais não se restringiam apenas a esse grupo.¹⁴⁴ Na ocasião imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, de 1947 a 1952, o Brasil recebeu um total de 29 mil DPs, número inferior aos 100/200 mil que foi sugerido no concerto das nações, em 1946.¹⁴⁵ Todo esse grupo, recebido por efeito dos acordos com agências especializadas, teve como primeira parada no país a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

1.3 A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: o primeiro contato com o Brasil

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, instalada em um pequeno arquipélago da Baía de Guanabara, constituiu-se como importante dispositivo da política imigratória brasileira e foi um dos principais locais de recepção de imigrantes das Américas. Inaugurada em 1883, pelo Governo Imperial, a hospedaria foi a primeira instituição oficial criada no país para recepcionar os imigrantes, que ingressaram aos milhares até 1966, quando teve suas atividades encerradas.

Ao longo de todo o século XIX, deslocamentos migratórios ocorreram nas mais diversas partes do mundo, mas foi nas últimas décadas que esses movimentos se avolumaram sobremaneira, impulsionado pelas altas taxas de evasão do continente europeu em direção ao Novo Mundo. Estima-se que no período da Grande Imigração, que abrange os anos de 1880 a 1915, os principais destinos da América (Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá) receberam juntos 30,6 milhões imigrantes.¹⁴⁶ Para o Brasil encaminharam-se entorno de 9,48% desse total, enquanto a esmagadora maioria desembarcava, preferencialmente, nos EUA.

As primeiras experiências com a imigração europeia em solo brasileiro remontam a vinda da família real portuguesa. Na circunstância, Dom João VI emitiu o Decreto de 25 de novembro de 1808, autorizando a concessão de lotes de terras aos súditos estrangeiros residentes no país. Tal procedimento de regulamentação e fomento da colonização pode ser

¹⁴⁴ REZNIK, Luís; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. “Entre deslocados e espontâneos: a imigração para o Brasil no pós-Segunda Guerra”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 230.

¹⁴⁵ ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 28.

¹⁴⁶ KLEIN, Herbert. “Migração internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 25. Apud: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA, Julianna Carolina Oliveira. “História da imigração (1830-1880)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 65.

tomado como o marco inicial das políticas de imigração no Brasil.¹⁴⁷ Neste primeiro momento, a administração joanina delegava ao processo imigratório o povoamento de áreas interioranas, baseado na ocupação de pequenas propriedades, com ênfase na agricultura familiar e dedicada ao plantio de culturas diversas que seriam direcionadas ao abastecimento das zonas adjacentes.¹⁴⁸ Esse arranjo ganhou novos contornos com a independência de Portugal, quando Dom Pedro I definiu que os núcleos coloniais se concentrassem nas proximidades das fronteiras do país, sobretudo na região Sul que sofria potenciais riscos de invasão desde os tempos pretéritos, a fim de efetuar um papel de defesa territorial, além de arregimentar os colonos ao serviço militar obrigatório. Em todos os casos, o imigrante europeu era projetado como agente da civilização e do progresso, evidenciando a presença de uma noção de hierarquia social erigida a partir de características biológicas, muito influenciada pelas teorias racialistas que já circulavam no início do século e que desaguariam no movimento eugenista, algumas décadas depois.

No entanto, a política imigratória praticada pelo poder imperial, centrada na colonização, desagradava grande parte da aristocracia agrária, que reputava à doação de terras um obstáculo as remessas de mão de obra para as lavouras de café. A reação se deu por meio de embargos financeiros, implementados pelo parlamento, que resultou na inviabilidade da imigração patrocinada pelo Estado e como as correntes espontâneas eram inexpressivas, o resultado foi a obliteração do ainda canhestro índice de imigração no país. Apesar de frustrar o incremento público a promoção dos núcleos coloniais, o corte de verba não representou, necessariamente, a extinção dos empreendimentos imigratórios. Uma nova orientação foi demandada a partir da pressão pela descentralização das políticas de imigração e colonização, que propiciaram maior autonomia as províncias. Este foi o momento de efervescência das iniciativas privadas que, favorecidas pelas elites regionais, encontraram no recuo do poder central uma oportunidade de negócio.

Na segunda metade do século, os bloqueios marítimos ingleses ao tráfico negreiro suscitaram a continua diminuição do contrabando transatlântico de cativos e com a Lei Eusébio

¹⁴⁷ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA Julianna Carolina Oliveira. “História da imigração (1830-1880)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 67.

¹⁴⁸ O núcleo de Santo Antônio, no Espírito Santo, foi a colônia inaugural no Brasil. Implantada em 1812, era composta por açorianos, devido ao estímulo inicial do projeto colonizador ao ingresso de grupos oriundos de domínios portugueses. Em 1818, Dom João VI articulou a criação da colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, formada por famílias de imigrantes suíços. No mesmo ano, surgiu a iniciativa colonial de Leopoldina e em seguida a de São Jorge dos Ilhéus, no ano de 1822, ambas localizadas na Bahia. Durante o Primeiro Reinado, foram fixadas sete colônias por meio de decisões governamentais e uma de ação particular, na região Sul do país. Para mais informações: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA Julianna Carolina Oliveira. “História da imigração (1830-1880)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 68-70.

de Queiros, aprovada em 1850, ficou terminantemente proibido a entrada de africanos escravizados no Brasil, criminalizando quem o fizesse. Neste cenário de escassez da rotatividade de novos contingentes e encarecimento do comércio interno de escravizados, ressurgiu o estímulo a importação do trabalhador livre, alternativa que se consolidou no pós-abolição. Por isso, a década de 1880 marcou a retomada dos investimentos nas políticas públicas de imigração, com procedimentos que atravessavam desde estratégias de atração, com produção de propagandas no exterior, financiamento de passagens, serviços de recepção e distribuição ao local de contratação ou a mediação na aquisição de terras para colocação de colonos. Toda logística aplicada resultava de uma série de necessidades constatadas ao longo do processo de escoamento da acentuada parcela de imigrantes que aportavam no país.

Em suma, o imigrante europeu servia a três propósitos: integrar braços para lavoura, o principal sustentáculo da economia brasileira em fins do século XIX; compor núcleos agrícolas, especialmente em áreas limítrofes, para ocupação e desenvolvimento territorial; e atender a um projeto de ação civilizadora que resultasse no branqueamento da população.

Descrita internacionalmente como a “terceira onda” das correntes migratórias, o período da Grande Imigração, marca a intensificação do trânsito de pessoas pelas rotas oceânicas, possível graças a uma miríade de fatores. Dentre eles, destaca-se o avanço de tecnologias como o telégrafo, que acelerou a troca de informações entre longas distâncias e o advento das embarcações a vapor, um facilitador dos deslocamentos em massa. As condições econômicas na Europa também devem ser consideradas no exame dos motivos que ocasionaram o êxodo populacional. A expansão das estruturas capitalistas sobre o campo transformou significativamente a produção rural e a relação do homem com a terra, que em associação a alta demanda dos nascentes setores industriais, conduziu a expropriações no campo e a formação da classe operária. Abatidos pela crescente miséria, fome e desemprego, a população excedente, incentivada por grupos políticos e autoridades que temiam levantes e convulsões sociais, lançaram-se às Américas em busca das promessas de trabalho e moradia. Esse fenômeno, porém, não deve ser encarado apenas em termos de expulsão e atração, tomados como uma simples postura passiva daqueles que emigraram.

(...) mas de resistência e reposta ativa ao processo de proletarização imposto pelas novas condições capitalistas no campo, associado às possibilidades abertas pela expansão do mercado mundial de trabalho, evidenciando a agência dos indivíduos diante de suas condições de vida e expectativa de melhorá-las.¹⁴⁹

¹⁴⁹ GONÇALVES, Paulo Cesar. “A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 94.

Na seara dessas grandes ondas migratórias, os centros de recepção de imigrantes afloraram pelo continente americano, como parte da engrenagem que enredava todo o mecanismo de travessia intercontinental.¹⁵⁰ No decurso do evento, era manifesto que não bastava somente incentivar o ingresso da força de trabalho, mas também criar a infraestrutura para recebê-la.¹⁵¹ Paralelamente, os países mais acessados inauguraram em seus litorais dispositivos de acolhida, na prática um entreposto por meio do qual os estrangeiros eram conectados ao destino final no território. A mais célebre dessas instituições foi *Ellis Island*, que ficava na cidade estadunidense de Nova Iorque, e esteve em atividade durante 62 anos, de 1892 a 1954. O Canadá e a Argentina também tiveram suas edificações: o *Pier 21*, em Halifax, capital da Nova Escócia e o *Hotel de Inmigrantes*, em Buenos Aires, respectivamente. No Brasil, além da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores¹⁵², houve a criação da Hospedaria do Brás (1888-1978), em São Paulo, que se tornou a líder em tamanho e na assistência dos imigrados.¹⁵³

Apoiada na tríade recepção, triagem e encaminhamento¹⁵⁴, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, quando de sua fundação, figurou como a protagonista das políticas de propaganda do Brasil no exterior. A segunda metade do século XIX, foi caracterizada por sucessivas crises epidêmicas de febre amarela na capital do Império, com direito a repercussões internacionais dos casos. A aura nociva do cenário carioca, que rendeu a fama de “túmulos dos estrangeiros” ao Rio de Janeiro, combinada com a circulação de publicidade anti-imigração na

¹⁵⁰ REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. São Paulo: História, v.33, n.1, jan./jun. 2014. p. 236.

¹⁵¹ GONÇALVES, Paulo Cesar., 2020. Op. cit., p. 109.

¹⁵² Cabe salientar que, no período da Grande Imigração, outras hospedarias, menos expressivas no cenário nacional, despontaram por todo território brasileiro.

¹⁵³ Diferente de sua congênere, a Hospedaria de Imigrantes do Brás foi acomodada no interior da província de São Paulo e teve sua localização determinada pelo encontro das linhas férreas da Central do Brasil e da São Paulo Railway na região. Essa disposição lhe conferia fácil acesso aos imigrantes desembarcados no Porto do Rio de Janeiro e no Porto de Santos, além de garantir, aos recém-chegados, transporte para as grandes fazendas de café do interior paulista, graças as estradas de ferro existentes nas proximidades e pela estação ferroviária construída em seu terreno. Durante sua existência, 3,5 milhões de estrangeiros passaram pela instituição. Atualmente, as instalações da antiga hospedaria do Brás abrigam o Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Para mais informações: COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para efetivação das políticas imigratórias (1883-1907)*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2015. p. 42

¹⁵⁴ Assim que desembarcavam no Brasil, os imigrantes eram conduzidos ao serviço de registro, onde o escrivão protocolava informações como, nome, idade, nacionalidade, estado civil, profissão, porto de procedência, nome do navio, data de entrada e número de ordem. Concluída esta etapa, era chegado o momento dos exames médicos, realizados com o intuito de evitar eventuais surtos de doenças infecciosas no local de recepção. Constatado qualquer caso mais preocupante, o indivíduo era encaminhado ao Hospital São João Batista, em Niterói, e os quadros de menor periculosidade tratava-se na enfermaria da Ilha das Flores. Cumpridos todos os processos, ao imigrante era permitido, finalmente, desfrutar de abrigo nas dependências da hospedaria. Para além do acolhimento, cabia ao Estado ofertar passagens gratuitas até o local de colocação definitiva. Para mais informações: MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 38 e 39.

Europa, inibiu por longos períodos a entrada expressiva de estrangeiros no país. Diante disso, urgia à administração governamental garantir a proteção dos recém-chegados, que constavam entre as principais vítimas da moléstia que castigava a cidade. “A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade”.¹⁵⁵ Portanto, a inadequação de locais para a recepção desses indivíduos levou os agentes da coroa a optarem pela construção de uma instituição própria, voltada exclusivamente para essa finalidade. A escolha pela Ilha das Flores se deu, principalmente, com base no critério sanitário, dado que, enquanto uma ilha, não mantinha contato direto com os centros urbanos, constantemente assolados por doenças. O bônus de estar próximo a corte permitia, ainda, maior controle do poder imperial sobre aquela iniciativa.

A partir de 01 de março de 1883 ordenava-se, através do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que após o desembarque no Porto do Rio de Janeiro todos os imigrantes vindos pela terceira classe deveriam ser encaminhados, juntamente a suas bagagens, até a Ilha das Flores onde, por um período de oito dias, poderia gozar de acolhimento subvencionado pelo governo.¹⁵⁶

Calcula-se que em sua primeira década de atividade, a hospedaria recebeu mais de 180 mil imigrantes¹⁵⁷ e, além de constituir-se como a porta de entrada para o Brasil, na Ilha das Flores os recém-chegados tinham acesso a diversos serviços de acolhida, como refeitório, dormitório, posto telegráfico, enfermaria, balcão de emprego e registro. Progressivamente, com o aumento do fluxo migratório, suas construções foram reformadas e ampliadas, a fim de atender as demandas de hospedagem.

Embora, ao longo das décadas que esteve em exercício, a hospedaria se destacasse por abrigar estrangeiros, também se dedicou a acolher os migrantes internos, ainda que estes tivessem aparições menos constantes. Mesmo que de forma mais tímida, o início do século XX, já apontava para o crescimento dos deslocamentos internos, catalisados seja pela fuga dos períodos de seca que se abatiam sobre a região Nordeste ou na busca pela possibilidade de integrar mão-de-obra para a indústria nas áreas mais urbanizadas do país, sobretudo no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Outro estímulo a essas movimentações ocorreu segundo a promoção governamental do que ficou conhecido como “soldados da borracha”, programa cuja tônica voltava-se para o potencial agrícola e extrativista de regiões do Norte do país,

¹⁵⁵ REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. São Paulo: História, v.33, n.1, jan./jun. 2014. p. 240.

¹⁵⁶ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 37.

¹⁵⁷ REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento., 2014. Op. cit., p. 248.

especialmente nos seringais do Amazonas e Acre. Nesse caso, os potenciais seringueiros recrutados em conformidade a Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, direcionavam-se comumente a Hospedaria de Imigrantes, onde eram preparados para o novo destino e imunizados contra doenças tropicais.

Durante o século XX, considerando as oscilações no fluxo imigratório e, conseqüentemente, nas taxas de entrada de estrangeiros no país, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores assumiu outros usos, principalmente o de presídio militar e/ou político, graças a logística já estabelecida nos serviços aos imigrantes. Concomitantemente a hospedaria, em 1917, após a deflagração da guerra entre Brasil e Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, a Ilha das Flores abrigou em seu presídio tripulantes do país inimigo. Em 1922, foi a vez dos participantes do movimento tenentista do Levante do Forte de Copacabana ficarem encarcerados nesse presídio. A história se repetiu, em 1932, com os combatentes da Revolução Constitucionalista e, em 1935, com os insurgentes da Revolta Comunista.

O período entre as guerras mundiais guarda semelhanças e continuidades com o momento das grandes movimentações transoceânicas na virada do século XIX para o XX, mas também traz consigo rupturas que marcam uma nova fase, identificada por uma maior variedade de nacionalidades ingressantes. Como resultado dos eventos que marcaram a Primeira Guerra Mundial, foram registradas consideráveis quedas no trânsito de estrangeiros para o Brasil. Foi a partir da década de 1920, que levas mais numerosas de imigrantes retornaram ao ambiente da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Nesse contexto, novos elementos foram acrescentados à equação da dinâmica imigratória, como o fim de grandes impérios, o surgimento de novas nações, a ascensão de regimes autoritários e o fortalecimento de políticas identitárias intolerantes, baseadas em extermínio de grupos étnicos, além de perseguições políticas e religiosas. Na década de 1940, o movimento tornou a diminuir e a hospedaria voltou a abrigar um presídio para reclusão dos acusados de quintacolonismo.

Desde sua origem, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores passou por diversas reformas e ampliações em suas acomodações, sendo a mais significativa datada de 1907. Em julho daquele ano, tiveram início uma série de obras voltadas para a melhoria da competência dos serviços ofertados no local, com a finalidade de modernizar suas instalações. Os prédios inaugurais de madeira, já muito danificados, sofreram diversas reformas estruturais, tendo alguns sido substituídos por completo. Acrescentou-se, ainda, a construção de três pavilhões de concreto armado, para alojamento dos assistidos, na região norte da Ilha das Flores, em conformidade às normas sanitárias, com destaque para as grandes áreas ventiladas dos prédios. No projeto constava também a montagem de dois tanques sépticos para tratamento de esgoto,

planejado para servir a uma população de 2000 pessoas, bem como a edificação de uma caixa d'água, com capacidade para 400 mil litros e a restauração de todo conjunto de encanamentos, dentre tantas outras renovações arquitetônicas. A nova configuração proposta por essa grande reforma vigorou preservada até o encerramento das atividades da Hospedaria de Imigrantes. Posteriormente, obras menos expressivas foram demandadas, com eventuais reaparelhamentos, pequenas construções e manutenção das estruturas.

Em 1941, uma nova mobilização para restauração e atualização de alguns espaços da hospedaria voltou a ser indicada, com a colocação de ladrilhos “trottoir” no pavilhão de recepção e administração, a inauguração de uma divisão de cereais no almoxarifado, adaptações sanitárias, bebedouros com filtro, a inserção de forro de madeira por toda extensão do refeitório e uma reforma parcial da rede de esgoto.¹⁵⁸ A instalação do presídio em 1942, no entanto, representou uma pausa nas ações de melhoria e as atividades prisionais acabaram por desgastar as estruturas da Ilha das Flores em sua função primordial, apesar de respeitado certas práticas de manutenção.

A previsão de retomada dos serviços de recepção em maior volume que se anunciava ainda antes do término da guerra com o prognóstico da vinda de deslocados e refugiados do conflito, apontou a necessidade de reativar o aparato governamental criado para esta finalidade, de modo que fosse reaparelhado e preparado para o desempenho adequado de seus encargos, que se notava aquém de uma boa estrutura para a nova realidade imigratória que se avistava. Por conseguinte, esta nova fase da política imigrantista, trouxe a reboque uma vez mais a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores à centralidade da temática. O diretor da instituição a época, João Martins de Almeida, defendia com afinco que a virtude da hospedaria estaria para além de um simples dispositivo administrativo e organizacional, mas que desempenhava um papel essencial, enquanto primeiro contato, na adaptação e assimilação do imigrante ao Brasil. Naquele espaço seriam direcionados novos hábitos e costumes, bem como estimulados a disciplina e os valores morais, em síntese, ditaria como os novos habitantes deveriam ser portar no país. Por isso, a importância em assegurar altos padrões de alimentação, hospedagem, abastecimento de água, condições de higiene e segurança. Martins de Almeida, advogava ainda pelo potencial da hospedaria em operar como um local de reexame profissional, onde possíveis desvios de perfis de trabalho poderiam ser contornados.

¹⁵⁸ MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017. p. 41.

Assim sendo, as grandes massas dirigidas poderiam ser recebidas, mantidas e aproveitadas sem ônus ao governo, com aproveitamento positivo na agricultura, na indústria, pois que na hospedaria encontraria os meios de demonstrar a sua capacidade profissional e ao mesmo tempo o trabalho pretendido viria atenuar, senão compensar, a despesa com a hospedagem e assistência.¹⁵⁹

Todavia, a despeito das discussões e pareceres sobre a pertinência de readaptações e reparos nas estruturas da Hospedaria de Imigrantes, não houve qualquer iniciativa mais concreta antes de 1946 e 1947. As obras foram realizadas em caráter emergencial, quando o país recebia suas primeiras levas de DPs e as carências da locação já não podiam ser ignoradas a luz dessas experiências iniciais. Do extenso projeto traçado, apenas concretizaram-se, de acordo com o que é permitido saber através dos vestígios e pela materialidade preservada, a construção do gabinete sanitário, habilitado para desinfecção de bagagens e outras incumbências sanitárias; do depósito de combustíveis na ilha contínua, chamada Ananás, que na prática também funcionou como oficina para as embarcações que faziam o trajeto Praça XV – Ilha das Flores; e a edificação do segundo pavimento do alojamento na região sul da Ilha das Flores, o mais antigo prédio do complexo, fundado em 1883.¹⁶⁰ Com efeito, conclui-se que apenas sucederam obras mais gerais de manutenção na hospedaria e como resultado, não raro, o espaço sofria com casos de superlotação. Acrescenta-se a esse panorama a desativação temporária da Hospedaria de Imigrantes do Brás que estava ocupada, àquela altura, pela Escola Técnica de Aviação do Ministério da Aeronáutica.

Parte dos intelectuais e autoridades envolvidas com a política imigratória, atribuíam o fiasco que significou a inércia do plano de obras de melhoramento e ampliação da Hospedaria de Imigrantes, à dispersão em diversos órgãos da responsabilidade de aplicação das medidas relativas a imigração, que ocasionava uma certa desordem administrativa.

Passado esse expediente, em 1964, durante o governo de João Goulart, a hospedaria, novamente, abrigou um presídio em suas dependências, dessa vez para infratores da Lei de Economia Popular. Após o golpe civil-militar, ainda naquele ano, passou a internar também os opositores do novo regime. Em 1966, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores teve suas atividades encerradas, com a transferência do território para a Marinha do Brasil.

Atualmente, a Ilha das Flores abriga uma Base Naval e o Museu da Imigração da Ilha das Flores, criado a partir de um convênio entre a Marinha do Brasil e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹⁵⁹ Ibid., p. 71.

¹⁶⁰ Ibid., p. 64-65, 72.

2. “O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA COM SEU DEVER”: O GRUPO INAUGURAL DE REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA PELAS LENTES DE *A NOITE ILUSTRADA* E *REVISTA DA SEMANA*

O despontar do século XX trazia consigo novas tecnologias que, para além de reordenar a dimensão espaço-temporal ao tornar o mundo mais compacto, próximo e visível, também alterou substancialmente o paradigma comportamental e a percepção de mundo daqueles que usufruíam de seus préstimos, operando como ícones da modernidade e “(...) na conformação do novo mundo simbólico (...)”¹⁶¹ que emergia.

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade [Rio de Janeiro].¹⁶²

O avanço tecnológico e as novas experiências proporcionadas por esse mundo moderno, resultaram na mudança da obra jornalística e sua produção. Se o telégrafo, ainda no século XIX, já permitia a atualização e a troca constante de informações entre os mais longínquos lugares do globo, as inovações dos maquinários adicionaram mais celeridade e qualidade ao processo de produção, graças a capacidade de conceber um volume assaz elevado de impressos em um curto intervalo de tempo. Para os periódicos que ambicionavam consolidar sua influência e consumo junto ao público, era imperativo lançar mão desses artefatos que, em simultâneo, os inseriam inevitavelmente na modernidade.

Rapidez era a palavra de ordem do momento, cujo influxo não se dava apenas nas oficinas, mas alcançava o *modus operandi* da ação jornalística, em que não bastasse informar sobre os acontecimentos, deveria se fazê-lo com ligeireza. “Constrói-se, pois, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual”.¹⁶³

Desde o início do século XX, os periódicos identificaram valor no material visual e, por isso, se valiam de ilustrações e desenhos a bico de pena¹⁶⁴ para estampar seus folhetins e como

¹⁶¹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 23.

¹⁶² Ibid., p. 21.

¹⁶³ Ibid., p. 24.

¹⁶⁴ Método de escrita ou ilustração baseado em um instrumento composto por uma ponta chanfrada de metal acoplada a extremidade rígida da pena de pássaros. A densidade dos contornos era controlada pela pressão dos

modo de destacar determinadas matérias, ao se utilizar de imagens para retratar o assunto noticiado, a fim de transmitir maior ideia de veracidade a mensagem. Marialva Barbosa pontua, em reflexão ao cenário carioca, que “numa cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem”.¹⁶⁵ A adoção desse artifício representacional apela a um universo simbólico e permite a redefinição do olhar, em que as imagens performam enquanto janelas privilegiadas de apreensão do real.

Como suporte fundamental de memória, como monumento-documento, no sentido de que além de refletir o que se passa no mundo, também guarda nas páginas impressas o próprio mundo, a imprensa passa a reproduzir uma visão de mundo que se constrói como próxima do olhar.¹⁶⁶

A inserção do aparato fotográfico, que marcava nos impressos uma fração do passado congelada em imagem, permitia ao leitor transportar seu olhar, antes ausente, ao fato transcorrido. Essa captura do passado, que transferindo-se ao momento presente fixava-se como atual, inaugurou a noção de tempo real e a fotografia, que passava “(...) a ser dotada espontaneamente de sua função referencial”¹⁶⁷, concretizava-se como a verdade, neutra e confiável.

A fototipia¹⁶⁸, que viabilizou o emprego das fotografias no âmbito jornalístico, também foi uma ferramenta determinante para o estopim das revistas ilustradas. A publicação de imagens passava a sensação de que o veículo que o fazia qualificava-se enquanto moderno e que se servia das mais inovadoras técnicas para informar o leitor com rapidez e sofisticação. Contribuía também para popularização dessa mídia a mobilização de consumidores não identificados entre os leitores tradicionais, através da adaptação do texto e do suporte.

2.1 O fenômeno das revistas ilustradas: um breve panorama

movimentos empregados com o bico de pena, uma maneira de administrar a quantidade de tinta nanquim que era liberada sobre o papel.

¹⁶⁵ Ibid., p. 32.

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ Ibid., p. 36.

¹⁶⁸ Popularizada no Brasil entre os séculos XIX e XX, a fototipia é um processo de replicação fotográfica que ocorre através da emulsificação de substância fotossensível em uma placa de vidro. O ingrediente, em contato com o negativo da imagem, retém a tinta das partes que sofreram ação da luz e gera a duplicata. A peça produzida por essa operação costuma ser de alta fidelidade, tornando difícil a detecção da cópia e da original a olho nu.

Os semanários de atualidades ilustrados, surgidos em meados do século XIX, gestaram as revistas ilustradas que se popularizariam nas décadas de 30 e 40 do século seguinte. Descritos por Helouise Costa como intermediários entre os jornais convencionais e as revistas ilustradas frutos da cultura capitalista de consumo, os semanários desde seus primórdios já despontaram como uma ferramenta de vanguarda na apreensão dos acontecimentos cotidianos, marcado pelo diferencial da presença de gravuras. Criado em maio de 1842, *The Illustrated London News* é tido pelos especialistas como o pioneiro na veiculação desse novo formato comunicativo, que não tardou a se popularizar pelos mais diversos lugares do mundo, como Alemanha, Brasil, Estados Unidos, França e Rússia. O ineditismo da proposta que tinha por ponto focal a abrangência da seleção de temáticas relatadas por meio de imagens, inaugurava “(...) um novo modo de produção e consumo de notícia com base na visualização dos acontecimentos”¹⁶⁹ e, portanto, apostava na mediação visual para compreensão dos conteúdos. Por tudo isso, apesar de guardar semelhanças com o universo dos jornais por ainda configurar-se como tabloide, os semanários causaram uma completa revolução no sistema de comunicação.

Há indicativos de que as primeiras revistas de atualidade ilustradas tenham sido originalmente pensadas e fabricadas como fascículos colecionáveis, haja vista os padrões de numeração sequencial de suas páginas e a prática de mercado em comercializar periódicos por intermédio do modelo de assinaturas. Havia uma intencionalidade nessa ordenação do produto, um duplo sentido em sua publicação, pois ao passo em que era concebida como arauto da história contemporânea, o espelho da sociedade oitocentista, também conservava a pretensão de ser veículo de conhecimentos gerais, ligada a uma tradição enciclopedista, na qual a imagem filiava-se como recurso educativo.

Dessa perspectiva, podemos dizer que o incentivo ao colecionismo dos semanários de atualidades ilustrados não era simplesmente uma estratégia para o aumento das vendas adotada pelos editores, mas uma prática inerente à própria concepção desses periódicos. As matérias por eles veiculadas não eram pensadas como algo consumível e descartável, como no caso dos jornais, mas sim como fonte permanente de conhecimento enciclopédico sobre a história contemporânea. Uma vez reunidos, os exemplares seriam capazes, de acordo com essa concepção, de constituir uma espécie de arquivo universal. Nesse contexto, a ilustração cumpria uma das funções prescritas em sua etimologia – cabia a ela ilustrar, no sentido das Luzes, ou seja, lançar luz para esclarecer e instruir.¹⁷⁰

¹⁶⁹ COSTA, Helouise. “A invenção da revista ilustrada”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 304.

¹⁷⁰ Ibid., p. 309.

Ainda que tenha tido boa penetração entre o público foi a estreita relação construída com os agentes de propaganda que garantiu longevidade as tiragens das revistas. O mercado publicitário viria a se tornar uma peça-chave para a reinvenção e sustentação da imprensa em fins do século XIX, inclusive, com força de ingerência sobre o teor das notícias, que passariam a englobar assuntos mais variados na intenção de atrair um público tão diversificado quanto possível.

No tocante as elaborações visuais desse meio de comunicação, inicialmente, eram inseridas a partir da técnica de xilogravura¹⁷¹, em virtude de sua qualidade e da riqueza de detalhes que proporcionava, com o bônus de poder ser agregada a impressão tipográfica a baixo custo. A maior parte das ilustrações publicadas não possuía grande apelo estético ou artístico, sendo comum, nesses casos, não haver assinatura ou indicativo referente a autoria da obra. Para além disso, era possível testemunhar, já nesse momento, a formação bem definida da divisão de trabalho entre os diversos profissionais envolvidos na materialização dos semanários e um incipiente, mas presente, modo de produção em larga escala.

Outro recurso muito empregado era o da “gravura de reprodução”, que consistia em elaborar imagens a partir de um artefato fotográfico, cuja intenção era oferecer uma apreensão sintética do evento com base no registro técnico da câmera e sua aplicação nem sempre era especificada nas publicações. Contudo, “(...) as restrições técnicas da fotografia em seus primórdios faziam dela um recurso limitado para a cobertura dos acontecimentos da atualidade, o que podia resultar em gravuras de reprodução igualmente insatisfatórias”.¹⁷² Um modo recorrente de contornar as deficiências encontradas no registro fotográfico e na sua transposição para a ilustração, se dava por meio de intervenções e manipulações na estrutura da cena, seja com a intenção de realçar certas particularidades ou mesmo como prática de censura. Frequentemente, também lançava-se mão de esboços dedicados a reconstituição de eventos, a fim de dar conta das pretensões aventadas pelo repositório.

O mais importante em relação à ilustração veiculada pelos semanários de atualidades não era a possibilidade de ela registrar o real, mas sua capacidade de representá-lo de forma verossímil, o que atendia ao regime de verdade vigente.¹⁷³

¹⁷¹ A xilogravura se consagrou enquanto uma técnica de impressão em cuja matriz de reprodução é a madeira. Muito semelhante ao carimbo, o processo de criação da xilogravura consiste na realização de entalhes da gravura no material designado. Após a adição de tinta sobre a gravação em alto relevo e sua aplicação sobre uma superfície desejada, a imagem é revelada.

¹⁷² Ibid., p. 307.

¹⁷³ Ibid., p. 308.

Na esteira dos avanços tecnológicos que marcaram a passagem para o século XX, a lógica de produção industrial transformou as condições materiais na confecção dos impressos, que passaram a contar com sistemas de composição mecânica, como as prensas rotativas e as bobinas de papel. A combinação desses fatores com o emprego da energia elétrica nas sedes de montagem, potencializou a capacidade produtiva dos veículos de comunicação. Mas a modernização dos maquinários e a especialização técnica do corpo de funcionários cobrariam seu custo. A receita da venda dos semanários e periódicos já não seriam capazes de equilibrar a balança financeira e um decisivo vetor entraria em ação, a publicidade. Para além de afetar o modo de comercialização da notícia, a adesão do financiamento publicitário converteu o leitor também em consumidor.

Os processos de meio-tom¹⁷⁴ e rotogravura¹⁷⁵ abriram caminho para a aparição das revistas ilustradas modernas, pois forneceram o alicerce para a introdução da fotografia na imprensa. Apesar da novidade técnica, a fotografia não suplantou imediatamente a produção de gravuras, principalmente pelas limitações identificadas em sua fase embrionária. No princípio, o procedimento de meio-tom gerava figuras com pouca nitidez e que, portanto, demandavam uma série de retoques manuais, resultando em materiais híbridos. Foi com a introdução da rotogravura que a implementação da imagem fotográfica obteve um ganho de qualidade e se tornou mais atrativa para a mídia impressa. Por consequência, a materialidade dos semanários também experimentou alterações significativas, a organização do layout das páginas tornou-se mais flexível, com um leque maior de possibilidades de diagramação que, ao romper com as formatações mais tradicionais, culminava em um inédito modo de leitura. Os novos arranjos gráficos criavam composições com mais dinamismo entre texto e imagem, que venciam as limitações de tamanho e configuração impostas pelo tipógrafo, conduzindo uma movimentação mais fluida de leitura através das seções e reportagens. Recursos inspirados na montagem própria do cinema mudo também foram adotados e adaptados pelos impressos, com imagens que se articulavam entre si. Todas essas inovações e a junção de diferentes elementos transformaram a página numa imagem.

Podemos acrescentar que essa característica faria da página um espaço complexo de confluência de olhares, ainda mais se considerarmos que nesse momento impõe-se a

¹⁷⁴ Produção de imagem que simula a gradação de tons de uma fotografia, a partir da reprodução de pontos contínuos, variando em tamanho e/ou densidade. Essa técnica cria uma ilusão de ótica, de modo que ao agrupar os pontos em um todo conjunto, forma a figura.

¹⁷⁵ Procedimento de impressão caracterizado por utilizar uma matriz de baixo relevo, em que a imagem é gravada em um cilindro de cobre. Esse sistema possibilita a produção de grandes tiragens em alta velocidade, com a vantagem de gerar imagens nítidas e de qualidade em materiais de baixo custo.

necessidade de uma participação ativa do leitor na recepção de diversos tipos de imagens nem sempre óbvias.¹⁷⁶

A consolidação das revistas ilustradas modernas atingiu seu ápice no Pós-Primeira Guerra Mundial e os semanários alemães foram os principais responsáveis pelo aperfeiçoamento da nova linguagem editorial, manejando de forma criativa o arsenal tecnológico disponível e ditando tendência no segmento. Contudo, a ascensão do nazismo na Alemanha, na década de 1930, provocou uma grande evasão de profissionais especializados do setor gráfico que, em razão de suas competências técnicas, foram prontamente absorvidos pelos mercados europeu e norte-americano, não por acaso nascedouros das prestigiadas *Vu* (França), *Paris Match* (França), *Picture Post* (Inglaterra) e *Life* (Estados Unidos).

Não obstante todas as inovações técnicas, o traço que marcaria a essência dos semanários de atualidades só foi possível graças a invenção das câmeras móveis de pequeno formato com rolos de filme flexível, que modificou a noção de jornalismo ilustrado ao criar as condições de captura de imagens em série. Paulatinamente, a fotografia assumiu a função de contadora de histórias, ampliando sua presença em detrimento do elemento textual. Anteriormente encarada como uma abordagem sintética dos eventos, tomada como coadjuvante em relação as ilustrações, a fotografia alçou o protagonismo nas publicações ao promover “(...) uma aproximação analítica, desdobrando os fatos por meio de uma expansão espaçotemporal”¹⁷⁷. As imagens passaram a articular-se entre si nas páginas das revistas, numa justaposição que buscava na montagem cinematográfica inspiração para comunicar uma narrativa visual. É neste ponto que se testemunhou o surgimento do repórter fotográfico, intimamente ligado a concepção do fotojornalismo, a última fronteira atravessada para completar as condições que combinadas permitiram a caracterização das revistas ilustradas modernas.

O apetite pelas imagens e a alteração de sua performance no campo jornalístico, não mais como simples ilustração do texto, mas valorizada por oferecer uma perspectiva óptica do fato registrado, desencadeou uma procura exacerbada pelos fotógrafos de imprensa. Nesse ambiente fértil, surgiu uma multiplicidade de agências prestadoras de serviços fotográficos, com um vasto catálogo de profissionais entre colaboradores e contratados. Os esquemas de negociação, no entanto, costumavam minar qualquer participação dos fotógrafos, que além de perder o controle sobre suas obras, recebiam apenas uma ínfima parcela do valor total da venda.

¹⁷⁶ Ibid., p. 312.

¹⁷⁷ Ibid., p. 314.

Como reação, entrou em cena agências independentes como a *Magnum* de Robert Capa, empenhadas em fazer frente ao artilho dos agenciadores, legando autonomia e reconhecimento a categoria profissional.¹⁷⁸

A fotorreportagem, exibida habitualmente nos semanários, nasceu como efeito direto desse novo concerto, que transferia para as imagens todo peso informativo, pois supostamente forneceriam uma interpretação mais completa dos eventos retratados. A construção da fotorreportagem obedecia a uma fórmula muito particular – aprimorada pela *Life*, na década de 1940, e copiada incessantemente por tantas outras agências ao longo dos anos – que consistia em acomodar de forma linear uma série de imagens organizadas cronologicamente ou por meio de eixos temáticos, que juntas deveriam formar um relato visual coeso e inteligível. Portanto, neste gênero jornalístico interessava o todo pelas partes e o ponto chave para uma comunicação bem-sucedida das fotografias estava justamente no jogo de disposição e associação dos elementos e, por isso, exigia-se o trabalho conjunto de uma série de profissionais especializados em cada etapa do processo, desde o fotógrafo, passando pelo redator, editor, artista gráfico etc. Não raro, para assegurar um resultado preciso da pauta que se pretendia noticiar, os repórteres fotográficos eram enviados a campo com instruções claras do que deveriam capturar, “(...) exercendo sua capacidade de criação no território limítrofe entre a encomenda e as possibilidades concretas oferecidas por cada assunto”.¹⁷⁹ Um ponto digno de atenção era a escolha do equipamento selecionado para operação, dado que interferia diretamente no resultado que se buscava obter, não apenas no quesito estético, mas também conceitual e ideológico. Novas estéticas e posturas surgiram ao longo do percurso, como a fotografia documental engendrada pela geração de fotógrafos formada a partir de 1930.

As *concerned photographs*, fotografias de forte apelo social, produzidas a partir do estreito contato com a diversidade social, conformaram o gênero também denominado de documentação social. (...) o objetivo desses fotógrafos era não somente registrar e informar, mas mover e mobilizar a opinião pública com vistas a uma ação positiva. Para isso, não poupavam recursos, tais como a “linguagem dramática”.¹⁸⁰

A instrumentalização das fotografias pelos órgãos de imprensa legou a esses artefatos a legitimidade enquanto discurso de verdade, como testemunhas oculares do real, ao passo que, paralelamente, eram manipuladas a exaustão ao simular a realidade a partir de seus

¹⁷⁸ MAUAD, Ana Maria. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 50.

¹⁷⁹ COSTA, Helouise., 2012. Op. cit., p. 315.

¹⁸⁰ MAUAD, Ana Maria., 2005. Op. cit., p. 52.

fragmentos. Herdeira da cultura capitalista, o fenômeno das revistas ilustradas “(...) potencializou as promessas da reprodutibilidade técnica, transformando a imagem fotográfica em algo maleável, transportável e capaz de adaptar-se facilmente aos sistemas de circulação e consumo impostos pela modernidade”.¹⁸¹ De modo geral, seu florescimento esteve intimamente ligado a intensa circulação de tecnologias, ideias e pessoas, que resultou em uma mídia de natureza globalizada, marcada pela apropriação de soluções compartilhadas e a constante normatização e padronização na construção da notícia, onde mais importava a eficácia do modelo que sua originalidade.¹⁸²

Por anos a fio, o formato das revistas semanais ilustradas caiu no gosto do público e contribuiu decisivamente na transformação dos modos de ver e na conformação do olhar nas sociedades em que atuou, mas, a partir da década de 1950, sua hegemonia dava lugar a novas formas de comercialização da informação, especialmente com a estreia da televisão e a transição das cotas publicitárias para o recente e promissor canal. Em um mundo pós-guerra, marcado por uma nova ordem geopolítica, pelo crescente cenário de Guerra Fria, corrida armamentista e espacial, o regime das imagens de vertente modernista traduzidas em arquétipos engessados e replicados vezes sem conta pelos vetores midiáticos, perdiam a capacidade de encantar e persuadir os espectadores, como outrora. Ademais, a imprensa de variedades ilustrada foi vencida pela trajetória de segmentação do mercado, sendo sucedida pelas magazines direcionadas a categorias específicas de interesse.

No Brasil, os semanários de atualidades ilustrados fizeram carreira desde os anos 1860, encabeçados pela criação de *Semana Ilustrada* (1860-1876), seguida de *Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893), *Revista Ilustrada* (1876-1898), dentre outras.¹⁸³ A reprodução das imagens nesses materiais ficava a cargo, basicamente, do artifício da litografia¹⁸⁴, que apesar de ser menos custoso e possibilitar um tempo de gravação mais curto em relação a xilogravura – método frustrado no país pela carência de mão de obra qualificada –, não comportava integração com a impressão tipográfica, causando frequentes

¹⁸¹ Ibid., p. 302.

¹⁸² Ibid., p. 322.

¹⁸³ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 171.

¹⁸⁴ Lançada no século XVIII, a litografia chegou ao Brasil por intermédio de Dom João VI, em 1817. Difundida pela presença dos litógrafos Arnaud Julian Pallière e John Steinmann, essa técnica parte do princípio da dinâmica de repulsão entre água e óleo para a produção de gravuras. O desenho deve ser feito em uma pedra calcária com o auxílio de uma ferramenta de essência gordurosa, também conhecida como lápis litográfico. Em seguida, a peça é lavada com água e embebida por substância acidulada, para que as partes que ultrapassam o espaço da ilustração adquiram uma textura porosa. Após retirado o excesso de ácido, a matriz é levada para a prensa litográfica, onde sua superfície é umedecida e recebe a aplicação de tinta. Por fim, o pigmento, absorvido apenas pelas partes lisas que compõe a gravura, é transferido ao papel. Para mais informações: BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 168.

entraves na cadeia produtiva. Esse obstáculo só foi superado no século seguinte, com o advento de mecanismos fotomecânicos, como a autotipia ou meio-tom, os representantes máximos da modernização e da reestruturação de ordem industrial do setor editorial.

Em 1900, ascendeu no horizonte nacional a *Revista da Semana*, considerada a primeira publicação a fazer uso de imagens fotográficas em suas páginas.¹⁸⁵ Na sequência, outros títulos seguiram na mesma toada, embalados por uma onda de investimentos no ramo, como *O Malho* (1902-1954), *Kosmos* (1904-1909), *Fon-Fon* (1907-1958), *Careta* (1908-1960) etc. Alardeadas como instrumentos do progresso e representantes de uma nova linguagem em emergência, a visual, as grandes revistas de variedades, como são classificadas pelos estudiosos, costumavam espelhar suas congêneres estrangeiras, seja na pretensa abstenção de posicionamentos políticos ou no interesse em constituir-se como álbuns de coleção de imagens.¹⁸⁶ A estratégia mercadológica de promover o acesso dessas mídias a uma vasta clientela, contrastava com a natureza elitista de seus conteúdos, dedicados a cobertura do cotidiano urbano e dos eventos da aristocracia. O estilo acadêmico dos textos e a presença em peso de associados da classe intelectual reforçaria o argumento de seu caráter seletivo, em que podem ser entendidas como espaço de “(...) afirmação e divulgação dos valores da sociedade burguesa”.¹⁸⁷ Usualmente, o desenho do produto atendia aos moldes do século XIX, com arranjos fotográficos marcados pelo emprego de molduras e arabescos como recurso para a atração do olhar e composições de imagens sobrepostas em mosaicos, planejadas para transmitir ideias de movimento. Em ambos os casos a fotografia gravitava em função do aspecto textual da mensagem.

Foi a partir dos anos 1940, que o universo da imprensa ilustrada brasileira sofreu uma verdadeira reviravolta conduzida por *O Cruzeiro*, um dos carros-chefes dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Criada em 1928, a revista viria protagonizar uma total reformulação gráfica editorial e fixar os novos padrões da linguagem fotográfica, que ecoaria por todo o segmento. Essas inovações, capitaneadas pela dupla Jean Manzon e David Nasser, acarretaram uma transformação geral na percepção da fotografia e seu papel social, baseados na tendência de fotojornalismo norteado pela *Life*.

Como não poderia deixar de ser, essa nova estruturação do sistema midiático de comunicação de massa afetou consideravelmente os prognósticos do tabuleiro comercial constituído até aquele momento. Segundo aponta Elisa Casadei,

¹⁸⁵ COSTA, Helouise. “Entre o local e o global: a invenção da revista *O Cruzeiro*”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 10.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Ibid., p. 10 e 11.

Pode-se dizer que a *Revista da Semana* é a grande vedete do mercado editorial brasileiro até, pelo menos, a década de 1940, quando a revista *O Cruzeiro* – que, aliás, tem seu projeto inspirado na *Revista da Semana* – assume essa posição. Mesmo depois disso, quando a revista *O Cruzeiro* ofusca sua hegemonia, a *Revista da Semana* ainda se mantém bastante influente.¹⁸⁸

Fundada nos primórdios do século XX por Álvaro de Teffé, filho do Barão de Tefé, a *Revista da Semana* veio à tona na esteira das ações modernizadoras e de reforma urbana pelas quais passaria o Rio de Janeiro, então capital federal, e, na expectativa em acompanhar e consolidar os símbolos do novo tempo, apresentava-se como vitrine dessa prosperidade. Após uma longa temporada de estadia na Europa, Álvaro de Teffé retornou ao Brasil trazendo na bagagem as novidades fotoquímicas e todo maquinário importado que o permitisse repercutir no país os modos de experienciar o mundo moderno com que teve contato no estrangeiro. Em parceria com o caricaturista Raul Pederneiras e o jornalista Medeiros d’Albuquerque, sob realização da Companhia Editora Americana, estreava, em 20 de maio de 1900, a primeira tiragem de *Revista da Semana*. Em comunicado de apresentação aos leitores, era descrita como suas principais características ser ilustrada e popular, com o acréscimo de que “não cogita de política, sob qualquer forma que se possa entender essa designação”.¹⁸⁹ O grande destaque ficava por conta do compromisso com a transmissão massiva de fotogravuras e o investimento nas potencialidades da imagem enquanto meio de informação.

Feita para o povo – desde as ínfimas às mais altas camadas sociais – a REVISTA DA SEMANA empenhar-se-ha sómente a fornecer a todos illustrações e artigos interessantes. De quanto se passar durante a semana e que mereça atenção procurará dar, em excellentes gravuras, copiadas de photographias, o que deva excitar a curiosidade publica. Quando o caso assim exigir, juntar-se-ha a isso texto necessario para a boa comprehensão dos factos, embora, em regra, nos empenhemos em multiplicar de tal modo as estampas, escolhendo-as tão bem que dispensem commentarios. Onde houver o que agrade ou impressione os espiritos curiosos, haverá um operador da REVISTA, photographando-o, para incluil-o nas paginas della.¹⁹⁰

O exemplar de lançamento fez história ao trazer na capa uma publicação fotográfica até então inédita na imprensa, exibindo a inauguração do Monumento a Pedro Álvares Cabral, no Largo da Glória, no Rio de Janeiro, por ocasião das festividades do IV Centenário do Descobrimento do Brasil e outras imagens do evento também rechearam diversas páginas

¹⁸⁸ CASADEI, Eliza Bachega. *Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. Tese (doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 171.

¹⁸⁹ “Simples apresentação”. *Revista da Semana*. Edição: 01. Rio de Janeiro, 20/05/1900. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

¹⁹⁰ Ibid.

daquele número. Outro registro com o qual a revista ganharia notoriedade pela ampla cobertura fotográfica, foi a Revolta da Vacina, em 1904. Seu pioneirismo na exploração de ferramentas visuais lhe rendeu, em 1911, a medalha de ouro na Exposição Internacional de Turim, na Itália.¹⁹¹

Já nas primeiras edições, a *Revista da Semana* dispunha de colaboradores do calibre de Luís Peixoto, Olavo Bilac, João do Rio, Pedro Lessa, Menotti Del Picchia e outros.¹⁹² Seu projeto articulava desde conteúdos literários (crônicas, contos, novelas) a colunas sociais, competições esportivas, crônicas policiais, artigos de moda/comportamento e reportagens com forte apelo visual, que por vezes incluíam reconstituições montadas em estúdio para garantir a ilustração das notícias. Apesar da declarada missão de isenção da discussão política¹⁹³, um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em 1909, quando a revista tomou partido de Hermes da Fonseca, em oposição à candidatura de seu adversário, Rui Barbosa, na corrida presidencial nas eleições daquele ano.

Ainda no início de sua existência, a *Revista da Semana* foi agregada ao *Jornal do Brasil*, sendo distribuída por boa parte da década como encarte do periódico, até que, em 1915, teve sua posse transferida a Carlos Malheiro Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. Sob a rubrica da nova gerência, outro plano de ação seria traçado.

A “Revista da Semana” tem um programa immoderadamente... modesto. Ella quer ser, antes de mais nada, e só, e apenas, esta insignificancia laboriosissima: o cinematografo da vida brasileira: um cinematografo aos domicilios, e que se guarde e collecione e consulte: cinematografo que não só projectará imagens, mas tambem idéas. A sua divisa? Instruir divertindo; entreter, ensinando. A sua ambição? O impossivel: contentar toda a gente. [...] A “Revista da Semana” aspira ser cousa diversa de um archivo revolto de gravuras: um repositorio encyclopedico de factos, um manancial salutar de pensamentos elevados e de iniciativas uteis. Os nomes mais illustres na litteratura nacional lhe trarão adorno, o prestigio e a influencia da sua gloria academica. Sem se arriscar a parecer pretenciosa, a “Revista da Semana” quer

¹⁹¹Biblioteca Nacional Digital. *Acervo da BN | 20 de maio de 1900, lançamento do periódico Revista da Semana*. Rio de Janeiro: BN Digital, 20/05/2021. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-20-de-maio-de-1900-lancamento-do-periodico-revista-da-semana/>>. Acesso em: 20/10/2021.

¹⁹²A associação de intelectuais e literatos não se restringia apenas ao caso da *Revista da Semana*, mas se estendia ao concerto geral das revistas ilustradas, encaradas como um palco estratégico para debates de ideias e difusão de plataformas políticas e culturais. Para mais informações: CASADEI, Eliza Bachega. *Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. Tese (doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 172 e 173.

¹⁹³O ecossistema comunicacional em que estava inserida a *Revista da Semana*, guiado por práticas da imprensa oitocentista, costumava reservar aos jornais a abordagem de questões políticas e de caráter crítico/informativo, enquanto o modelo das revistas ilustradas ocupava-se de amenidades, assuntos variados e entretenimento. Por guardar fatores de continuidade e de ruptura com esses ditames operacionais, o semanário criado por Álvaro de Tefé pode ser enquadrado como um veículo de transição entre os séculos XIX e XX. Para mais informações: CASADEI, Eliza Bachega., 2013. Op. cit., p. 172 e 176.

ser culta; esforçando-se por não parecer frívola, quer ser elegante; dedicando-se a não ser enfadonha, diligenciará nunca ser banal.¹⁹⁴

A partir de então, passou a dedicar maior espaço em suas páginas a assuntos de interesse feminino, com a adição das colunas *Jornal das Famílias* e *Consultório da Mulher*, concentradas em discorrer sobre temas ligados a moda, beleza, costumes, culinária, cuidados domésticos, conselhos sentimentais etc. As seções de feminilidade frequentemente projetavam-se sobre os cadernos de literatura e moda, que afora as sugestões de vestuário, era aproveitada como ferramenta disciplinadora, orientando modelos de comportamento, virtude moral e distinção social. Nas décadas seguintes, o semanário resistiu as sucessivas mudanças e crises que assolaram as redações Brasil afora¹⁹⁵ e na tentativa de adaptar-se ao fenômeno do fotojornalismo, que surgia nos anos 1940, a revista mudou seu projeto editorial, adquirindo um caráter sensacionalista.¹⁹⁶ O desfecho desse enredo chegou em janeiro de 1959, quando suas publicações cessaram.

Outro semanário ilustrado de relevância na cena carioca e que divide as atenções com a *Revista da Semana* nessa pesquisa enquanto repositório das fotografias reservadas para análise, é *A Noite Ilustrada*. A revista teve seu primeiro exemplar lançado em 03 de maio de 1930 e surgiu como uma seção de rotogravura do jornal *A Noite*. Sua criação transcorreu no contexto de inauguração da nova sede da empresa na Praça Mauá, juntamente com a renovação de maquinários e linotipos, que desencadeava uma fase de prosperidade sob a presidência de Geraldo Rocha.

Em alusão ao patamar atingido pela companhia, o primeiro número do suplemento trazia impresso na capa o ícone da renovação e opulência daquele órgão de imprensa, o Edifício Joseph Gire. Construído entre 1927 e 1929, o imóvel era um marco arquitetônico e urbanístico do Rio de Janeiro. Concebido no estilo *art nouveau*, nasceu como um dos maiores arranha-céus

¹⁹⁴ *Revista da Semana*. Edição: 01. Rio de Janeiro, 14/02/1914. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 11.

¹⁹⁵ Conforme a evolução tecnológica seguia seu curso, a corrida por reconversão e atualização da infraestrutura balizava as operações dos canais de comunicação, no ímpeto de alcançar vantagens competitivas e de sobrevivência no mercado. No entanto, para muitos veículos esses investimentos de alto custo provocaram sua ruína, causando também a retração do aporte de capital em novos jornais. Esse contexto desencadeou o que Nelson Werneck Sodré batizou de concentração empresarial no setor. Para mais informações: SOUSA, Pedro Jorge. *As histórias da imprensa se Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>>. Acesso em: 23/10/2021.

¹⁹⁶ DANTAS, Carolina Vianna. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>>. Acesso em: 20/10/2021. p. 02.

de seu tempo¹⁹⁷, destacando-se pela tecnologia empregada em sua edificação, o concreto armado. Diante disso, estampar a imagem do prédio monumental seria como expandir seu simbolismo de modernidade e magnitude ao novo veículo e, ademais, anunciar visualmente aquela conquista. Em contrapartida à grandeza vaticinada, os redatores fecharam a edição com uma pequena mensagem de *mea culpa*, pela decepção, que se supunha, despertaria a leitura daquela obra incompleta, em discrepância ao informe divulgado ao público.

Uma serie de contratempos, um sem numero de dificuldades a vencer, que seria fastidioso enumerar, privaram-nos, apesar do nosso grande desejo, do prazer de apresentar aos nossos leitores um trabalho perfeito. Não damos, hoje, as secções de sport, á qual será dedicada especial atenção, os factos sociaes, e os informes sob cinemas.

Redobremos de esforços e o SUPPLEMENTO DA A NOITE será, um breve, no seu genero – rotogravura – tão perfeito quanto os mais perfeitos do estrangeiro.¹⁹⁸

Poucos dias antes da distribuição oficial da revista, *A Noite* mencionava em nota que esta “registrará semanalmente os acontecimentos de maior vulto, tanto aqui como no estrangeiro e manterá secções primorosamente illustradas sobre os Sports, Theatros, Cinemas, Elegancia, Modas, etc”.¹⁹⁹ Em comentário à repercussão da frustrada estreia, o periódico dava conta de que havia sido um sucesso de vendas tamanho que suscitou duas reimpressões a mais e em quantidades maiores que a inicial.²⁰⁰ O mesmo desempenho foi obtido na segunda edição²⁰¹ e encorajado por essas experiências foram calculados novos parâmetros de remessa para as futuras tiragens. Com o êxito logrado pelo encarte e, na busca por intensificar também o volume de assinaturas, foi disparada uma campanha que premiaria com um relógio *Vulcain* de ouro e mais bonificações em dinheiro os consumidores responsáveis pelo aumento do número de assinantes do semanário, através de planos de indicação.²⁰²

O apoio irrestrito às oligarquias dominantes nas eleições de 1930, custou à empresa seu período de bonança. A declarada oposição a Getúlio Vargas, candidato presidencial da Aliança

¹⁹⁷ “Uma grande victoria da imprensa brasileira – A NOITE inaugura, hoje, as suas novas instalações no mais alto edificio da América do Sul – O premio de dezoito annos de dedicação aos interesses e ás causas populares”. *A Noite*. Edição: 06398. Rio de Janeiro, 07/09/1929. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 01.

¹⁹⁸ “Uma ligeira explicação”. *A Noite (Suplemento)*. Edição: 01. Rio de Janeiro, 03/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 13.

¹⁹⁹ “O Suplemento Illustrado da A NOITE”. *A Noite*. Edição: 06628. Rio de Janeiro, 30/04/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

²⁰⁰ “O exito do primeiro numero do ‘Suplemento Illustrado da A NOITE’”. *A Noite*. Edição: 06633. Rio de Janeiro, 05/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

²⁰¹ “Suplemento Illustrado da A NOITE”. *A Noite*. Edição: 06637. Rio de Janeiro, 09/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 01.

²⁰² “O ‘Suplemento Illustrado da A NOITE’ vae distribuir relógios Vulcain”. *A Noite*. Edição: 06668. Rio de Janeiro, 09/06/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

Liberal, mesmo após sua vitória, despertou a animosidade da administração governamental recém-constituída, que resultou no empastelamento da *A Noite* e na prisão de seu proprietário. As dificuldades de estabilização financeira, decorrentes desse episódio, provocaram a penhora dos bens de Geraldo Rocha, que ao falhar na quitação das dívidas cedeu suas posses ao grupo São Paulo – Rio Grande, administrado por Guilherme Guinle. Sob o novo comando, *A Noite* e *A Noite Ilustrada* gozaram de uma temporada de recuperação e expansão, estando esta última entregue à direção de Gil Pereira e à gerência de Vasco Lima. Tatiana Bulhões enfatiza o espaço privilegiado que o semanário reservava à publicação das imagens, com uma disposição gráfica que acentuava a “primazia de fotografias em relação aos textos”.²⁰³ Este momento de revitalização foi marcado ainda pela inauguração da *Rádio Nacional*, uma emissora de radiodifusão criada como material complementar de função informativa, e as revistas *Carioca* e *Vamos Ler*, voltadas para o segmento audiovisual e literário, respectivamente. Apesar de adotar uma linha editorial mais cautelosa, com a ausência de críticas aguerridas ao poder estabelecido, o fantasma da encampação rondava o cotidiano do jornal. O medo não era infundado, uma vez que controlada pelo governo, desde outubro de 1930, a São Paulo – Rio Grande não havia regularizado a situação e sua desapropriação finalmente concretizou-se em março de 1940.

Portanto, no intervalo delimitado dessa pesquisa, o periódico e seu semanário estavam integrados ao patrimônio da União e constavam anexados às Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. Os anos de 1940 a 1957 foram circunscritos por uma longa crise, que ocasionou a elevação do custo e diminuição da receita de suas publicações. Concomitantemente passou a perder seus leitores, pois o consideravam uma corporação cujo único compromisso era tecer elogios às instituições governamentais.²⁰⁴ Em 1946, a partir de um Decreto-Lei expedido pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o periódico foi arrendado à sociedade anônima constituída por seus funcionários e, apesar da transferência ter sido bem recebida pela imprensa em geral, o veículo não resistiu às constantes crises e impasses administrativos, que resultaram no fim de suas tiragens em dezembro de 1957.

²⁰³ BULHÕES, Tatiana da Silva. “Ampliando o Alcance da Propaganda Integralista: fotografias e textos na imprensa carioca (Fon-Fon!, Diário de Notícias e A Noite Ilustrada)”. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (Org.). *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. – 2ª ed. – Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2017. p. 360.

²⁰⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. “NOITE, A”. In: ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

2.2 Os “deslocados de guerra” nas páginas de *A Noite Ilustrada*

No dia 27 de maio de 1947, *A Noite Ilustrada* publicava a reportagem intitulada “Deslocados de guerra”, que tratava sobre o recém-chegado grupo de refugiados e deslocados europeus desembarcados no Brasil e acolhidos na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, com destaque para a presença do médico e antropólogo Arthur Ramos no local, envolvido com a realização de estudos avaliatórios sobre os imigrantes. As fotografias são de autoria de “J. Souza”, sobre quem não foi possível encontrar qualquer informação, enquanto o texto é creditado ao jornalista José Leal, que ficou mais conhecido por uma série de matérias realizadas para o jornal *O Globo*, em 1956. Nascido no município de Lagoa Nova, na Paraíba, em 20 de dezembro de 1924, José Leal iniciou sua carreira como repórter no Rio de Janeiro, em 1945, e ao longo de sua vida colaborou com grandes veículos como *A Noite Ilustrada*, *Diário da Noite*, *A Cigarra*, *Última Hora*, *Manchete* e *O Cruzeiro*, onde alçou o ápice profissional, trabalhando ao lado de figuras como o renomado fotógrafo José Medeiros.²⁰⁵ Na década de 1950, José Leal passou seis meses internado no Hospital Psiquiátrico da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) para tratar do vício em álcool. Após sua saída, o jornal *O Globo* aceitou transmitir uma série de textos que o jornalista havia escrito, incentivado pelo médico Jurandyr Manfredini, sobre sua experiência. A publicação de “180 dias na fronteira da loucura”, lhe rendeu o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais importante premiação da categoria.²⁰⁶ No ano seguinte, em 1957, José Leal esteve à frente de outra notável sequência jornalística também veiculada por *O Globo*, denominada de “Um repórter na rota do contrabando”, em que revelou grandes esquemas de tráfico de armas no norte do país. O jornalista morreu aos 52 anos, em 02 de janeiro de 1977, no Rio de Janeiro.

Dentre um total de 21 imagens associadas à reportagem em questão e distribuídas em 8 páginas, é possível considerar que o conjunto é dividido em dois atos. Um primeiro, composto por fotografias dos imigrantes – homens, mulheres e crianças – apresentados em grupo e um segundo momento, em que esses registros dão lugar a retratos individuais de pessoas destacadas por suas origens nacionais, a maioria da região leste da Europa.

²⁰⁵ DÓRIA, P. S. de. *Réquiem para José Leal (in memoriam)*. Paraíba: História Esperancense, 27/03/2016. Disponível em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/03/a-pedido-requiem-para-jose-leal-p-s-de.html>>. Acesso em: 25/10/2021.

²⁰⁶ TARTAGLIA, Cesar. *180 dias na fronteira da loucura – Prêmio Esso de Jornalismo de 1956*. Rio de Janeiro: Memória O Globo, s/d. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/180-dias-na-fronteira-da-loucura-8851099>>. Acesso em: 25/10/2021.



A promoção do fotojornalismo legou um novo estilo ao padrão gráfico das revistas ilustradas graças à contribuição decisiva do editor de fotografia, o maestro responsável por arquitetar todo o percurso fotográfico, ponto nevrálgico do gênero.

O editor, figura que surgia nos anos 1930, originou-se do processo de especialização de funções na imprensa e passou a ser o encarregado de dar sentido à imagem, articulando adequadamente palavras e imagens, através do título, da legenda e de breves textos que acompanhavam as fotografias. A teleologia narrativa das reportagens fotográficas tinha como objetivo precípuo capturar a atenção do leitor, ao mesmo tempo em que o instruíam na maneira adequada de ler a imagem.²⁰⁷

As formatações antigas, típicas do início do século XX, com imagens em tamanhos iguais, enquadramento central e sem grandes tratamentos de edição, consumadas em dinâmicas monótonas de leitura²⁰⁸, cederam passagem a um novo tipo de diagramação, planejada em prol do aspecto visual da composição. O emprego da impressão em rotogravura abriu caminho para a circulação das fotorreportagens por possibilitar publicações de imagens em alta qualidade. As fotografias passaram a ocupar espaços mais amplos e diversos no quadro da revista, um recurso muito utilizado para causar impacto e guiar a narrativa, exibidas em páginas duplas ou

²⁰⁷ MAUAD, Ana Maria. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 50.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 49.

integralmente na superfície total da folha, não raro, transbordando os limites da margem. Intervenções, cortes e reenquadramentos no retrato original também eram comuns para adequar o material ao roteiro elaborado.²⁰⁹ Quanto ao *corpus* textual, inscrevia-se como bloco de apoio, cumprindo a função de caixa de ressonância que “(...) amplificava o caráter ideológico da mensagem fotográfica”.²¹⁰ É nesse contexto que o fotógrafo deixa de ser encarado como simples muleta editorial e conquista autonomia na cobertura jornalística, concretizando uma parceria mais equilibrada com o repórter. Até os anos 1940, por exemplo, era exceção à regra fotos que contassem com indicativo de autoria na grande imprensa.

Se a comunicação visual era núcleo por excelência do fotojornalismo, o autor dos registros também deve ser foco de interesse pelo papel ativo que exerce nessa construção. Apesar do verniz de verdade que a fotografia desperta por sua fidedignidade estética ao real, a objetividade de seu testemunho reside apenas na aparência. A captura da imagem é sempre delimitada pelo olhar de quem orienta a câmera e, por isso, “(...) a fotografia não deve ser pensada como um documento que vale por si mesmo, neutro, isento de manipulações”.²¹¹ O ato fotográfico é um processo balizado por filtros técnicos, culturais e ideológicos, que apesar de expressarem estruturas distintas, são conjugados e acionados em concomitância. Logo, o produto decorrente dessa ação é impregnado de vieses e de intenções, quer animado por um desejo pessoal ou por exigências comissionadas, que afetam diretamente a concepção e o arranjo fotográfico.

(...) torna-se [o fotógrafo de imprensa] um mediador entre o processo histórico, as demandas sociais e sua elaboração através das fotografias, recriando nas páginas das revistas e jornais uma complexa narrativa histórica dos fatos e acontecimentos, ao mesmo tempo em que materializa em imagens os anseios e expectativas de um projeto social.²¹²

O ponto crucial em apresentar e compreender a trajetória dessas personagens, suas filiações corporativas, referências, subjetividades e relações que moldam suas práticas de carreira, contudo, esbarra na lacuna de produções que se debruçam em investigar e resgatar a memória de muitos desses sujeitos, seja por caminhos que ainda precisam ser desbravados na história da fotografia e do fotojornalismo no Brasil ou pela falta de repercussão que tiveram

²⁰⁹ COSTA, Helouise. “Entre o local e o global: a invenção da revista O Cruzeiro”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 23.

²¹⁰ MAUAD, Ana Maria., 2005. Op. cit., p. 57.

²¹¹ KOSSY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. – 3ª ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014. p. 47.

²¹² MAUAD, Ana Maria. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 60.

seus trabalhos. Sobre esses agentes anônimos, Boris Kossoy argumenta que a consagração profissional parte sempre de um processo seletivo de fundo ideológico e que irradiado pelo efeito cumulativo da repetição, estimula a notoriedade de certos nomes em detrimento de outros.²¹³

Sem menosprezar a parcela de criatividade dos fotógrafos e o mérito de suas experiências, é preciso ter em mente que a fotografia de imprensa obedece às agendas institucionais do veículo que a legitima e a materializa na sociedade. Os detentores da informação exercem controle sobre o destino e a construção de sentido dessas obras, arbitrando sobre quais imagens serão expostas e quais ficarão relegadas à clausura. É incorporada aos meios de comunicação de massa que a fotografia manifesta sua dimensão pública e nessa condição é chamada a assumir uma ocupação política como canal de visibilidade a estratégias de poder ou mesmo as disputas de poder.²¹⁴ “A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com visões de mundo as quais se associa”.²¹⁵ Os grandes conglomerados que intervêm na formação de um senso comum e na conformação do imaginário social, também atuam no agenciamento de uma memória pública, ao produzir e fixar no tempo histórico uma versão dos acontecimentos.²¹⁶ Essas mídias desempenham um papel capital na ordenação dos fluxos caóticos de eventos mediante modelos narrativos que os ajustam num todo racionalizado, selecionando os assuntos. Nesta perspectiva, “(...) o fotojornalista não apenas reporta a notícia, como também as cria”.²¹⁷

Na verdade isto significa que, num determinado contexto histórico-cultural, as narrativas convencionais no (foto) jornalismo contribuem para que seja dado significado social a determinados acontecimentos em detrimento de outros, promovendo por consequência certos acontecimentos e não outros, à categoria de notícias, concorrendo para dar uma aparência de ordem ao caos que é a erupção aleatória de acontecimentos gerando inteligibilidade ao real, devido à taxonomização deste em determinadas categorias.²¹⁸

Grande parte dos episódios que entraram para a história do século XX foram anunciados e correram o mundo sob o signo das imagens, mas as informações contidas nessas fontes se encontram para muito além de seus limites, respondem a uma natureza polifônica. Toda fotografia carrega consigo os regimes de visualidade da sociedade que a originou e processa

²¹³ KOSOY, Boris., 2014. Op. cit., p. 67 e 68.

²¹⁴ MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica*. Piauí: Revista Brasileira de História da Mídia, v.2, n.2, 2013. p. 13.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ MAUAD, Ana Maria. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 59.

²¹⁸ Ibid.

essa mensagem no tempo. Portanto, as nuances e cosmovisões inscritas no artefato fotográfico só podem ser plenamente decodificadas a partir de aportes que sejam capazes de contrapor o contexto histórico, as convenções sociais e os códigos culturais mobilizados em sua produção, de modo a recuperar os circuitos sociais da fotografia e as tensões envolvidas na esfera dessas interações.

O procedimento fotográfico reúne em si duas realidades que se implicam mutuamente, a primeira é o próprio passado no instante curtíssimo de sua duração no espaço/tempo e a ação do fotógrafo em cristalizá-lo visualmente, tão logo praticada, concretiza a segunda realidade. Esta corresponde a manifestação sígnica da fotografia em sua extensão documental, ou seja, o ícone da representação, que é cuidadosamente montada, sedutora, mas nunca inocente.²¹⁹ A fotografia enquanto resíduo e testemunho da realidade “(...) é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautada sobre códigos convencionalizados culturalmente”.²²⁰ Devido ao caráter ambíguo de sua trama documental, esse registro consente múltiplas interpretações que deixam margem à criação de novas verdades. No terreno da imprensa a elaboração da representação fotográfica é continuamente manipulada através de sua pós-produção, em sua editoração e intertextualidade enquanto dispositivos que direcionam o olhar e a compreensão do leitor.

A fotografia jornalística, enquanto um objeto dotado de autonomia estrutural, não deve ser considerada um aporte isolado, visto que se comunica com o elemento textual e é a partir dessa conjugação que se revela a totalidade da informação. A fim de que seja possível alcançar a compreensão sobre sua complementariedade, é indicado a análise em separado de ambos os sistemas. Neste aspecto, Roland Barthes ressalta que o próprio texto, seja o corpo da notícia ou a legenda conferida, pode funcionar como uma mensagem destinada a conotar a imagem ao suscitar um ou vários sentidos outros ao registro. A fotografia não performa mais como ilustração a serviço do texto, para esclarecê-lo ou concretizá-lo, antes, a palavra “(...) torna a imagem mais pesada, impõem-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação (...)”.²²¹ A depender da apresentação estilística da escrita, o efeito interpretativo que o componente verbal causa ganha outros contornos. Uma produção que aproxime mais a palavra da fotografia pode criar a enganosa sensação de objetividade da informação, numa espécie de tradução neutra da

²¹⁹ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. – 5ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2016. p. 24.

²²⁰ MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p. 139.

²²¹ BARTHES, Roland. *O óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 20.

imagem. É possível, ainda, que artifícios como a legenda, por exemplo, expressem um sentido totalmente novo, produto de especulações, ou diametralmente oposto ao referente.

Cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens, a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos. Decifrar a *realidade interior* das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e ficções, as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida.²²²

Fotografia 01 – Os novos habitantes no refeitório da hospedaria



Autor: J. Souza, 1947, p. 03.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 03.

²²² KOSSOY, Boris., 2016. Op. cit., p. 25.

A fotografia acima foi a eleita para abrir a matéria resultante da parceria entre José Leal e J. Souza. Chama a atenção o destaque que ela ganha estampando toda a página, dedicada a retratar uma pequena multidão no refeitório da hospedaria. As mesas com pratos, talheres e copos dispostos a frente dos imigrantes nos permite saber que estavam à espera de refeição e o grande grupo presente na imagem atua como uma síntese de todos os refugiados e deslocados que aportaram na Ilha das Flores. É neste sentido que o título da reportagem participa como uma espécie de legenda e, assim, cumpre a função de dirigir a leitura do observador. Além disso, a manchete visual era a responsável por apresentar e condensar o tema que seria abordado. O foco da câmera se concentra nos adultos, principalmente homens jovens, e nas muitas crianças presentes no ambiente sem, no entanto, revelar qualquer aspecto do espaço. Não é possível ter noção de sua amplitude, condições de preservação ou os pontos de ventilação, mas é razoável inferir, pelo jogo de luz e sombra, que existia uma fonte luminosa incidindo a partir da lateral esquerda. Afora as duas personagens enquadradas no primeiro plano, as lentes do fotógrafo parecem atrair os olhares de todos no local.

O texto da reportagem tem início com um preambulo sobre as recordações que aquele “(...) pequeno mundo insulado no meio do Atlântico (...)”²²³ despertava na memória do escritor, especialmente a de uma fotografia avistada por ele alguns anos antes, exibindo um repórter em entrevista com prisioneiros na Ilha das Flores, no tempo em que o lugar serviu de presídio, nos idos de 1942. À época da imagem a Hospedaria de Imigrantes desempenhava outras funções e o autor não passava de um aspirante a jornalista. Naquele presente momento, no entanto, a hospedaria retomava suas atividades originais e José Leal tinha finalmente conseguido realizar seu desejo profissional.

A viagem marítima de 45 minutos na lancha-transporte do serviço de imigração que levava a equipe de *A Noite Ilustrada* e outros funcionários da repartição até a Ilha das Flores, foi preenchida por conversas entre José Leal e o então diretor do Departamento Nacional de Imigração, Péricles de Carvalho. A presença deste último, provavelmente, se justificaria para acompanhar os primeiros passos dos estudos de Arthur Ramos com os refugiados e deslocados. Descrito como “(...) um especialista no assunto imigratório, moço e dono de amplos conhecimentos, que recolheu em suas viagens pela Europa vasto material para enriquecimento de sua capacidade”²²⁴, o chefe do DNI era elencado enquanto autoridade respeitável e digna de crédito. Em esclarecimento as indagações levantadas, Péricles de Carvalho enfatizava que os

²²³ LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 04.

²²⁴ Ibid.

imigrantes recebidos em solo brasileiro haviam sido cuidadosamente selecionados por uma comissão especial, coordenada por Artur Hehl Neiva, nas zonas ocupadas pelos aliados na Alemanha e na Áustria, como resultado de um acordo que o Brasil assinara com o “(...) Comité Intergovernamental de Refugiados de Guerra, comprometendo-se a receber cinco mil pessoas, e se estas forem úteis, mais sessenta mil”.²²⁵ É acrescentado, ainda, que “esta imigração é a mais perfeita possível, é a chamada ‘imigração dirigida’, com muitas exigências feitas”²²⁶, de maneira a evitar o recebimento de “elementos prejudicados, incapazes para o trabalho, sofredores de neuroses, etc. (...)”.²²⁷

Após chegar ao destino, José Leal relatava estar entre as vítimas da “sêde dominadora de Hitler”, pessoas atingidas por uma desgraça “(...) que os fez perder os lares e a paz, os chamados ‘deslocados de guerra’ (...)”. Mesmo vinculados internacionalmente a categoria de refugiados, o veículo optou por utilizar durante toda a matéria, inclusive no título, a designação de deslocados de guerra para se referir àqueles imigrantes, provavelmente em consonância a prática semântica adotada pelos agentes brasileiros. É informado, ainda, que o grupo abrigado era composto por 861 “(...) homens e mulheres, que acabaram de vir para ajudar a nossa agricultura, a nossa indústria, dando impulso ao maquinismo que sustenta a nação”.

Como primeiro ingrediente a constar na segunda página da fotorreportagem e ocupando praticamente metade do espaço da folha, a “Fotografia 02” é o ponto inevitável de atração do olhar e expande o campo visual do quadro ao ultrapassar suas bordas. Dessa vez a tônica da *mise en scène* recai totalmente sobre as crianças e mesmo que algumas poucas figuras femininas sejam identificadas ao fundo, essas pessoas são curiosamente cortadas do enquadramento, reforçando o interesse da montagem na turma de crianças reunidas no jardim da hospedaria. Infelizmente, não houve possibilidade de acesso aos negativos das fotografias ou mesmo aos rascunhos da edição que contribuísse para a compreensão do momento decisório de exclusão dos adultos, se na ação do fotógrafo ou como efeito de manobra posterior na preparação gráfica. O grupo era formado por cerca de 24 meninos e meninas das mais diferentes idades, desde bebês de colo até crianças maiores, todos vestidos de forma bem simples, mas com expressões variadas frente a câmera de J. Souza: havia aqueles com semblante mais sisudo, especialmente entre os meninos mais velhos, fisionomias tímidas ou quem esboçasse traços de um sorriso no rosto; olhares desviantes, que se concentravam no que estava para além do que a fotografia registrava, e outros fixos nas lentes que os retratava.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Ibid.

Fotografia 02 – Crianças reunidas em grupo no jardim da hospedaria



Autor: J. Souza, 1947, p. 04.

OS PEQUENOS DESLOCADOS POSAM PARA A POSTERIDADE...

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 04.

Segundo a legenda, “Os pequenos deslocados posam para a posteridade”, para um futuro que eles próprios representavam, como promessa. Tal qual a imagem que vagava pelas lembranças de José Leal, essa também deveria perpetuar uma memória, de esperança.

O ponto de interesse do governo brasileiro nos fluxos imigratórios, via de regra, consistia no potencial produtivo do estrangeiro e não era comum que a participação infantil nesse processo recebesse tanto enfoque. O modo como as crianças experienciavam a imigração, acompanhando suas famílias, é um assunto ainda pouco explorado. Por isso, a surpresa em vê-las como temática prevalente na narrativa fotográfica de *A Noite Ilustrada*. Frequentemente, as crianças podiam ser encaradas como parte da mão de obra no trabalho familiar, mas aqui elas são evocadas também enquanto um elemento sensibilizador. A expectativa possivelmente associada aos pequenos era de que acolhê-los significaria garantir o futuro do país e, uma vez assimilados, contribuiriam para o progresso da nação.

Na representação criada pela imagem fotográfica, o universo infantil é um simulacro do adulto, no qual todas as potencialidades necessárias para formar um cidadão

realizado são apresentadas como condição natural e inerente ao grupo social do qual provém.²²⁸

Fotografia 03 – Imigrantes armênios



Autor: J. Souza, 1947, p. 05.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 05.

Assim como sua predecessora, a “Fotografia 03” ocupa lugar no topo da página em que é apresentada e é seguida da ocorrência de mais duas fotografias, de proporções menores. É interessante observar como o fotógrafo organiza os corpos nessa imagem, perfilados em diagonal, de modo a tornar possível capturar o grupo em um plano bem fechado, em que nada revela do ambiente, apenas mostra que estão debruçados sobre o alpendre de um dos prédios da hospedaria. Não por acaso, os refugiados escolhidos para serem retratados são justamente homens fortes e de aparência saudável. Outro destaque fica por conta de suas vestimentas, todos trajados em um estilo bem espontâneo com regatas e até mesmo sem camisa, como é o caso do indivíduo centralizado no enquadramento, como se estivessem em atividades que não exigisse qualquer formalidade. É ainda curioso como a imagem desses cinco homens não corresponde a representação que geralmente se faz de pessoas refugiadas, frequentemente associadas ao sofrimento, a escassez, a dor etc. Isso faz refletir na escolha por apresentar esses imigrantes não como refugiados, mas deslocados de guerra. Talvez fosse um modo de ressaltar e reafirmar a

²²⁸ MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p. 164 e 165.

fala do diretor do Departamento Nacional de Imigração, quando declara que a seleção dos refugiados e deslocados foi a mais rigorosa possível, a fim de suprir as necessidades do país. A intenção da imagem é reforçada pela legenda: “Armenios, fortes e comunicativos. O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever”, em uma clara mensagem de que esses imigrantes tinham um compromisso e um dever para com o Brasil, que os acolheu, e em estado aparente de vigor e saúde, nada os impediria de cumprir suas obrigações.

Fotografia 04 – Um passeio pela Ala Norte



Autor: J. Souza, 1947, p. 05.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 05.

A “Fotografia 04” revela um provável casal com seu bebê de colo passeando pela Ala Norte da hospedaria, onde se localizavam os alojamentos da região conhecida como Pátio dos Imigrantes. À sombra das árvores é possível reconhecer a silhueta de outra pessoa, não sabendo se é parte da equipe da revista ou um funcionário da instituição. Existe, na imagem, uma certa sugestão de tranquilidade, principalmente pela ausência de outras pessoas no ambiente e pela sombra das árvores que ofereciam abrigo em dia ensolarado como aquele. O que marca, no

entanto, é a péssima qualidade da fotografia que se visualiza muita escurecida, não permitindo distinguir os rostos ou detalhes.²²⁹

Uma nota que não se poderia deixar de sublinhar no exame dessa fotografia diz respeito a sua legenda: “A Ilha das Flores é para eles, um mundo, um céu, depois de tantas amarguras. Descansam sem perseguições, e os funcionários do Serviço de Imigração não os perturbam, a não ser que se trate de um assunto relativo à sua profissão” e como ela estabelece uma narrativa a imagem, deixando claro que, em outras palavras, todos os deslocados e refugiados seriam bem-vindos ao país, desde que colaborassem com o que se esperava deles, principalmente em relação ao seu perfil profissional, ou seja, o cerne da mensagem é o interesse no caráter prático do recebimento desses sujeitos.

Apesar de a legenda da “Fotografia 05” ter citado seu nome, o médico Arthur Ramos, propriamente dito e ao que tudo indica, não se encontra na imagem. O que se pode depreender da cena registrada é que na parte inferior da fotografia, em segundo plano, é possível notar uma mesa com alguns papéis por cima e mulheres que se debruçam sobre esses documentos (mais ao fundo pode-se distinguir talvez a figura de uma criança, mas a qualidade da imagem não deixa certeza) numa posição de braços que sugere que estão a preenchê-los. A sua volta, está um pequeno grupo de homens, alguns com vestuário mais formal e alinhado, o que indica que pode se tratar de autoridades ou de pessoas que não pertencem ao grupo abrigado na Ilha das Flores, possivelmente os auxiliares de Arthur Ramos, dedicados a realização de exames. Todos, entretanto, parecem ter seus olhares voltados para a mesa, excetuando-se duas personagens que estão no primeiro plano da imagem. É impossível não notarmos a presença daquela mulher, de vestes simples, que está de perfil enquanto um homem que fita de soslaio a objetiva de J. Souza, muito bem arrumado, parece medi-la a partir de um objeto, que aparenta ser de madeira, apoiado verticalmente em suas costas e com uma haste que alcança sua cabeça. O cerne da imagem é justamente o procedimento executado na ocasião.

²²⁹ No período de produção desse trabalho o Brasil atravessava uma trágica crise de saúde pública desencadeada pela pandemia mundial de Covid-19 e agravada pela gestão criminosa do governo federal, sob a chefia do presidente Jair Bolsonaro. Em face dos acontecimentos, instituições como a Biblioteca Nacional, a responsável pela salvaguarda do material em análise, fecharam suas portas as consultas presenciais e ao trânsito de pessoas em suas dependências. Por essa razão, não foi possível examinar a materialidade da fonte e os aspectos originais da fotografia publicada em suas páginas, bem como alterações que possam ter resultado da exposição digital.

Fotografia 05 – Equipe de Arthur Ramos em realização de exames antropométricos



Autor: J. Souza, 1947, p. 05.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 05.

Segundo informa a legenda: “Pela primeira vez no Brasil foi realizado um exame antropométrico de imigrantes, sob as vistas do Prof. Artur Ramos, para a classificação racial e conhecimentos de tipos. Iniciativa digna dos melhores elogios esta”, o procedimento acima descrito e registrado na fotografia faria parte de um exame de medição antropométrica que estava sendo realizado com os imigrantes na Ilha das Flores. A antropometria pode ser entendida como um sistema dedicado a mensuração/classificação corporal e, a fim de conferir-lhe um caráter científico, esse método foi definido com antropometria antropológica, uma espécie de antropologia física. Seu objetivo consistia em

(...) esclarecer o lugar biológico do homem na natureza e delimitar a particularidade de suas raças, não sem uma estereotipia. Por esta razão, pode-se afirmar que a antropometria nasceu na Europa e nos Estados Unidos da vontade de situar o homem entre as espécies vivas, e sobretudo de classificar os povos, de distribuí-los por grupos diferenciados, segundo princípios objetivistas e hierárquicos.²³⁰

²³⁰ BLANCKAERT, Claude. *Lógicas da antropotecnica, mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.21, n.41, 2001. p. 146.

A partir de todas essas questões, a antropometria serviu, e muito, aos interesses da eugenia e do racismo científico, em que muitos dos adeptos da teoria enxergavam que poderia apontar tendências evolutivas e frações “degeneradas” (criminosos, pervertidos, loucos...) que pudessem ser manifestas no futuro ou no presente. Portanto, esse procedimento “(...) possuiria vocação de orientar as escolhas políticas no que diz respeito à legislação, à regulação das populações e sua saúde”.²³¹

A estranheza surge quando a aplicação da antropometria acontece num momento em que as ideias eugênicas correm em franco declínio na comunidade internacional, principalmente após os horrores do holocausto perpetrado pelo regime nazista e sua concepção de raça superior.

O responsável pelos exames levados a cabo na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores era o médico alagoano, Arthur Ramos. Em 1933, mudou-se para o Rio de Janeiro e ocupou o cargo de Chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, quando iniciou seus trabalhos junto a população negra local. Luana Tamano pontua que a influência da psicanálise e da psicologia social, assim como a antropologia cultural foram fundamentais em sua formação e desenvolvimento intelectual.²³² Num momento em que as teorias raciais ganhavam significativo destaque na sociedade brasileira, Arthur Ramos rejeitava a ideia de hierarquia social, mesmo que culturalmente classificasse certos tipos como inferiores a outros, o que lhe rendia críticas de que sua lógica para tal conclusão era essencialmente racial.

O estudioso alagoano dizia que os processos aculturativos e melhores condições de vida podiam transformar a cultura dita atrasada. Condições sociais e culturas deficientes é que condicionavam possíveis inferioridade, nunca raça. A cultura não é mais biologicamente determinada.²³³

Em 1941, Arthur Ramos realizou uma viagem aos Estados Unidos, fundamental no tocante a seus estudos antropológicos. Após observar a sociedade norte-americana e a dinâmica racial ali estabelecida, o médico retornou ao Brasil com a teoria de que as discriminações raciais, quando manifestadas por aqui, diziam respeito menos ao tema da raça que a questões de classe. Por isso, sua perspectiva sobre as relações raciais partia de uma base harmoniosa, sendo grande defensor da tese da democracia racial brasileira. Para Ramos, o Brasil serviria como modelo internacional no trato racial e que os conflitos existentes no país tinham raiz apenas nas causas sociais. Não à toa, foi um dos maiores entusiastas para a vinda do Projeto

²³¹ Ibid., p. 149.

²³² TAMANO, Luana Tiek Omena. *O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940*. Alagoas: Crítica Histórica, v.4, n.8, 2013. p. 82.

²³³ Ibid., p. 86.

Unesco ao território nacional, exercendo, inclusive, o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais da organização, em 1949, pouco tempo antes de morrer.

A convite do diretor do Departamento Nacional de Imigração, Arthur Ramos, juntamente com sua equipe, formada pelos estudantes Paulo Carvalho Netto, Alexandre Lissovsky, Gilberto Alves da Silva, Olga de Queiroz Combacau, Sol Garson, Sulamita de Farias Brito e Castro, Waldir da Cunha, Elvia Roque Steffan, Charlotte Wescler, Magnólia F. de Medeiros e sua assistente, Marina de Vasconcellos, realizaram estudos de antropologia física com 763 refugiados e deslocados de guerra, excetuando-se crianças nos primeiros meses de vida e pessoas que se abstiveram dos exames.²³⁴ As pesquisas aconteceram diariamente entre 19 e 23 de maio de 1947, das 9h às 16h, atendendo em média 150 imigrantes por dia.

Segundo a matéria veiculada por *A Noite Ilustrada*, Arthur Ramos e seus auxiliares estavam responsáveis por classificar racialmente os imigrantes e enviar os resultados ao DNI, para que, assim, as autoridades ficassem a par da qualidade dos homens e mulheres recepcionados no país. Sobre os procedimentos antropométricos, José Leal descrevia que

(...) o emigrante enche uma ficha relativamente simples, na presença de um dos auxiliares, anotando seus caracteres descritivos e mensuráveis. Os primeiros constam de: idade, sexo, lugar de nascimento, nacionalidade dos pais e dos avós. Mais abaixo o “deslocado” descreve: a cor da pele, sublinhando a tonalidade. Um branco, por exemplo, pode ser pálido, rosado ou moreno. Um amarelo claro, forte ou escuro. E assim por diante. Em seguida, o examinado declara na ficha a forma dos cabelos, se são lisos, ondulados, crespos, encarapinhados ou em tufos. E a cor, negros, castanhos claros, louros ou castanhos escuros. Sem declarar a cor dos olhos, o imigrante não tem ainda a ficha completa, incluindo também os caracteres descritivos da face e do corpo. Os “caracteres mensuráveis” são conhecidos através de medidas diversas: diâmetro antero-posterior da cabeça, diâmetro bi-zigomático, altura e largura do nariz, altura e largura da orelha, perímetro cefálico, estatura, peso, biotipo, índices cefálico, facial e nasal.²³⁵

Apesar de terem passado pela triagem da comissão brasileira nos campos de refugiados da Europa, os refugiados e deslocados seriam submetidos a nova avaliação no Brasil e após cumpridas todas as formalidades e regularizações da documentação, seriam transferidos da Ilha das Flores a Hospedaria de Campo Limpo, em São Paulo, já que nesse período a Hospedaria do Brás estava ocupada pela Escola de Aeronáutica e só retomaria suas funções em 1951. Em Campo Limpo, cidade próxima a capital paulista, os imigrantes teriam acesso a contratos de emprego e apenas dessa forma poderiam deixar a instituição. Em uma de suas falas, Péricles de Carvalho manifestava certa preocupação com a demora da burocracia que permitisse a liberação

²³⁴ RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. *Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais*. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.15, suplemento, jun. 2008. p. 25.

²³⁵ LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06.

do grupo para o outro estado, pois de acordo com ele, “essa fase de repouso deve durar pouco, pois é um caminho para a ociosidade, prejudicial. Eles querem trabalhar, e se a despreocupação passa a dominá-los é muito desinteressante”.²³⁶

Fotografia 06 – José Leal em conversa com imigrantes



“Quando dei conta de mim — diz o repórter José Leal — estava rodeado por um bocado deles, no capinzal rasteiro de um jardim na paradisíaca Ilha das Flores”. Ai estão vários deslocados de guerra, de diversas nacionalidades, em casual assembléia no meio da relva.

Autor: J. Souza, 1947, p. 06.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06.

²³⁶ Ibid., p. 7.

Na “Fotografia 06” o elemento que chama a atenção é a presença quase unânime de homens, existem duas mulheres ao fundo, além da intérprete que conversa com o jornalista e umas poucas crianças. De modo geral, são os homens jovens e de aparência vigorosa que dão o tom da imagem. Isso pode ser percebido nas fotografias anteriores também, como já foi sinalizado. O que pode ser um modo de reforçar como essa leva inaugural de deslocados e refugiados atendia às necessidades de mão de obra do país e as exigências de saúde, tornando visível o discurso do diretor do Departamento Nacional de Imigração quando diz: “(...) que gente magnífica veio da Europa, braços fortes, que dentro de mais uns dez dias estarão em função. Com pouco tempo constataremos a utilidade deles”.²³⁷ Apesar de notada a aparição de mulheres e crianças, os homens estão constantemente no foco da câmera. O modo como alguns deles estão acomodados no gramado de forma mais displicente ou descontraída, pode significar certo conforto e liberdade no ambiente, à vontade com a presença do repórter e da câmera de J. Souza. Suas indumentárias também são mais leves e sem grandes sofisticções, compatíveis com o clima quente que aparentava estar fazendo no dia. Entretanto, agachado junto aos imigrantes, existe um homem que se destaca pelo uso de uma roupa mais formal, blusa de botão e gravata, que a redação da notícia identifica posteriormente como Susinkas Viktoras, um lituano “(...) apologista da elegância”.²³⁸ Ademais, outra vez pode ser feito um paralelo com a fotografia lembrada por José Leal em sua introdução, mas desta feita é o jornalista quem é capturado em uma entrevista na Ilha das Flores, a sua imagem na ação do trabalho também será perpetuada.

Sobre sua experiência na cobertura da matéria, o jornalista conta que mal colocou os pés no local e já foi identificado em sua profissão graças aos flashes do fotógrafo, mas que os imigrantes foram muito solícitos e receptivos com a presença de ambos. Sobre o momento que originou a fotografia acima, José Leal relata que estava caminhando pelos jardins da hospedaria quando a intérprete o colocou em contato com um homem que se aproximava e, quando deu por si, estava cercado por muitos outros. Como marca a legenda da imagem: “‘Quando dei conta de mim – diz o repórter José Leal – estava rodeado por um bocado deles, no capinzal rasteiro de um jardim na paradisíaca Ilha das Flores’. Aí estão vários deslocados de guerra, de diversas nacionalidades, em casual assembléia no meio da relva”. Havia “(...) uma incrível salada de idiomas, engraçada e misteriosa, gente de todos os tamanhos e países, armênios, ucranianos, poloneses, gregos lituanos, tchecos, letonianos, austríacos e um mongol, alto e esquisito (...)”. A figura da intérprete é envolvida pelo tom elogioso do texto que a nomeia como Inger Germer,

²³⁷ Ibid., p. 06.

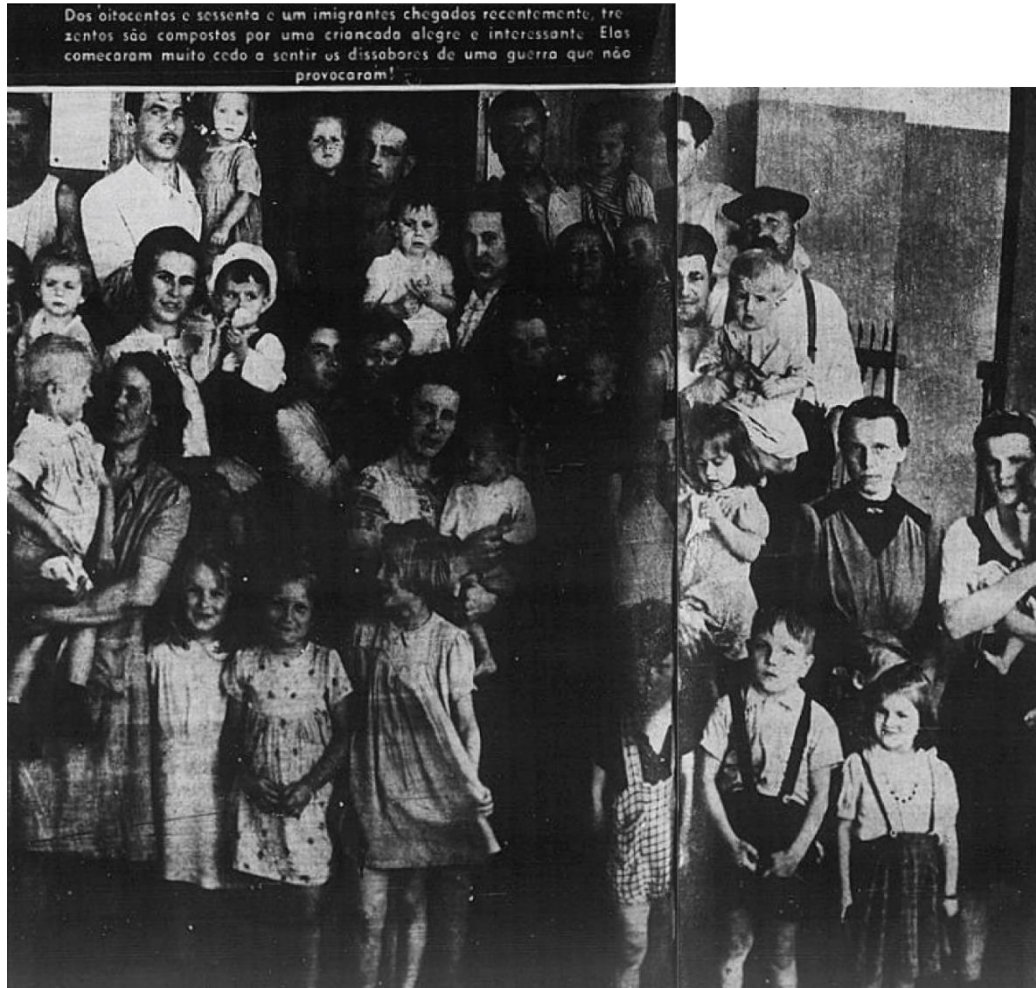
²³⁸ Ibid., p. 09.

fluente no alemão, inglês, francês e eslavo, cuja história já teria sido contada nas páginas da revista em edições passadas.

No que pode testemunhar da rotina local, o repórter relatou que existia uma divisão de alojamentos entre solteiros e famílias e que os próprios imigrantes cuidavam da limpeza de seus quartos e da lavagem das roupas, mas muitos também ajudavam nos serviços da cozinha voluntariamente. Atividades de lazer como banho de mar, jogos de vôlei, carta e brincadeiras entre as crianças eram comuns. Em uma oportunidade, o diretor João Martins de Almeida havia adequado o cardápio do almoço para que fossem servidos aos refugiados e deslocados feijão preto, o prato típico brasileiro. Segundo consta, a experiência teria sido um sucesso e a maioria teria aprovado a refeição, praticamente um indício do potencial de adaptabilidade daquelas pessoas a cultura brasileira. A reportagem enfatiza, ainda, que “(...) não há nenhum que não se mostre surpreendido com o tratamento recebido, a liberdade, a ausência de racionamento, a alimentação farta e nutritiva”.²³⁹ O trecho se aproxima da legenda da “Fotografia 06” quando esta classifica a Ilha das Flores como “paradisíaca” e acentua uma nova realidade que estava à disposição desses imigrantes, bem distinta da vida que levavam nos campos de refugiados pela Europa.

²³⁹ Ibid., p. 07.

Fotografia 07 – Pais e filhos



Autor: J. Souza, 1947, p. 06 e 07.

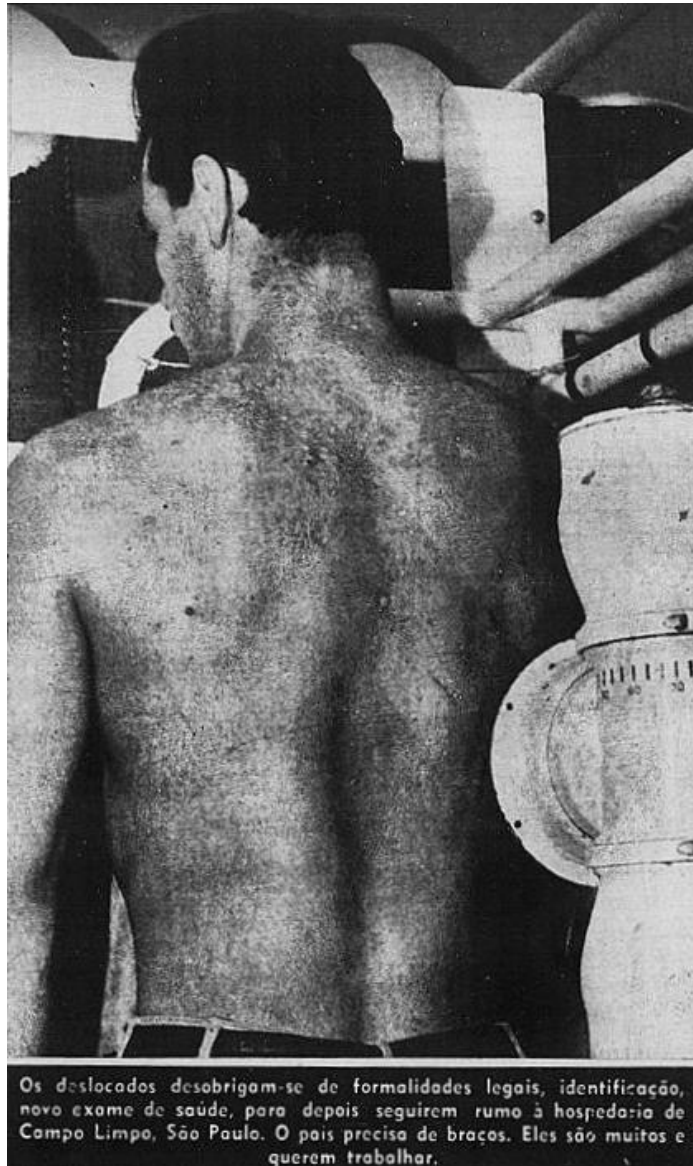
Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06 e 07.

Como informa a legenda da “Fotografia 07”: “Dos oitocentos e sessenta e um imigrantes chegados recentemente, trezentos são compostos por uma criançada alegre e interessante. Elas começaram muito cedo a sentir os dissabores de uma guerra que não provocaram!”, mais de um terço do contingente de refugiados e deslocados chegados à Hospedaria de Imigrantes era formado por crianças, que acompanhadas dos pais e parentes, também colaboraria no desenvolvimento do Brasil, mas sua acolhida, por outro lado, podia também propagandar alguma medida de solidariedade com a disposição das autoridades do país em investir nos pequeninos. Diferente da “Fotografia 02”, essa apresenta as crianças reunidas com seus familiares, ressaltando que a criança nunca é uma figura desacompanhada, mas que sua aparição pressupõe a existência de uma família e levando em conta a expressividade do número de

infantes, essa imigração expressava um senso bastante familiar. A imagem é realçada pela montagem em página dupla, uma técnica recorrente no fotojornalismo.

Neste ponto, a reportagem muda um pouco o percurso e passa a abordar alguns relatos de refugiados e deslocados que compartilharam seus dramas e suas histórias. Muitos dos depoimentos selecionados tinham por componente a propaganda de visões anticomunistas, com falas que equivaliam o terror do comunismo ao terror do nazismo. Um dos declarantes arremata: “Deus me livrou dos comunistas, e aqui estou felizmente”.²⁴⁰

Fotografia 08 – Imigrante em exame médico



Autor: J. Souza, 1947, p. 08.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947.

Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08.

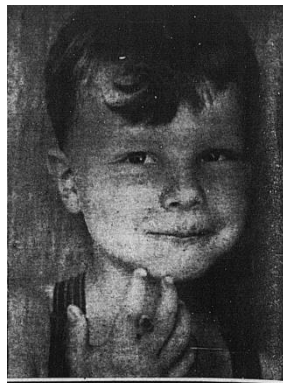
²⁴⁰ Ibid., p. 07.

O imigrante apresentado na “Fotografia 08” está por entre um aparelho, presumivelmente um equipamento de Raio-X, no que deveria fazer parte de uma bateria de exames médicos para constatar seu estado de saúde. Todo o enquadramento da imagem, contudo, chama os olhos do observador ao dorso da personagem, que toma grande parte da fotografia. A anatomia de seus ombros largos e costas robustas, o descreve em portes atléticos e permite um paralelo entre a resistência de seu corpo, sua boa forma e a saúde. Segundo a legenda: “Os deslocados desobrigam-se de formalidades legais, identificação, novo exame de saúde, para depois seguirem rumo à hospedaria de Campo Limpo, São Paulo. O país precisa de braços. Eles são muitos e querem trabalhar”.

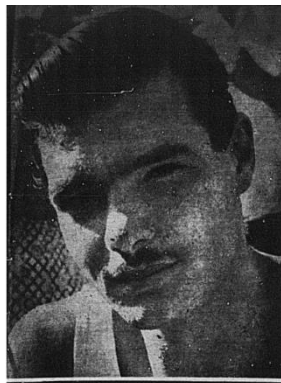
Curioso é que neste ponto da matéria, na altura em que está estampada a imagem acima, há muito o assunto das medições antropométricas e exames médicos haviam ficado para trás, dando lugar a citações diretas de entrevistas colhidas entre os imigrantes, que foi brevemente interrompida para que o repórter, a partir de uma visão estereotipada, pudesse marcar sua impressão das mulheres que viu no local, “aliás, notamos que o elemento feminino ali não apresenta dotes de beleza. As próprias mocinhas são realmente feosas e rústicas, mostrando que são camponesas modestas (...)”.²⁴¹ Em contrapartida, em dado momento de seu texto, o jornalista comenta ter encontrado muitas pessoas de aspecto refinado, que mostravam graus de sofisticação social, a exemplo de um engenheiro que encontrou pelas dependências da hospedaria.

²⁴¹ Ibid., p. 08.

Fotografia 09 – Um mosaico de nacionalidades



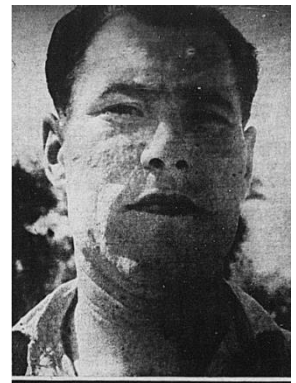
Alexander — ALEMÃO



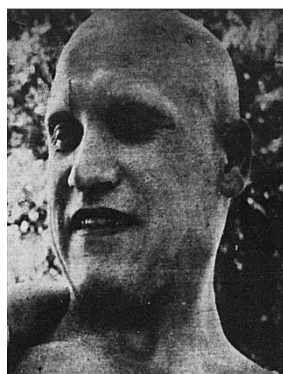
Nikola Belovodski — IUGOSLAVO



Zudans Zenons — LETONIANO



Petra Gaulias — AUSTRIACO



Novossilski — UCRANIANO



Stanislaw Krigger — POLONES



Susinkas Viktoras — LITUANO



Alexander Koisiré — GREGO



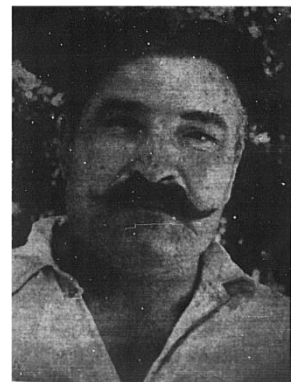
Militz — TCHECO



Inta — ESTONIA



Andrei Pervieff — MONGOL



Mikolai — RUSSO

Autor: J. Souza, 1947, p. 08 e 09.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08 e 09.

Na parte final, o texto de José Leal se resume as anotações de suas impressões sobre os entrevistados, com descrições precisas sobre suas características físicas ou opiniões sobre suas personalidades, aliada a uma pequena trajetória de suas vidas. Neste ponto, os retratos associados cumprem a função de emular, através da narrativa jornalística e do percurso visual, o exame antropométrico que Arthur Ramos e seus assessores estavam realizando, não pelas métricas de uma antropologia física, mas pelos moldes do olhar e de como ele é socialmente formado. É interessante observar que mesmo nessa série de retratos, as crianças estão presentes,

permeando todo o discurso fotográfico de *A Noite Ilustrada*. A imagem que mais chama a atenção pela peculiaridade do registro é a do menino de 6 anos, Alexander, capturado pelas lentes do fotógrafo enquanto fumava escondido. É possível observar um cigarro por entre seus dedinhos.

Essas fotografias de alguma forma reúnem os refugiados e deslocados em coletividade, mas diferente dos casos anteriores, eles não são agrupados por aquilo que tem em comum ou de forma a despersonalizá-los, mas por aquilo que os torna diferentes, suas identidades nacionais, vistas através de olhares estereotipados, é bem verdade.

Após a conclusão do enredo de que essas pessoas fortes, mas cansadas do sofrimento da guerra, mereciam a chance de uma vida tranquila, o texto reportagem termina de uma formada nada sutil: “O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever!”.²⁴² O imperativo dessa sentença conclui uma determinação como se para cada um daqueles indivíduos retratados em particular, mas também como extensão para todos os outros.

²⁴² LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 09.

Fotografia 10 – Uma menina e sua boneca



Autor: J. Souza, 1947, p. 47.

Fonte: LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 47.

Na última página da revista está estampada em toda extensão da folha a fotografia de uma menina segurando ao colo sua boneca e abaixo uma chamada para a matéria escrita por José Leal, em parceria com o fotógrafo J. Souza, sobre o primeiro grupo de “Deslocados de Guerra” a chegar ao Brasil. A estratégia da quarta capa, assim como a manchete visual, era escolhida por razão de seu apelo visual e, dessa forma, “(...) não se tratava simplesmente de incluir mais uma imagem no verso da publicação, mas sim (...) oferecer ao leitor uma segunda opção de capa”.²⁴³

Estética e visualmente falando, é a fotografia de melhor qualidade dentre as produções do fotógrafo publicadas na edição e diferente de outras imagens em que as crianças, em geral, tem aparição em grupo ou acompanhada de outras, esse enquadramento se concentra apenas na garota, apesar de haver mais crianças ao seu lado, como é possível perceber. Um elemento novo é adicionado: a boneca, o símbolo de sua infância. Existe um aspecto que atrai na imagem, talvez a inocência e doçura do olhar infantil que pode aguçar o interesse do leitor em descobrir sua história.

2.3 A Revista da Semana noticia: “Braços para o Brasil”

Na edição número 25, de 21 de junho de 1947, a Revista da Semana publicava em suas páginas a matéria intitulada “Braços para o Brasil”, fruto da colaboração entre o texto de Ney Machado e fotografias de Arnaldo Vieira, contudo, quaisquer outras informações sobre os produtores são incógnitas. A reportagem é dividida em subtítulos e cada seção se dedica a discorrer sobre um aspecto que envolve a vinda dos refugiados e deslocados. Como na reportagem anteriormente examinada, do *A Noite Ilustrada*, aqui também é salientado o esforço do governo brasileiro em selecionar os melhores perfis de imigrantes para ocupar o território nacional e os postos de emprego. Logo após uma longa e bem detalhada exposição sobre o assunto, a matéria encaminha uma pequena história sobre a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, reservando uma seção inteira sobre os momentos que o local se converteu também em presídio. Por fim, já nas páginas finais da revista, o jornalista Ney Machado dedica espaço

²⁴³ COSTA, Helouise. “A invenção da revista ilustrada”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 316.

para registrar o conteúdo de algumas conversas que teve entre os imigrantes abrigados na Ilha das Flores. A matéria é acomodada em onze páginas, com um total de 17 fotografias.



Em seus primeiros tópicos, Ney Machado concentra-se em apresentar e delinear os acordos internacionais que definiram os termos para o repatriamento dos "(...) milhares de deslocados"²⁴⁴ no Brasil. Aqui também o termo adotado para se referir as vítimas da guerra recepcionadas em solo brasileiro é o de deslocados. É salientado que o país foi uma das primeiras nações a se juntarem a iniciativa do Comitê Intergovernamental para Refugiados,

²⁴⁴ MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. "Braços para o Brasil". *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 04.

enviando uma comissão de seleção sob a chefia de Artur Hehl Neiva, “(...) com a incumbência de estudar o tipo racial dos imigrantes que mais nos conviessem e com maiores probabilidades de aclimatação ao nosso ambiente”.²⁴⁵ Como fruto do acordo com a CIR, informa a notícia, desembarcaria em terras brasileiras uma cota de cinco mil imigrantes, a título de experiência, e caso fosse bem-sucedida, se seguiria a recepção de mais sessenta mil. Fato que, como pode ser visto no Capítulo 1 deste trabalho, não se concretizou.

Fotografia 11 – Mãe e filho sob a bandeira do Brasil



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 06.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06.

²⁴⁵ Ibid., p. 06.

Com a legenda: “Um dos pequenos imigrantes tem pela primeira vez diante de seus olhos a bandeira brasileira”²⁴⁶, no registro fotográfico são enquadrados dois imigrantes, mãe e filho. No colo, a mulher tem nos braços seu bebê e sobre suas pernas está a bandeira do Brasil, a pátria que os acolheu. A mãe sorri com a cabeça abaixada, mirando a bandeira sobre si, enquanto a criança é retratada com o olhar, aparentemente, distante, como se vislumbrando o por vir na terra que a adotou e sobre a qual o símbolo a está cobrindo. Não é por acaso que essa foi a imagem escolhida para abrir a matéria, em que mãe e filho, infância e maternidade associados, estão dispostos a partir de uma relação estabelecida com um dos maiores símbolos da nação, ambos cobertos pela nova pátria mãe. Para além, vale ressaltar a intenção da legenda atribuída a fotografia em destacar a figura da criança, da reserva de futuro do Brasil. Visualmente a fotografia possui pontos bastante escurecidos e talvez seja a imagem montada com maior aspiração estética da coleção, remetendo muito a pintura de Pedro Bandeira, *Pátria* (1919), em que uma gigantesca bandeira do Brasil é manufatura por algumas mulheres em uma sala e cobre as crianças também presentes no local, uma alegoria a expressão máxima de um sentimento de nação e da construção de um imaginário coletivo.

Roland Barthes apresenta o procedimento do esteticismo enquanto uma composição visual propositalmente tratada de modo a apresentar-se como arte, através de inspirações estéticas. Esse recurso, frequentemente, opera como catalizador dos sentidos simbólicos da mensagem, pois recupera simbologias já estabelecidas “(...) para impor um significado habitualmente mais sutil e mais complexo que aqueles permitidos por outros procedimentos de conotação”.²⁴⁷ Portanto, não raro, imagens provocam efeitos e sentidos que ultrapassam as potencialidades da estrutura textual, talvez por sua habilidade em mobilizar repertórios conceituais e imagéticos concretizados através das relações culturais e históricas de uma sociedade. Conforme enuncia Isaac Camargo,

No meio impresso, a imagem é plana e fixa. Portanto, para que chame a atenção do leitor, deve incorporar outras táticas e estratégias que o mobilizem e provoquem nele novas inflexões perceptivas e reflexões conceituais. O valor apelativo recorre ao evocativo e não se dá apenas pelo uso da imagem em si, mas, principalmente, pelo modo como ela é articulada no meio impresso. Com isso, uma imagem significa muito mais na relação que estabelece entre os diferentes níveis de percepção social, na estrutura sociocultural na qual ela está inserida, do que apenas pela estrutura impressa na qual reside.²⁴⁸

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ BARTHES, Roland. *O óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 18.

²⁴⁸ CAMARGO, Isaac Antonio. *Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa*. Londrina, PR: Discursos Fotográficos, v.8, n.12, jan./jun. 2012. p. 165.

Fotografia 12 – Mãe e filho



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 07.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 07.

Para a publicação da fotografia acima dedicou-se uma página inteira e, diferente da anterior, a câmera do fotógrafo se aproxima mais das personagens e de seus rostos, num retrato de uma mulher identificada como ucraniana e sua bebê. Outro aspecto que chama a atenção é

o ângulo em que a cena foi registrada, num plano contra plongée em que o sentido da câmera é de baixo para cima. Esse costuma ser um recurso utilizado para manifestar a ideia de força, autoridade ou grandeza de quem está sendo retratado. O fotógrafo opta ainda por preencher a imagem apenas com a figura de mãe e filha, numa complementariedade entre a infância e a maternidade, assim como na “Fotografia 11”.

A legenda chama a atenção por além de apontar a nacionalidade da mulher, fazer questão de ressaltar a atividade que esta pratica: “Uma camponesa ucraniana que vai trabalhar com seu marido numa fazenda de café no interior paulista. Por incrível que pareça, a primeira palavra pronunciada pela pequerrucha, que está no colo, foi uma palavra portuguesa, de alguns dias no Brasil aprendeu a dizer ‘papá...’”.²⁴⁹

Como já foi apresentado, boa parte do contingente de refugiados e deslocados chegados à Hospedaria de Imigrantes era composto por crianças, que acompanhadas dos pais e parentes, também colaboraria no desenvolvimento do Brasil, além de revelar a solidariedade e a disposição do país em investir nos pequeninos. Mais uma vez, é possível inferir que se esperava da criança o reflexo dos pais, mesmo na carreira, ou seja, que esta também acrescentasse braços para a lavoura ou para a indústria quando fosse apropriado. A legenda supracitada também sugere uma rápida adaptação da bebê a cultura e costumes brasileiros ao citar que tão rápido já estava aprendendo o idioma brasileiro.

O texto de Ney Machado informa já nas páginas finais da reportagem que o contrato do Brasil com o CIR estabelecia a seleção de um contingente de 60% de famílias e 40% de solteiros, entre estes últimos estariam técnicos fabris. É frisado que são os grupos familiares que se encontram em maior número na hospedaria, composto por pais jovens, em média 35 anos de idade e com duas ou mais crianças.

²⁴⁹ MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 07.

Fotografia 13 – Imigrante em leitura



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 08.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08.

Fotografia 14 – Pequeno(a) refugiado(a)



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 08.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08.

Fotografia 15 – Imigrante lavando o cabelo



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 08.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08.

Fotografia 16 – Casal em performance musical

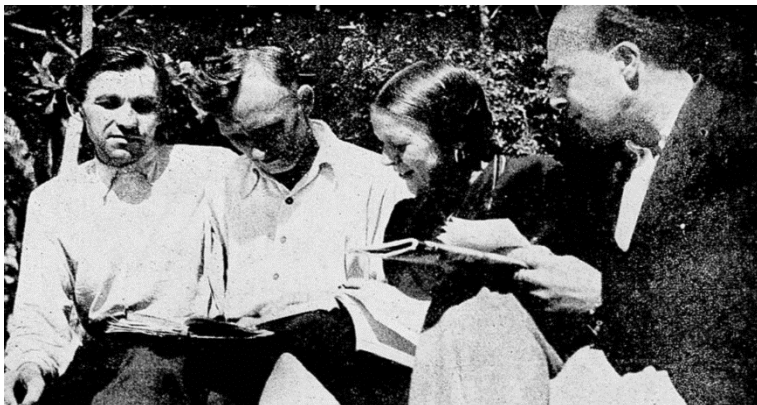


Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 08.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 08.

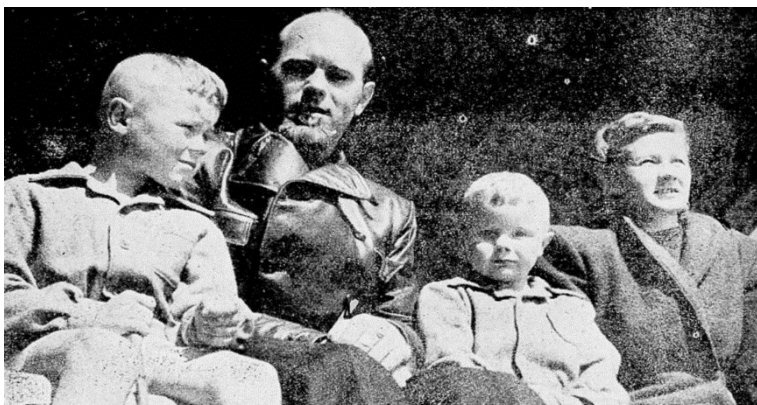
A *Revista da Semana* apresenta as fotografias acima em conjunto, numa formatação similar à aqui realizada. A edição parece reunir imagens que sintetizam momentos cotidianos a estadia dos deslocados e refugiados na Hospedaria de Imigrantes, em seus momentos de lazer, estudo, asseio. O fotógrafo registra momentos que parecem traduzir certa espontaneidade das personagens em suas atividades, como se não percebessem ou não reagissem as lentes de Arnaldo Vieira. Mas é importante questionar esses registros aparentemente despreziosos, uma vez que era comum no universo do fotojornalismo aqueles profissionais adeptos a prática da fotografia montada ou dirigida. A imagem do bebê talvez seja a mais destoante do conjunto, por não registrar qualquer ação, mas novamente, marca a presença da infância naquele espaço.

Segundo a legenda: “Ao alto à esquerda: o mongol Andrei Perwijn conseguiu, quase milagrosamente, um vocabulário russo-português e aproveita a estadia na Ilha das Flores para aprender a nossa língua. As primeiras palavras que decorou foram: ‘Preciso cruzeiros’. A direita: uma criança que teve a felicidade de escapar da hecatombe europeia. Seus pais nos declaram que não poderia haver país mais lindo para o futuro de seu bebê. Este será registrado como brasileiro logo que eles chegarem ao Rio Grande do Sul. Em baixo à esquerda: um detalhe apanhado próximo aos dormitórios, quando uma imigrante lavava a cabeleira. A higiene em todas as dependências da Hospedaria é um dos pontos que muito recomenda a atual administração do Dr. Martins de Almeida. À direita: o casal Josef Linkientseh, ao som do bandolim, lembra em canções a Lituânia distante. A essa hora o jovem par de imigrantes está lavrando a terra brasileira, no interior do Estado de São Paulo”.²⁵⁰

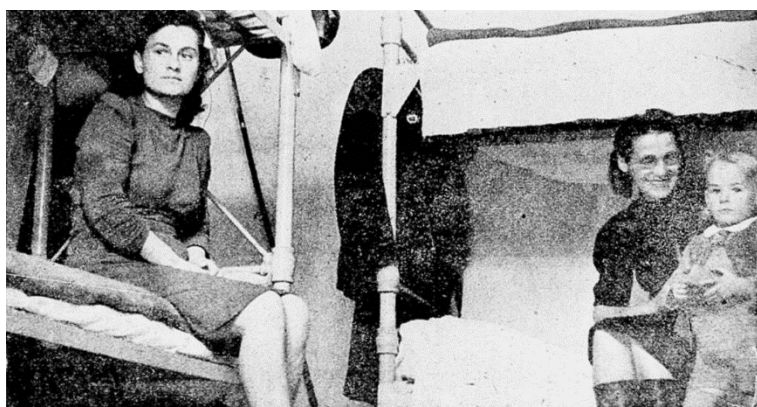
²⁵⁰ Ibid., p. 08.

Fotografia 17 – Grupo em leitura

Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 09.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”.
Revista da Semana. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947.
Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 09.

Fotografia 18 – Família de estonianos

Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 09.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”.
Revista da Semana. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947.
Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 09.

Fotografia 19 – No alojamento da hospedaria

Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 09.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”.
Revista da Semana. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947.
Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 09.

Esse conjunto de fotografias também é exposto em sequência na edição do semanário e a certo ponto do texto em que o autor se dedica a apontar que haveria disputas por “quotas imigratórias” entre alguns países latino-americanos que desejavam receber esses indivíduos, argumentando que o momento era propício para países de baixa densidade demográfica, como o Brasil, arregimentar força de trabalho produtiva para a lavoura e indústria. Mais à frente, a matéria elogiava “(...) o tipo físico, o tipo racial e tantos outros fatores favoráveis do primeiro contingente (...) A amostra estava ‘caprichada’ demais”.²⁵¹ O país teria obtido vantagens na escolha dos deslocados e refugiados de guerra por ter sido “(...) o primeiro selecionador que se apresentou nos campos da UNRRA”.²⁵² Ney Machado arremata: “A nossa impressão foi, de um modo geral, favorável, sob todos os aspectos, quanto aos nossos futuros compatriotas”.²⁵³

Novamente, na “Fotografia 17”, podemos notar alguns imigrantes em leitura, no que a legenda diz ser o aprendizado do português através de dicionários bilíngues, ou seja, num esforço coletivo em aprender a se comunicar na nova língua. A reportagem comenta por algumas vezes que o serviço de imigração falhou em providenciar dicionários para que os recém-chegados pudessem ter um guia mínimo de comunicação, contudo, muitos dos refugiados e deslocados foram em busca de livros e meios que os possibilitassem a compreensão da língua por conta própria. Para além desse esforço, matéria sugere, com a inserção dessa fotografia, a dedicação desses indivíduos em aprender nosso idioma, talvez também como modo inicial de se aplicarem a absorver a cultura brasileira.

A “Fotografia 18” registra uma família vinda da Estônia, ao que tudo indica ao ar livre e com o brilho do sol sobre si, sugerido pelo modo como a mulher estreita os olhos e pelo branco um pouco estourado na imagem, como em uma superexposição de luz. Levando em conta o clima do Rio de Janeiro e a exposição ao sol, estranha-se observar a família, e principalmente os pais, vestidos com casacos e roupas aparentemente mais pesadas e incompatíveis com o ar tropical da Ilha das Flores. Existe uma intenção no estilo elegante das roupas que a família escolheu para ser retratada, como se a presença da câmera os impelisse a produzir uma imagem de si que se quer perpetuar.

A “Fotografia 19” nos permite espiar parte de um dormitório, onde observa-se duas beliches e duas mulheres no quarto, sobre as camas. Se a do canto direito, com a criança, esboça um sorriso a câmera, aquela, do lado oposto, que aparenta ser mais jovem, parece um pouco mais desconfortável ou tímida diante da exposição. Seu olhar sério evita encarar as lentes de

²⁵¹ Ibid., p. 55.

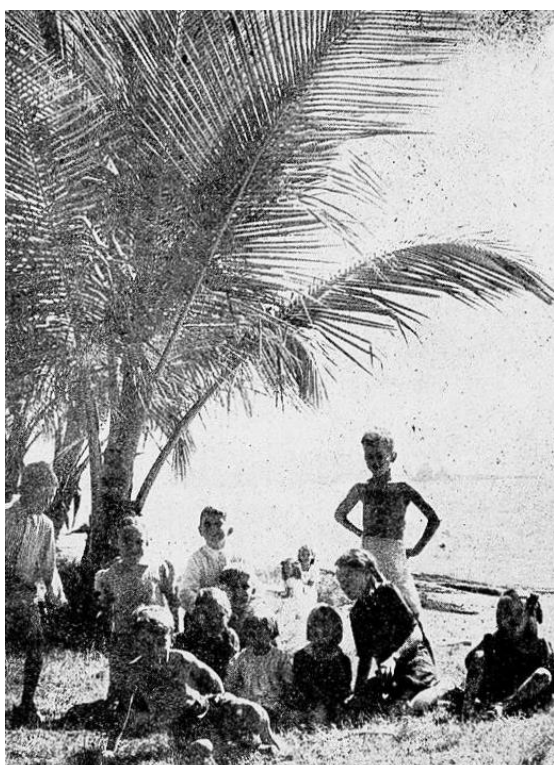
²⁵² Ibid.

²⁵³ Ibid.

Arnaldo Vieira e a posição de seu corpo mais rígido, transmite alguma sensação de inconveniência. Nesta imagem a legenda faz questão de destacar uma peça de roupa, a bota que a mulher sentada a cama vestia, como o maior bem que a imigrante possuía, algo aparentemente tão simples ou sem valor.

Na legenda das imagens: “De cima para baixo: Os quatro iugoslavos que aparecem na foto estão fazendo um tremendo esforço para aprender o português. Usam dois dicionários: alemão-francês e depois, francês-português. O DNI esqueceu-se de providenciar vocabulários apropriados para os milhares de imigrantes que selecionou. O estoniano Jan Hindrikson é um perito em fabricar automóveis novos de peças velhas. Seus dois filhos, garotos louros e rosados, pretendem seguir o ofício paterno. Dois técnicos especialistas para o Brasil industrial de amanhã. O interior de um dos quartos da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Observem as botas de cano alto usadas pela senhora à direita. Essas botas de couro constituíram sua maior fortuna enquanto viveu na Alemanha de após guerra”.²⁵⁴

Fotografia 20 – Crianças no gramado da Ilha das Flores



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 10.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo.
“Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*.
Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947.
Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 10.

Fotografia 21 – Imigrante letão em entrevista a Ney Machado



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 10.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo.
“Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*.
Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947.
Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 10.

²⁵⁴ Ibid., p. 09.

Legenda: “A esquerda: pelo nosso contrato com o ‘Inter-Governmental Committee of Refugees’ sessenta por cento dos imigrantes são famílias constituídas. Por isso, o número de crianças é enorme e a crianças, como se sabe, é o melhor imigrante. À direita: o eletricitista letoniano Arnolds Miglans exprime ao repórter o seu encantamento pela terra brasileira, da qual, até alguns meses atrás, nunca ouvira falar. Na foto aparecem ainda o Dr. Martins de Almeida e frei Hilário”.²⁵⁵

Fotografia 22 – Crianças brincando na hospedaria



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 10.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo.
“Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição:
25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital
Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 10.

Fotografia 23 – Movimentação pelos corredores da hospedaria



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 10.
Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo.
“Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição:
25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital
Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 10.

Legenda: “À esquerda: crianças de vários países da europa, falando idiomas diversos, confraternizam na Ilha das Flôres. Não haveria melhor cartão de visita para a nossa terra do que êste pequeno jardim da Guanabara. À direita: A Hospedaria da Ilha das Flôres voltou a sua finalidade”.²⁵⁶

As quatro imagens anteriores se relacionam a um texto que se dedica a detalhar para o leitor o processo de imigração dos deslocados e refugiados para o Brasil. Os navios transportes responsáveis pelo envio do contingente dos “campos de reunião” da ANUAR até o novo destino, partem de Bremen, na Alemanha. Todos os custos da transferência cabem ao CIR e o governo brasileiro arcava apenas com os valores de hospedagem desses sujeitos na Ilha das Flores. No local, eles deveriam permanecer entre 8 a 10 dias, contudo, o grupo inaugural se

²⁵⁵ Ibid., p. 10.

²⁵⁶ Ibid.

demorou quase um mês na hospedaria, mas “(...) já foi organizado um plano para que a permanência ali não ultrapasse o tempo fixado, o que prejudica não só a economia nacional, mas também o próprio imigrante”.²⁵⁷ Assim que aportava no Rio de Janeiro o imigrante passava pela fiscalização do Departamento de Saúde dos Portos, do Departamento de Imigração, da Polícia Marítima e da Alfândega e só depois era liberado a estadia na Hospedaria de Imigrantes. Ou seja, muitas regras deveriam ser satisfeitas até que o imigrante pudesse desfrutar de abrigo na Ilha das Flores.

A “Fotografia 20” e a “Fotografia 22”, se dedicam a registrar as crianças interagindo em brincadeiras ao ar livre, despreocupadamente desfrutando da calmaria local em contraste a vida incerta e insegura nos campos de refugiados. A legenda “Fotografia 20”, que retrata um pequeno grupo de crianças sorridentes em pose para as lentes do fotógrafo, sugere que esses seriam os melhores imigrantes, talvez pela adaptabilidade mais ligeira que o infante tinha em contato com uma nova cultura e pelo tempo mais alongado em que poderia servir ao país que a acolheu. Também a “Fotografia 21” é muito interessante, dado que parte do texto da página em que se encontra a imagem, trata da recepção que o imigrante recebe no local e dos cuidados de que goza. Como em *A Noite Ilustrada*, aqui também é registrado o repórter Ney Machado em entrevista com um imigrante, dessa vez na presença do diretor da hospedaria, João Martins de Almeida. O homem, numa posição descansada, deitado sobre o gramado local, sem camisa, em provável banho de sol, parece confortável nas terras brasileiras. Curioso ainda perceber a presença de um clérigo no canto da imagem, que parece espreitar a situação como a câmera do fotógrafo. Em algumas páginas a frente, o repórter revela que frei Hilário, nome do sacerdote do convento de Santo Antônio, prestava serviço de intérprete na ocasião da visita de *Revista da Semana* a instituição.

A “Fotografia 23”, em capturar a agitação que por muito tempo não se via pelos corredores da hospedaria, acaba causando alguma estranheza, talvez pela câmera não possuir qualidade em reproduzir pessoas em movimento. As figuras um tanto confusas no centro da imagem parecem dizer respeito a um adulto abaixado em diálogo com um criança. Em volta é possível notar pessoas em trânsito pelo corredor, uma mulher, a esquerda, por entre o vão de uma porta e a sua frente, a direita da imagem, um homem apoiado no alpendre da varanda. A imagem destoa das outras por ser a única a revelar uma face mais “tumultuosa” da hospedaria.

²⁵⁷ Ibid.

Fotografia 24 – O imigrante Andrei Perwijn ao lado de frei Hilário



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 11.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 11.

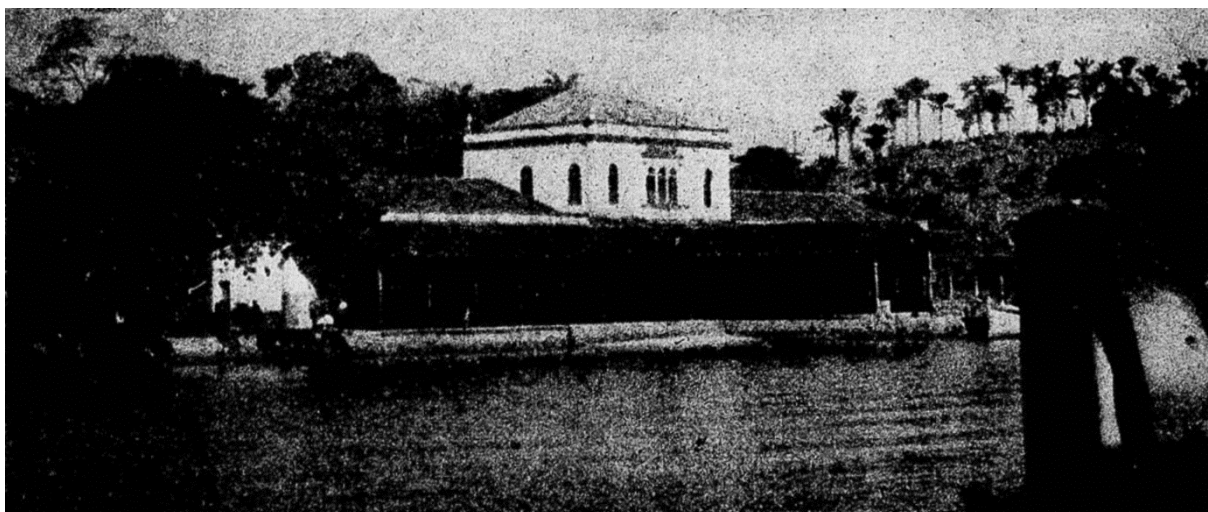
Esta é mais uma fotografia que toma o espaço de uma página inteira. Nela observamos duas personagens com quais já nos deparamos anteriormente, o imigrante da Mongólia, Andrei Perwijn, que está também presente na “Fotografia 13”; e o frei Hilário, do Convento de Santo

Antônio, mostrado também na “Fotografia 21”. A legenda dessa imagem é muito interessante: “Andrei Perwijn, o primeiro imigrante da Mongólia Interior que o Brasil conhece. Frei Hilário do Convento de Santo Antônio, perguntou-lhe qual a sua religião. Andrei Perwijn respondeu, sorrindo: - Budista!”.²⁵⁸

Andrei Perwijn foi uma figura que também chamou a atenção da equipe de *A Noite Ilustrada*, está presente em uma das imagens que compõe uma série de retratos de imigrantes de diferentes origens nacionais e a quem o jornalista José Leal se referiu como “alto e esquisito”. Conta a reportagem de *Revista da Semana* que o imigrante nascido na Mongólia fala apenas russo e que já era um deslocado desde antes da guerra, quando se mudou para a Rússia, onde trabalhou como barqueiro no rio Volga. Lutou contra os alemães em Stalingrado, mas acabou prisioneiro dos inimigos. “O diretor da Ilha declarou-nos que Andrei veio como experiência. Os técnicos observarão se a sua raça produz bons resultados em nosso meio”.²⁵⁹

A fotografia com os dois homens fitando-se sorrindo, sugere uma atmosfera harmoniosa entre eles. A leitura da legenda reforça esse ambiente amistoso quando somos informados que ambos professam crenças diferentes. Essa interpretação proporciona um sentido maior, não apenas àquele momento, mas a Ilha das Flores como um todo, enquanto lugar de miscelânea, mas também de fraternidade e mesmo de liberdade religiosa, numa espécie de microcosmo do Brasil, uma miniatura do país e do que ele oferecia aos recém-chegados.

Fotografia 25 – Prédio da administração visto da Baía de Guanabara



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 12.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 12.

²⁵⁸ Ibid., p. 11.

²⁵⁹ Ibid., p. 54.

Apesar da qualidade questionável da imagem, que torna muitos pontos do local indistinguível por estar muito escurecida, é interessante observar como a imagem realça um aspecto paradisíaco ou de tranquilidade a Hospedaria de Imigrantes, assemelhando-se a um lugar isolado, silencioso e pacífico. Essa impressão é possível graças aos elementos que compõe a imagem, como as calmas águas que rodeiam a ilha, as muitas árvores e vegetação etc. Entretanto, é importante apontar nesse momento a Ilha das Flores estava praticamente em lotação máxima e a realidade cotidiana com o volumoso trânsito de pessoas por sua dependências não deveria ser tão sossegada quanto sugere a imagem.

A legenda da fotografia reforça sua leitura: “A Ilha das Flores, ou ‘Ilha de Babel’, o bucólico recanto da baía de Guanabara onde se falam todas as línguas do mundo. A hospedaria desta ilha está recebendo, atualmente mil ‘deslocados de guerra’ por mês”.²⁶⁰

Segundo as palavras de Ney Machado, “A ilha é um pequeno jardim de ondulações suaves, rodeada de praias, coberta de vegetação, bem cuidada pelos seus administradores, é um cartão postal para reclame de turismo”.²⁶¹ É dito ainda que a época obras estavam sendo empregadas na hospedaria para que pudesse estender o limite de lotação para ter a capacidade de abrigar até 2.500 imigrantes até o final do ano. Existiam ainda planos para a instalação de uma estação sanitária autônoma e contabilizavam que o corpo de funcionários local girava entorno de 85 servidores, entre enfermeiros, jardineiros, cozinheiros etc.

²⁶⁰ Ibid., p. 12.

²⁶¹ Ibid.

Fotografia 26 – Casal em observação ao mapa econômico do Brasil



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 12.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 12.

Legenda: “Ao alto: Nicola Belovodski, ex-estudante yugoslavo, uns dos poucos imigrantes que conheciam alguma coisa da nossa terra, muito antes de pensar em emigrar para cá, estuda com a espôsa um mapa econômico do Brasil. Em baixo: os filhos desse casal cursaram as melhores escolas da Europa. O desemprego obrigou-o a procurar terras estranhas para recomeçar a vida. Ele é engenheiro-mecânico e ela foi professora em sua terra natal”.

Fotografia 27 – Família de imigrantes no jardim da hospedaria



Autor: Arnaldo Vieira, 1947, p. 12.

Fonte: MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 12.

As últimas duas imagens exibem famílias que tiveram boas condições de vida em seus países de origem, mas que após a devastação que a guerra deixou pela Europa e as perdas econômicas que tiveram, resolveram buscar vida nova no Brasil.

A “Fotografia 26” apresenta um jovem casal agachado sobre um mapa do Brasil, com roupas leves, mas alinhadas. A angulação da câmera, numa espécie de plongée, retrata ambos a partir de cima para baixo, e apesar de acompanhar a posição dos corpos, como se fossem quase exploradores estudando o território brasileiro, seu rostos não são revelados. O sentido da imagem parece comunicar que o Brasil seria uma aventura para os jovens que aportavam com esperança de vida nova no país.

Em depoimento a *Revista da Semana*, Nicola Belovodski relata ter iniciado o curso de arquitetura em uma universidade da Iugoslávia, seu país de origem, e que foi na capital Belgrado onde obteve as primeiras informações sobre o Brasil, através do representante de uma empresa exportadora de café. A reportagem ressalta ser o caso de Nicola uma exceção ao que normalmente acontecia. “Ensinar-lhes que é uma terra muito quente, fracamente povoada e onde as bananas são baratíssimas”. Na Alemanha, o rapaz se casou com uma moça da Letônia e por lá trabalhou em uma fábrica de cimento, “(...) onde adquiriu o novo ofício que vai utilizar agora como imigrado”. Apesar de recebido uma proposta de emprego no Rio de Janeiro, conta a reportagem que o jovem respondeu: “No Rio muito difícil. Prefiro ganhar menos no interior”.

Outro depoimento que não poderia deixar de ser citado tem como protagonista um russo branco, que havia integrado as fileiras do exército czarista na luta contra os bolcheviques, no

final da década de 1910. Para fugir da captura inimiga, foi para a Tchecoslováquia e depois para a Polônia, quando se iniciaram os eventos da Segunda Guerra Mundial. A reportagem sinaliza que além da luta contra o nazismo, o homem tinha um forte senso anticomunista e, por isso, se recusava a retornar ao local que habitava. “Quero estar bem longe de tudo quanto possa lembrar a existência de regimes totalitários. Sou emigrado político há quase trinta anos”. Essa fala reforça que a qualidade desses imigrantes está para além do perfil profissional ou de saúde, mas reside também na sua identidade política pró bloco capitalista. Seriam veículo de propaganda anticomunista no Brasil.

A “Fotografia 27” imprime o retrato de uma família - pai, mãe e três irmãos, uma menina e dois meninos – sentados sobre o jardim da Ilha das Flores, todos muito sorridentes. A legenda os classifica como pessoas que foram muito bem-sucedidas na Europa, de certa sofisticação social e intelectual. As vestimentas dos cinco, muito bem arrumados em estilo mais formal, o pai de paletó e a mãe com um vestido fechado de mangas longas e chapéu, parece cumprir a função de demonstrar a distinção e a boa educação da família.

Importa sublinhar que as poses e os objetos que compõem uma imagem abrem caminho para a leitura conotada, ou seja, permitem acesso ao sentido presente em outras camadas da produção, menos óbvia a uma primeira vista. Isto porque, “(...) esses objetos são indutores comuns de associações de ideias”²⁶² e constituem-se como elementos de significação lexical estáveis, de modo que estabelecem uma sintaxe. As peças de roupa ou objetos dispostos, enquanto dispositivos historicamente situáveis, possuem significados precisos, por isso, ao valorizá-los na mise-en-scène o fotógrafo induz a geração de um sentido simbólico da imagem.

(...) o código de conotação não era, na realidade, nem “natural”, nem “artificial”, mas histórico, ou “cultural”; código em que os signos são gestos, atitudes, expressões, cores ou efeitos, dotados de certos sentidos em virtude dos usos de uma determinada sociedade: a ligação entre o significante e o significado, isto é, a significação propriamente dita, é aqui, se não imotivada, pelo menos inteiramente histórica.²⁶³

2.4 Um balanço geral

Em *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana*, como mídias representativas do gênero das revistas ilustradas, texto e imagem se articulam com o objetivo de narrar uma história ao leitor.

²⁶² BARTHES, Roland. *O óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 17.

²⁶³ *Ibid.*, p. 21.

Portanto, para que seja possível acessar o discurso visual veiculado, se faz também necessário uma leitura não apenas de alguns fragmentos da sequência fotográfica, mas de todo o seu encadeamento.

Em se tratando da fotorreportagem publicada nas páginas de *A Noite Ilustrada* por José Leal e J. Souza, o texto convida o argumento de autoridade do diretor do Departamento Nacional de Imigração, Péricles de Carvalho, para informar ao público sobre o que se trata a leva inicial de refugiados e deslocados que o Brasil estava a receber. Nesse ponto, sublinha-se o caso intrigante das medições antropométricas levadas a cabo na Ilha das Flores, descrita como um avanço no estudo das raças e tipos dos imigrantes recém-chegados, em um momento que o sistema de ideias a que o procedimento costuma servir perdia força pelo mundo. Ademais, a escrita de José Leal parece ser permeada de uma modulação um tanto aventureira de sua passagem pela Hospedaria de Imigrantes, como o diário de um desbravador de novas terras e de novas histórias. A coleção fotográfica de J. Souza é tomada por enquadramentos centrais, planos médios ou mais abertos no registro de ajuntamentos e planos mais fechados principalmente em capturar poucos indivíduos ou particulares. As fotografias são marcadas por pontos escurecidos que em alguns casos prejudica a visualização das cenas. De modo geral, as fotografias assumem uma orientação verticalizada ou quadrada nas páginas da revista, pouco são os casos em que se encontram em posição horizontal. Recursos de destaque do material, como páginas duplas e inteiras e imagens sangradas que extrapolam o campo visual para além das medidas de borda, também são empregados. O percurso fotográfico inicial concentra a atenção nos grupos de imigrantes que ocupavam a Ilha das Flores. A manchete visual abre com a captura de homens, mulheres e crianças no refeitório, passando ao registro de uma turma de crianças organizadas em um jardim, chegando até um pequeno grupo de homens jovens e aparentemente fortes, saudáveis. A figura de tantas crianças pressupunha a presença de muitos núcleos familiares no local, reforçada pela “Fotografia 07”, com a reunião de vários pais e filhos num mesmo registro e da “Fotografia 04”, que avistava uma pequena família em passeio pela Ala Norte da hospedaria. A saúde e a prontidão para o trabalho rondavam não apenas a “Fotografia 03”, mas estava marcada nas imagens dos exames antropométricos que validariam a qualidade desses indivíduos e na “Fotografia 08”, que descreve um sujeito com o dorso nu e musculoso em exame médico, portanto, ao menos fisicamente capacitado. A trajetória da narrativa ganha novos contornos num segundo ato, quando a documentação fotográfica, corroborada pelo elemento textual, é apresentada numa sequência de retratos que não remonta a acontecimentos, mas identidades, sendo largamente utilizada como ferramenta para justificar ideias relacionadas a raça das várias personagens registradas, como uma extensão dos exames

antropométricos a que muitos foram submetidos emulado nas páginas da revista, fixando suas características “peculiares” através da suposta objetividade da câmera. Seja neste ponto da narrativa visual ou no primeiro ato de seu percurso, um elemento em comum os atravessa, a presença sempre visível das crianças. Não por acaso, a fotografia chamariz da matéria, agregada na quarta capa, é justamente a de uma criança e sua boneca, enquanto representação da infância.

Em *Revista da Semana*, o texto do jornalista Ney Machado é mais minucioso acerca dos acordos que delineavam a vinda dos refugiados e deslocados, além de possuir um tom evidentemente elogioso sobre a qualidade do primeiro contingente recepcionado na Hospedaria de Imigrantes e de reservar um espaço expressivo para tratar especificamente da Ilha das Flores e sua história. Esse aspecto marca também o percurso fotográfico de Arnaldo Vieira, com imagens do prédio da administração visto da Baía de Guanabara e fotografias dos imigrantes desfrutando de suas dependências, como cenas no alojamento e no corredor. Aqui a maioria das imagens são marcadas por uma superexposição e por planos que variam entre fechados e um pouco mais abertos, quando registra a brincadeira das crianças e a entrevista no gramado da Ilha das Flores. Já os ângulos variam entre, normais, plongées, contra plongées. Os formatos das fotografias na página da revista variam entre quadrados, horizontais e verticais, a montagem segue uma padronização quase geométrica das imagens unidas em conjunto. A estratégia das exposições fotográficas em páginas inteiras também é aproveitado. Novamente, a presença das crianças é evidente, mas dessa vez sua figura surge também associada a maternidade, como na “Fotografias 11”, “Fotografia 12” e “Fotografia 19”, e a família de constituição mais nuclear, a exemplo da “Fotografia 18” e “Fotografia 27”. Quando são registras em grupo, as crianças estão em brincadeiras ou em clima mais descontraído. Um outro ponto que a câmera parece se interessar é em capturar cenas que assimilem o cotidiano dos refugiados e deslocados abrigados na instituição.

Um elemento que salta aos olhos na construção gráfica de ambas as revistas em comparação, diz respeito ao espaço reservado a propaganda em cada uma. Se a *Revista da Semana* se exime dos anúncios nas páginas que compõe a reportagem, *A Noite Ilustrada* traz em todas alguma publicidade e em tamanho considerável. Para além disso, existem pontos de aproximação entre ambos os veículos, como o modo de apontar os recém-chegados enquanto deslocados de guerra, talvez como uma forma de esvaziar todo o drama humanitário da condição dessas pessoas e induzir a uma leitura de que seu acolhimento tem um caráter prático bem delimitado e que, portanto, era esperado que cumprissem com o objetivo. Dessa forma, incide sobre a representação desses sujeitos, em ambas as revistas, uma expectativa sobre os papéis que deveriam desempenhar na sociedade brasileira. A abordagem de uma identificação

anticomunista desses imigrantes é outro aspecto compartilhado, bem como uma visão entusiasmada sobre essa imigração. Por último, existe uma personagem que atravessa as duas narrativas e atrai o interesse dos repórteres e fotógrafos, provavelmente por se destacar entre a população de maioria do leste europeu que habitava a hospedaria, o imigrante da Mongólia, Andrei Perwijn, que é descrito pela narrativa de *Revista da Semana* como uma exceção, uma experiência acompanhada de perto, possivelmente encarado a partir de um certo “exotismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reassentamento dos refugiados e deslocados vítimas da Segunda Guerra Mundial no Brasil gerou intensos debates no seio das instituições governamentais e, por consequência, se estendeu também a grande imprensa, que marcou ampla cobertura sobre esse episódio da história da imigração no país, ressaltando a importância que era atribuída ao assunto. Apesar da diversidade de fontes históricas empregadas nos projetos desenvolvidos no campo dos estudos migratórios, contata-se, ainda, um significativo vácuo na abordagem da construção da imagem do imigrante na sociedade através de sua representação visual e, é justamente neste ponto que reside o cerne do presente trabalho, guiado pela capacidade das fotografias em produzir conhecimento sobre o período em que foram produzidas a partir de suas especificidades. A fotografia jornalística como parte integrante de um sistema de comunicação de massa está inserida em um vasto fluxo e circulação de imagens que orientam o processo de construção de uma opinião pública e moldam o imaginário social.

Desde a virada cultural das ciências humanas e sociais, o tema da representação ganhou destaque entre os estudiosos e como chave para sua compreensão e desenvolvimento está à noção de cultura. Fundamentada nas proposições de Stuart Hall, a representação é compreendida a partir da linguagem, seja verbal ou não-verbal, por meio da qual os processos de significação são produzidos. Portanto, ao se utilizar da linguagem, dos signos, das imagens para comunicar algo sobre o mundo ou apresentá-lo a outras pessoas, a representação também é socialmente compartilhada.

No exercício de busca e compreensão dos signos e códigos presentes na linguagem visual é de suma importância a percepção de que em uma sociedade coexistem e se conjugam uma vasta gama de códigos e níveis de codificação, este sistema, por sua vez, abastece de significado o universo cultural a qual essa sociedade está inserida. A fotografia, enquanto mensagem que comunica, baseia-se nesses códigos produzidos, convencionalizados e veiculados socialmente, revelando as formas de ser e agir do contexto e sociedade em que foi produzida. É importante ressaltar, ainda, que nessa perspectiva do processo de construção dos códigos, o sentido é arbitrário, ou seja, ele é produzido pelas convenções sociais e por isso são passíveis de mudança ao longo do tempo e espaço.

A partir dos pressupostos elencados, da exposição do contexto histórico, do cotejo de diferentes fontes e das análises fotográficas realizadas, foi possível perceber que a projeção feita por aquela sociedade acerca da imagem dos refugiados e deslocados repousava na expectativa de que aqueles indivíduos suprissem a carência de mão de obra qualificada na

agricultura – atividade que a população brasileira, em sua maioria ocupante do universo urbano, não se dispunha a fazer – e na indústria. O país estava disposto, através do retorno de uma imigração dirigida, a receber esses imigrantes e livrá-los da vida incerta nos campos de refugiados pela Europa, desde que esses indivíduos tivessem as competências exigidas para atender conveniências brasileiras. A presença recorrente de homens jovens e aparentemente saudáveis nas fotografias publicadas, reforça o caráter prático dessa imigração, em que as revistas, tanto *A Noite Ilustrada* como *Revista da Semana*, optavam por tratá-los como deslocados, demonstrando certa supressão de qualquer perspectiva humanitária envolvida nesse ingresso. Mas existia uma dimensão sensibilizadora no âmbito dessas imagens, principalmente quando retratavam e destacavam a aparição volumosa de crianças entre o contingente inicial, sem perder de vista a associação dos infantes com a imigração familiar. De modo geral, os veículos se posicionavam a favor desse fluxo imigratório e em tom elogioso ao governo federal pelo declarado sucesso da seleção, que se ancorava no tripé saúde, perfil profissional e identidade política, aspectos que foram minuciosamente abordados nas páginas das revistas.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores assume a centralidade dos debates enquanto centro receptor e de adaptação prévia desses imigrantes a cultura e aos costumes brasileiros. A despeito das falhas estruturais e carências de reformas em suas dependências, em nenhum momento é alvo de crítica negativa nas páginas das revistas, ao contrário é comumente publicizada como um local paradisíaco e farto, ou como a “Ilha de Babel”, em abrigar uma gama variada de línguas e nacionalidades.

Stuart Hall descreve as culturas nacionais como discursos, encarregados de construir sentidos que regem e estruturam as ações e concepções que o sujeito tem si, agindo, portanto, como construtores de identidades, que são formadas ou transformadas no interior das representações. Assim, três conceitos são essenciais a noção de nação enquanto “comunidades imaginadas”, são eles: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. Mesmo que no seu âmago as nações estejam atravessadas, seja por diferenças e divisões ou em estrutura de poder cultural, é assinalado um impulso pela unificação existente nas culturas nacionais. Nas palavras do autor, “(...) não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a mesma e grande família nacional”.²⁶⁴

²⁶⁴ HALL, Stuart. “As culturas nacionais como comunidades imaginadas”. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pósmodernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 59.

Contudo, partindo da alegação de que a identidade está intrinsecamente ligada ao sistema de representação e que este é localizado no tempo e o espaço simbólicos, a aceleração dos processos globais é um elemento que transforma radicalmente a relação espaço-tempo no interior das representações, resultando em profundos efeitos sobre a forma como as identidades são formadas e localizadas.

Alguns teóricos argumentam que o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do nível do estado-nação. As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes. Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais.²⁶⁵

Logo, partindo do princípio de que é em contato com o outro que as identidades são formadas ou reafirmadas dentro de um sistema simbólico de representações, destaca-se que no anseio da busca pela representação anunciada dos refugiados e, portanto, sujeitos externos a sociedade brasileira, possa-se descortinar também a identidade de nação brasileira que se quer reiterar ou construir e transmitir pelos repositórios jornalísticos, de modo a suscitar novos questionamentos e considerações.

²⁶⁵ Ibid., p. 73.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*. – 1ª ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.

ANDRADE, José H. Fischel de. *O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, n.1, 2005. p. 1-37.

_____. *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)*. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.31, n.1, jan./jun. 2014. p. 151-167.

BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Biblioteca Nacional Digital. *Acervo da BN | 20 de maio de 1900, lançamento do periódico Revista da Semana*. Rio de Janeiro: BN Digital, 20/05/2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-20-de-maio-de-1900-lancamento-do-periodico-revista-da-semana/>. Acesso em: 20/10/2021.

BLANCKAERT, Claude. *Lógicas da antropotecnia, mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.21, n.41, 2001. p. 145-156.

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

BULHÕES, Tatiana da Silva. “Ampliando o Alcance da Propaganda Integralista: fotografias e textos na imprensa carioca (Fon-Fon!, Diário de Notícias e A Noite Ilustrada)”. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (Org.). *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. – 2ª ed. – Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2017. p. 353-374.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMARGO, Isaac Antonio. *Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa*. Londrina, PR: Discursos Fotográficos, v.8, n.12, jan./jun. 2012. p. 161-193.

CASADEI, Eliza Bachega. *Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. Tese (doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CIAVATTA, Maria. *Memória, história e fotografia – Educando o trabalhador da grande “família da fábrica”*. Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico Nacional, v.32, 2000. p. 72-91.

COSTA, Helouise. “Entre o local e o global: a invenção da revista O Cruzeiro”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 8-31.

_____. “A invenção da revista ilustrada”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 303-323.

COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para efetivação das políticas imigratórias (1883-1907)*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2015.

CRIMP, Douglas. *Estudos culturais, cultura visual*. São Paulo: Revista USP, n.40, dez./fev. 1998-1999. p. 78-85.

DANTAS, Carolina Vianna. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>>. Acesso em: 20/10/2021.

DÓRIA, P. S. de. *Réquiem para José Leal (in memoriam)*. Paraíba: História Esperancense, 27/03/2016. Disponível em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/03/a-pedido-requiem-para-jose-leal-p-s-de.html>>. Acesso em: 25/10/2021.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA Julianna Carolina Oliveira. “História da imigração (1830-1880)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 65-89.

FORMIGA, D. O.; PAULA, A. B. R. de; MELO, C. A. S. *O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)*. São Paulo: Intelligere – Revista de História Intelectual, n.7, 2019. p. 75-96.

GERALDO, Endrica. *O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo*. Juiz de Fora, MG: Locus – Revista de História, v.15, n.1, 2009(I). p. 171-183.

_____. *A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*. Campinas, SP: Cadernos AEL – Arquivo Edgard Leuenroth, v.15, n.27, 2009(II). p. 171-212.

GONÇALVES, Paulo Cesar. “A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 91-132.

HALL, Stuart. “As culturas nacionais como comunidades imaginadas”. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pósmodernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 47-65.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicure, 2016.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. Uberlândia, MG: ArtCultura, v.8, n.12, jan./jun. 2006. p. 97-115.

KOIFMAN, Fábio. “Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 159-206.

KOSSY, Boris. *Fotografia & História*. – 5ª ed. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. – 3ª ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. – 5ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2017.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Rio de Janeiro: Tempo, v.1, n.2, 1996. p. 73-98.

_____. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p. 133-174.

_____. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 41-78.

_____. *Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica*. Piauí: Revista Brasileira de História da Mídia, v.2, n.2, 2013. p. 11-20.

_____. *Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas*. Rio de Janeiro: Revista Maracanan, v.12, n.14, jan./jun. 2016. p. 33-48.

MEDEIROS, Margarida; CASTRO, Teresa. *O que é a cultura visual?* Lisboa: Revista Comunicação e Linguagem, n.47, 2017. p. 1-7.

MOREIRA, Julia Bertino. *A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (mestrado) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006.

NOLEN, Jeannette L. *Intergovernmental Committee on Refugees – international organization*. Chicago, IL: Encyclopedia Britannica, s/d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Intergovernmental-Committee-on-Refugees>>. Acesso em: 21/07/2021.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. São Paulo: História, v.33, n.1, jan./jun. 2014. p. 234-253.

REZNIK, Luís; MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. “Entre deslocados e espontâneos: a imigração para o Brasil no pós-Segunda Guerra”. In: REZNIK, Luís (org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 207-249.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. *Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais*. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.15, suplemento, jun. 2008. p. 17-41.

RODRIGUES, Alex. *Pedidos de refúgio e reconhecimentos aumentarem em 2019*. Brasília: Agência Brasil, 17/12/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/pedidos-de-refugio-e-reconhecimentos-aumentaram-em-2019>>. Acesso em: 06/10/2021.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização*. Brasília: Cena Internacional, v.9, n.2, 2007. p. 184-210.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. *O que estudam os estudos de cultura visual?* Santa Maria, RS: Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais, v.7, n.2, mai./ago. 2014. p. 196-215.

SILVA, Henrique Mendonça da; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. “Ilha das Flores e de histórias”. In: ARAÚJO, M. S.; MOURA, R. S.; FERNANDES, R. A. N (org.). *São Gonçalo em perspectiva: ensaios de histórias gonçalenses*. São Gonçalo, RJ: UERJ-FFP, 2013. p. 19-36.

SOUSA, Pedro Jorge. *As histórias da imprensa se Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>>. Acesso em: 23/10/2021.

TAMANO, Luana Tiek Omena. *O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940*. Alagoas: Crítica Histórica, v.4, n.8, 2013. p. 81-96.

TARTAGLIA, Cesar. *180 dias na fronteira da loucura – Prêmio Esso de Jornalismo de 1956*. Rio de Janeiro: Memória O Globo, s/d. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/180-dias-na-fronteira-da-loucura-8851099>>. Acesso em: 25/10/2021.

UNHCR/ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. *Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM*. Brasil: UNHCR/ACNUR, 07/06/2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>>. Acesso em: 06/10/2021.

WANDERLEY, Andreia. *Cartões de visita – cartes de visite*. Rio de Janeiro: Brasiliana Fotográfica, 05/01/2016. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=cartoes-de-visita>>. Acesso em: 09/05/2020.

Verbetes

Bico de Pena. Glossário de técnicas e processos gráficos e fotográficos do século XIX. Instituto Moreira Salles, 30/06/2014. Disponível em: <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/glossario-de-tecnicas-e-processos-graficos-e-fotograficos-do-seculo-xix/>>. Acesso em: 11/10/2021.

Daguerreótipo. Wikipédia: a enciclopédia livre, s/d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Daguerre%C3%B3tipo>>. Acesso em: 09/05/2020.

Fototipia. Wikipédia: a enciclopédia livre, s/d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fototipia>>. Acesso em: 24/10/2021.

Litografia. Glossário de técnicas e processos gráficos e fotográficos do século XIX. Instituto Moreira Salles, 30/06/2014. Disponível em: <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/glossario-de-tecnicas-e-processos-graficos-e-fotograficos-do-seculo-xix/>>. Acesso em: 16/10/2021.

Meio-tom. Wikipédia: a enciclopédia livre, s/d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Meio-tom>>. Acesso em: 02/06/2020.

Reassentamento. UNHCR/ACNUR Brasil, s/d. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/>>. Acesso em: 15/05/2021.

Rotogravura. Wikipédia: a enciclopédia livre, s/d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rotogravura>>. Acesso em: 02/06/2020.

Xilogravura. Wikipédia: a enciclopédia livre, s/d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Xilogravura>>. Acesso em: 29/09/2021.

Periódico

“Simples apresentação”. *Revista da Semana*. Edição: 01. Rio de Janeiro, 20/05/1900. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

Revista da Semana. Edição: 01. Rio de Janeiro, 14/02/1914. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 11.

“Uma grande victoria da imprensa brasileira – A NOITE inaugura, hoje, as suas novas instalações no mais alto edifício da América do Sul – O premio de dezoito annos de dedicação aos interesses e ás causas populares”. *A Noite*. Edição: 06398. Rio de Janeiro, 07/09/1929. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 01.

“O Supplemento Illustrado da A NOITE”. *A Noite*. Edição: 06628. Rio de Janeiro, 30/04/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

“Uma ligeira explicação”. *A Noite (Supplemento)*. Edição: 01. Rio de Janeiro, 03/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 13.

“O exito do primeiro numero do ‘Supplemento Illustrado da A NOITE’”. *A Noite*. Edição: 06633. Rio de Janeiro, 05/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

“Supplemento Illustrado da A NOITE”. *A Noite*. Edição: 06637. Rio de Janeiro, 09/05/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 01.

“O ‘Supplemento Illustrado da A NOITE’ vae distribuir relogios Vulcain”. *A Noite*. Edição: 06668. Rio de Janeiro, 09/06/1930. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 02.

“Soldados da borracha”. *Diário de Notícias*. Edição: 6641. Rio de Janeiro, 17/06/1944. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 7.

“A chegada do transporte de guerra norte-americano ‘General Sturgis’ – Conduz os primeiros imigrantes ‘deslocados de guerra’ para o Brasil”. *A Noite*. Edição: 12566. Rio de Janeiro, 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 1 e 3.

LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 03-09.

MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06-12, 53-56.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934. *Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional*. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html>>. Acesso em: 10/06/2021.

BRASIL. Constituição de 1934. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15/06/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. *Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2021.

BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. *Regulamenta o decreto-lei nº406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2021.